



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

MESA COORDENADA 1 – Crises no capitalismo: as contribuições de Marx, Gramsci e Trotsky para a crítica do mundo contemporâneo

Coordenador da mesa: Demian Melo (Doutorando, História – UFF)

Ementa: A temática das crises atravessa as obras de importantes teóricos do materialismo histórico. Parte da dinâmica capitalista, as crises econômicas foram objeto de profunda reflexão de Marx, assim como as crises políticas e revolucionárias. O mesmo pode ser encontrado em pensadores como Leon Trotsky e Antonio Gramsci. Nesse sentido, o propósito desta mesa coordenada é discutir a contribuição destes três autores para pensar as distintas formas de crise que marcam a sociabilidade do capital e as possibilidades de sua superação.

RESUMOS

11. Marx, as Crises e a Revolução

Demian Melo (Doutorando, História – UFF)

O propósito desta comunicação é discutir como, no interior da obra teórica de Marx, se desenvolveu o problema da relação entre as crises econômicas e a luta de classes. Sabe-se que tanto Marx como Engels consideraram a crise do comércio internacional em 1847 como a parteira das revoluções de 1848; e que a derrota desta vaga revolucionária teria sido o resultado da rápida retomada das condições da acumulação capitalista a partir de 1849. É justamente depois destes episódios que Marx realizaria seu *tour de force* em sua crítica da economia política, tornando sua visão mais aguda sobre a dinâmica da economia capitalista, como aparecerá pela primeira vez nos *Grundrisse*, de 1857-58. No momento em que ele fez a redação deste texto seminal, o capitalismo atravessava a sua primeira grande crise global, cujos resultados no plano político frustrariam as expectativas de Marx, que esperava da crise um sinal da reativação do movimento revolucionário. Nossa hipótese é de que essa inquietação acabaria ganhando solução em alguns trechos do Prefácio de 1859, ao livro *Contribuição à crítica da economia política*, quando Marx discute, em um elevado nível de abstração, as situações em que determinadas formas sociais encontram-se em crise profunda.

12. O Debate sobre as Crises Capitalistas nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci

Rodrigo Castelo Branco Santos (Pesquisador, LEMA – UFRJ)

Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci desenvolveu importantes reflexões em torno da supremacia capitalista e das crises conjunturais e orgânicas. Quando estas últimas são deflagradas por conta de fatores econômicos, políticos e sociais, se abrem inúmeras possibilidades históricas: tanto a

restauração e renovação da supremacia burguesa – por meio das revoluções passivas (americanismo-fordismo, fascismo), do cesarismo e da contrarrevolução –, quanto a revolução socialista, obra da ação consciente e organizada do proletariado em torno de um projeto político de construção de uma nova sociedade. A presente comunicação traz um panorama histórico do período do entre-guerras (1918-1939) e seus principais acontecimentos econômicos, políticos e sociais. Desenhado o contexto, apresentam-se os conceitos de crises orgânicas e conjunturais a partir de uma análise do Caderno 13, em especial as notas §17 (Análise das situações: relações de força), §23 (Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica) e §24. O objetivo central da comunicação consiste não somente em fazer uma exegese da obra de Gramsci em torno dos conceitos de supremacia, bloco histórico, crises orgânicas e conjunturais, mas procurar, acima de tudo, as principais determinações lógico-históricas do referido conceito para entendermos a atual crise capitalista.

13. Crise de Hegemonia e Bonapartismo: reflexões a partir do diálogo entre Trotsky e Gramsci

Felipe Abranches Demier (Doutorando, História – UFF)

O objetivo de nossa comunicação será apresentar e discutir, de um modo breve, o conceito marxista de bonapartismo a partir dos aportes de Trotsky e Gramsci. Em linhas gerais, o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada “autonomização relativa do Estado” diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

MESA COORDENADA 2 – Tecnologia e Desenvolvimento das Forças Produtivas

Coordenador da mesa: André Guimarães Augusto (Professor, Economia – UFF)

Ementa: A proposta da mesa é retomar a discussão marxista sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Por muito tempo no marxismo foi identificado por muitos de seus detratores e “defensores” com um tipo de determinismo tecnológico. Além disso, a teoria e a prática soviética levaram a ferro e fogo o desenvolvimento das forças produtivas a um nível mais elevado, entendido exclusivamente sob o prisma da eficiência, como objetivo e justificativa para o socialismo. Em tempos de retomada do projeto comunista em um ambiente de pós-modernidade e crise o tema se recoloca: como fica o desenvolvimento das forças produtivas na re(des)estruturação do capitalismo contemporâneo, com a suposta predominância do “trabalho imaterial” e a inegável crise ecológica? Qual o papel do desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade comunista? Os trabalhos propostos nessa mesa procuram apresentar essas questões.

RESUMOS

21. A Essência da Tecnologia em Debate: a controvérsia Vaek-Feenberg

Wellington Marcelo Silva da Cruz (Doutorando, Economia – UFF)

Ao longo da década de 1990, Andrew Feenberg propôs a sua interpretação a respeito do lugar do fenômeno tecnológico na sociedade capitalista e obteve grande aceitação e respeito entre os críticos do atual estado da sociedade. A contribuição de Feenberg é especialmente importante por estabelecer novos elementos que ajudam a afastar a noção essencialista, rudimentar e ingênua, que coloca o fenômeno tecnológico fora de seu contexto social, visão geralmente associada ao argumento a favor da neutralidade. Sua tese é historicamente preocupada e politicamente consciente, ao colocar a ideia, inspirada em Habermas, de “racionalização democrática” e, com isto, apontar suas possibilidades emancipatórias. Assim, conforme a exposição deste autor, o controle exercido pelo sistema do capital sobre todos os aspectos da criação das forças produtivas, pode ser substituído pela retomada de posição dos seus autores, como agentes legítimos da esfera técnica. Isto ocorreria por meio de uma política tecnológica alternativa, aberta e participativa, que seja conduzida pelas finalidades postas pelos próprios grupos que fazem uso dos objetos técnicos. Contudo, em certo momento, Tyler Vaek põe em dúvida o alcance deste instituto democrático feenbergiano para a efetiva emergência de uma sociedade de homens livres. A intenção deste artigo é apreciar este debate inicial, avaliando os seus eventuais avanços teóricos e práticos, com a finalidade de enriquecer o estudo da tecnologia como complexo social, bem

como buscar uma melhor compreensão da sua relação com a vida material no interior da sociedade moderna.

22. Desenvolvimento das Forças Produtivas e Emancipação Humana

André Guimarães Augusto (Professor, Economia – UFF)

O objetivo desse trabalho é indicar, a partir da obra de Marx, a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana. Defendo que a ligação entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana é imanente e não apenas externa com base na ampliação das capacidades humanas como critério para definir um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas em lugar do aumento de produtividade. Argumento que o aumento da produtividade, vista de forma unilateral como eficiência, é um valor da sociedade capitalista, a despeito de ser uma pré-condição para a emancipação humana. Argumento que os aumentos de produtividade e a ampliação das capacidades humanas não são a mesma coisa, em primeiro lugar devido a subdeterminação da tecnologia e em segundo lugar porque os aumentos de produtividades são apenas uma forma de manifestação do processo contraditório de ampliação das capacidades humanas. Concluo que há uma ligação intrínseca entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana, e que portanto, um dos elementos da constituição do 'reino da liberdade' não é o aumento da produtividade, mas a mudança qualitativa das forças produtivas, de forma que produção se volte para o ser humano e não mais o ser humano para a produção.

23. Para uma Reinterpretação Marxiana dos Desafios Socioeconômicos da Política Climática Contemporânea

Eduardo Sá Barreto Cruz (Doutorando, Economia – UFF)

A criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) marca o início de uma era de crescente importância da questão ambiental no âmbito da política energética. Um exame do conjunto de iniciativas dos principais países responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa indica que as tentativas de redução da intensidade em emissões é uma tendência geral nos esforços atuais de mitigação. Tomando as políticas de estímulo à eficiência energética como eixo principal desta via, busca-se oferecer as bases para um novo entendimento – baseado na teoria marxiana do valor – da relação entre ganhos de eficiência e consumo de energia, dando assim um novo enquadramento aos desafios econômicos, sociais e tecnológicos impostos pelas mudanças climáticas.

24. Tecnologia e Relações de Produção nos Serviços

Clician do Couto Oliveira (Doutoranda, Economia – UFF / IBGE)

O aumento das atividades de serviços na estrutura produtiva de economias capitalistas e suas implicações ressoam em diferentes áreas das ciências sociais. Essa mudança estrutural constitui pano de fundo para as teses da sociedade pós-industrial, da informação, pós-modernas entre outras. Em contraposição a esses argumentos, o objetivo do trabalho é apontar que as atividades usualmente denominadas serviços compõem importantíssimos

espaços para valorização do capital. Assim, por meio do desenvolvimento tecnológico, assiste-se o avanço das relações capitalistas de produção sobre os serviços, ou seja, trata-se de novas formas de extração de mais valor. Esse processo apresenta, concretamente, graus variados do desenvolvimento e passa pela adaptação das atividades, tanto nos processos de trabalho quanto nos momentos de circulação, às necessidades de valorização do capital. E, nesse sentido, esse processo também reproduz suas contradições.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 3 – Marxismo, Teoria da Dependência e Formação Social Brasileira

Coordenador da mesa: Wanderson Fabio de Melo (Professor, Serviço Social – UFF)

Ementa: A mesa coordenada *Marxismo, teoria da dependência e formação social brasileira* tem como objetivo discutir as interpretações acerca das particularidades do pré-capitalismo no Brasil, as relações do trabalho cativo e o processo de acumulação primitiva do capital, as contribuições dos autores da teoria da dependência, aspectos da crise do desenvolvimentismo e as classes sociais no processo de globalização.

RESUMOS

31. Ruy Mauro Marini: uma concepção sobre a formação social brasileira

Deborah Cristina Floresta (Graduanda, Serviço Social – UFF)

O presente trabalho tem como objetivo central discutir a formação social brasileira à luz das contribuições de Ruy Mauro Marini. Estuda-se as especificidades do desenvolvimento do Brasil e as relações com países colonizadores. Para isso, será feita uma breve análise dos conceitos inaugurados pelo teórico, como o reconhecimento da particularidade colonial de base escravista e subordinada ao processo de acumulação primitiva do capital. Assim sendo, destaca-se a crítica às teses sobre o suposto “feudalismo no Brasil”, ideias hegemônicas nas esquerdas no país dos anos 50 do século XX. Desse modo, Marini se tornou um autor fundamental para compreender de forma mais aprofundada a especificidade das formações históricas das sociedades dependentes. Para qualificar a análise deste artigo, utiliza-se a crítica imanente às obras do intelectual em tela.

32. Teoria da Interdependência e “Desenvolvimento Associado”: as posições de Cardoso e Faletto

Gênesis de Oliveira Pereira (Graduando, Serviço Social – UFF)

O presente trabalho busca refletir acerca da teoria da dependência, a partir dos capítulos III e IV do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, para realizar a crítica marxista a esta compreensão. A possibilidade de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no contexto de dependência, para Cardoso e Faletto, situa-se na associação com capitais internacionais para industrializar o país. Portanto, a única saída para o desenvolvimento estabelece-se através da industrialização, atrelando o setor capitalista nacional moderno, o capital monopolista estrangeiro e a economia do setor público, para subordinar as outras camadas sociais a este modelo dependente e associado. A partir desta compreensão

central, proponho-me a debater a metodologia que conduz esta análise. Ou seja, proponho-me a realizar uma crítica marxista à compreensão, expressa por Cardoso e Faletto, acerca da política como esfera privilegiada para a determinação econômica. Para realização desta crítica recorrerei à teoria social crítica, utilizando as categorias de totalidade, prioridade ontológica, economia e emancipação para superar a sobreposição da esfera política perante as demais esferas. Com base nessas categorias e no método presente nas obras de Marx, buscarei atribuir à política sua real posição na totalidade, contribuindo para romper com a noção de hierarquia presente em Cardoso e Faletto, analisando o desenvolvimento dependente e associado para além de sua expressão fenomênica, problematizando a essência deste fenômeno.

33. A Sociologia da Globalização na Obra de Octávio Ianni

Paulo Alves Junior (Professor – Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU))

A partir da década de 1990, o sociólogo paulista Octávio Ianni centrou suas análises para a compreensão do fenômeno da globalização. Nesse sentido, surgiu um conjunto de obras que tinham como centro a tentativa de identificar qual seria o novo componente sócio histórico que iria mobilizar a classe operária em sua tarefa de “classe revolucionária”. Para o autor “a desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência”. Octávio Ianni passou a identificar o surgimento de uma “classe desterritorializada”, em consequência da emergência de uma conjuntura social que apontava para uma “nova luta de classes”. Essa comunicação pretende apontar qual o entendimento de Octávio Ianni para sua conceituação de “classe desterritorializada” e como, ao seu entendimento, surge no cenário da desterritorialização mundial uma nova concepção da luta de classes.

34. A Interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o Escravo Sulino: o seu lugar nos estudos sobre o trabalhador cativo

Wanderson Fabio de Melo (Professor, Serviço Social – UFF)

O presente trabalho é resultado do estudo, por meio da análise imanente, das posições de Fernando Henrique Cardoso acerca do escravo no Rio Grande do Sul. Situa-se as posições do sociólogo ao que nomeou de “patrimonialismo patriarcal” no Brasil meridional do século XIX e o universo escravocrata, que teria instaurado a impossibilidade de ação autônoma do escravo na busca de sua liberdade. A possibilidade averiguada neste estudo é que Cardoso expressou uma interpretação historiográfica sobre a escravidão sustentada na necessidade de completude do capitalismo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 4 – O Governo Lula da Silva e a Nova Hegemonia Burguesa na História do Brasil Recente

Coordenador da mesa: André Pereira Guiot (Doutorando – UFF)

Ementa: A mesa propõe apresentar um debate crítico-analítico das recentes e renovadas formas burguesas de dominação presentes no Brasil do século XXI tendo como foco o governo Lula da Silva. Sob requentadas e refinadas estratégias de aprimoramento de uma sociabilidade burguesa inauguradas na década de 90, os novos prepostos para o capital integrantes do governo Lula da Silva conduzem o aparato estatal de maneira a se credenciar como os melhores e mais capacitados portadores de um projeto de hegemonia que abraça com fervor as demandas, aspirações, interesses de frações mais dinâmicas do capital.

Os esforços desprendidos para tanto se traduzem na ressignificação do teor histórico da participação política dos trabalhadores – descurando de seu conteúdo classista -, no abandono programático das instâncias sindicais combativas, na implantação de reformas sindicais e trabalhistas afáveis à lógica do capital, na adoção privatista e autoritária no gerenciamento e condução das políticas públicas, na abertura de canais receptivos às associações burguesas da sociedade civil no âmbito estatal e no preparo de corações e mentes para um “novo envolvimento cívico” voltado ao “pacto” entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a ideia de que o capitalismo não só é intransponível mas como também pode ser benéfico para todos.

Destarte, os integrantes da mesa apresentarão suas pesquisas de forma a trazer à baila tais estratégias do atual bloco no poder. Trata-se de um esforço coletivo teórico, não menos político-ideológico, de centrar as análises sobre Estado, Sociedade Civil e Hegemonia no âmbito do capitalismo do século XXI no Brasil.

RESUMOS

41. Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva

André Pereira Guiot (Doutorando – UFF)

A apresentação é fruto da pesquisa preliminar acerca do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos governos Lula da Silva. O CDES foi criado pela MP 103 de 1º de janeiro de 2003 e seu conteúdo, no artigo 8º, expressa que a ele compete “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social (...) com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados”.

Nossa exposição versará sobre os dois aspectos acima realçados: a) a presença das associações burguesas da sociedade civil conectadas ao Conselho e b) o ideário da “concertação” ou “pacto” social a que se propõe este fórum. Não endossaremos aqui a visão, bastante presente entre analistas e pesquisadores sobre o CDES, de que se trata de um espaço inovador na “democratização das decisões públicas”. De forma distinta, nossa hipótese é a de que o CDES é uma arena no interior do aparelho estatal receptiva à penetração dos projetos hegemônicos presentes na sociedade civil de cunho burguesa em geral e empresarial em particular.

42. Política Pública e Estratégias de Dominação no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Manguinhos

Claudia Peçanha da Trindade (Doutoranda, História – UFF)

O alarde da existência de variadas instâncias participativas como item fundamental da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – na sua versão urbanização integrada de favelas, em Manguinhos, no Rio de Janeiro – choca-se com a desmobilização da participação comunitária existente. As falas governamentais que buscam construir uma ideia única sobre o poder positivo de transformação social que as obras em curso propiciam, não anulam a coerção expressa, fundamentalmente, pelas incursões policiais que fazem o controle da população residente. Em perspectiva histórica, as décadas de 1980, 1990 e 2000 apresentam uma ampliação de lugares e mecanismos de participação social em vários campos, e também nas áreas de políticas urbanas. O que se pretende aqui é analisar o movimento que corre em paralelo de ressignificação do que é participação social, tendo em vista o debate colocado em tempos neoliberais, em discussão com o processo de implementação do PAC Manguinhos. Além de debater a ampla expressão das estratégias de dominação: construção de consensos e explícita coerção.

43. A Conversão Orgânica da CUT e o Governo Lula da Silva: o conceito de qualidade de vida e suas transformações no interior da Central (1981-2006)

Rodrigo Dias Teixeira (Professor – Colégio Joaquim Távora)

Procuramos compreender as mudanças e permanências na trajetória de atuação da CUT, estabelecendo uma relação entre suas mudanças e a construção de uma nova hegemonia na sociedade civil. Se a CUT manteve-se claramente classista no período que vai de sua fundação em 1983 até 1991 (IV Congresso Nacional da CUT - CONCUR), entre 1991 e 1994 (IV e V CONCUR's) tivemos um período de transição em direção a um sindicalismo conciliador. O período regido por esses dois Congressos Nacionais (inclusive os congressos em si) foi pautado por intensas disputas no interior da Central, iniciando a quebra do consenso geral de que todos na CUT seriam classistas e socialistas. Nesta época a CUT tinha cada vez mais contradições, pois ao mesmo tempo em que realizava lutas contra o ajuste neoliberal e mantinha-se uma frente única de massas, começava a reformular sua atuação. Um marco fundamental dessas transformações foram as deliberações da 7ª Plenária Nacional, em agosto de 1995. Com os próximos dois congressos em 1997 e 2000 (VI e VII CONCUR's), e a nova perspectiva de atuação da Central através

da constituição de “espaços públicos não-estatais”, e recebimento de recursos através do FAT para implementação de atividades de Formação Profissional, intermediação de emprego, cooperativismo e acesso ao crédito, a CUT consolidou sua transição, tornando-se uma central social-liberal. Estas transformações tiveram relação direta com as mudanças na conjuntura (queda do muro de Berlim e descrença na alternativa socialista, vitória de Collor sobre Lula da Silva em 1989, expansão do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva, vitória e reeleição de FHC, aumento do desemprego e declínio das greves, etc), como também com a disputa realizada internamente. Com a eleição e posse do Governo Lula da Silva em 2003, um novo quadro conjuntural foi inaugurado, e em seu bojo novas determinações foram engendradas na relação entre o sindicalismo cutista e o Estado.

44. Governo Lula e Concertação Trabalhista à Moda Sindicalista de Conciliação

Wallace dos Santos de Moraes (Professor – UFF)

Objetivamos discutir a produção legislativa no âmbito do Direito do Trabalho sob o governo Lula. Para tanto perscrutamos os documentos públicos da CUT, bem como das principais organizações coletivas da burguesia no Brasil: FIESP, FIRJAN e CNI. A melhor fonte para tal empreitada é a reforma sindical elaborada sob o primeiro governo petista (2003-2006). Concluímos que o governo Lula, visando à governabilidade, atende, por um lado, aos interesses corporativos “profissionais” dos sindicalistas e, por outro, dos empresários em seu conjunto. Não obstante, os interesses históricos dos trabalhadores não foram contemplados, sendo, inclusive, prejudicados. Pelo exposto, entendemos que o governo Lula deve ser caracterizado como Capitalismo Sindicalista de Conciliação.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 5 – A Dinâmica de Acumulação do Capitalismo Contemporâneo e seus Efeitos

Coordenador da mesa: Flávio Ferreira de Miranda (Mestrando, IE – UFRJ / Professor substituto – UFF)

Ementa: A mesa propõe debater a dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo, entendendo este como o regime de acumulação que emergiu como forma de resposta do sistema capitalista à crise econômica iniciada em fins dos anos 60. Como é amplamente sabido multiplicaram-se nas últimas décadas as teorias (em grande parte de inspiração marxista) que pretendiam dar conta de uma característica gritante desta etapa histórica, a predominância da esfera financeira sobre a acumulação de capital na esfera produtiva. Das chamadas teorias da “financeirização” do capital (ou do capitalismo financeirizado etc.), às leituras que enfatizam a lógica de acumulação de capital fictício e o aprofundamento das contradições imanentes ao modo de produção capitalista decorrentes da proliferação do capital fictício, surgiram explicações para as questões referentes a este regime de acumulação as quais mais luz jogou-se em virtude da crise mundial por que passamos.

Os trabalhos propostos trazem ao debate algumas dessas interpretações que têm por eixo a herança teórica marxiana. Entrementes, serão abordados diferentes aspectos referentes ao período, bem como a crise atual como um desenvolvimento necessário do processo cumulativo engendrado por esta dinâmica de acumulação de capital. Acredita-se que a troca de idéias decorrente da exposição dos trabalhos possa contribuir para a evolução no entendimento das especificidades históricas do capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, para o posicionamento com relação às soluções que os governos dos principais países do mundo procuram dar para esta crise, sempre com efeitos funestos para a classe trabalhadora.

RESUMOS

51. A Crise Financeira e a Lógica de Acumulação de Capital Fictício

Flávio Ferreira de Miranda (Mestrando, IE – UFRJ / Professor substituto – UFF)

Este artigo tem como objetivo contribuir para o debate teórico sobre as causas da crise econômica atual, reconstituindo elementos analíticos presentes na obra de Marx que possam ajudar a compreendê-la. Apresenta-se uma visão sobre a crise atual e a teoria marxista das crises econômicas que, embora não seja original, está longe de ser hegemônica. Desta forma, após uma primeira seção introdutória, o texto se inicia com uma descrição da autonomização das formas funcionais do capital, de modo a entender-se a gênese dialética da categoria capital fictício. Destaca-se a forma como esses capitais adentram na dinâmica global de acumulação capitalista, ou seja, as funcionalidades e disfuncionalidades que representam tendo-se em vista esse

processo global. Acredita-se que esse ponto seja uma faceta da contradição fundamental para o aparecimento das crises, a contradição entre o domínio privado da apropriação e o caráter social da produção. Em seguida, discute-se, brevemente, o tema das crises em Marx e alguns de seus seguidores, ressaltando-se, por fim, a essencialidade da contradição entre a apropriação privada e a produção social como causa das crises. Conclui-se o texto com uma brevíssima descrição da eclosão da crise atual de forma, apenas, que se possa vislumbrar a capacidade explanatória dos elementos categoriais desenvolvidos frente ao objeto concreto em questão.

52. Loanable Capital Movement in Brazil and Korea: impacts on banks' balance sheet and some considerations on economic development

Juan Pablo Painceira (Pesquisador, Soas – University of London / Analista Financeiro – Banco Central)

This paper discusses how central bank liquidity management has affected the domestic financial system in Brazil and South Korea based on a Marxist political economy analysis. The paper is an empirical account on the loanable money capital in both economies, focusing on their banking system. More specifically, attention is paid to how the central bank management of the process of reserve accumulation has conditioned and shaped banks' portfolio decisions during the 2000s in the Brazilian and Korean financial systems. In this process, the loanable capital movement can also be understood as a relation between the central bank and banks' balance sheets, in which repos are central banking liabilities and banking assets at the same time. It is argued that the central bank actions have fuelled domestic financialisation by facilitating the expansion of banks balance sheet through the issuance of their own liabilities. The main point put forward is how the development and deepening of government bonds markets, focusing on central bank interventions, has supported banks in stretching their balance sheets. It has mainly happened through monetary sterilisation operations which are carried out with public debt securities.

In addition, focusing on the increasing liquidity of banking assets and liabilities, we analyse how those changes in banks' balance sheet might affect capitalist development. The paper analyses how loanable money capital, in which the relation between international and domestic spheres is present through foreign reserves, has impacted economic development. More concretely, it is argued that by doing monetary sterilisation operations central banks have offered plenty of loanable capital to banks. This has affected the liquidity of their balance sheets which, in turn, affects economic development.

53. Do Calor da Guerra Fria ao Fim do Fim da História

Marina Machado de Magalhães Gouvêa (Mestranda, Economia Política Internacional – UFRJ)

Se compreender a realidade é fundamental para transformá-la, é com este propósito que o presente trabalho busca investigar o desenrolar histórico do processo de financeirização entre 1971-2008, fundamental na compreensão da crise precipitada em 2008 e dos padrões de acumulação desenvolvidos sob a égide da hegemonia dos EUA e do dólar flexível como padrão monetário internacional. Com a acentuação do processo de internacionalização e

financeirização de capitais privados nacionais, difundiu-se amplamente a ideia de que o sistema financeiro teria se descolado completamente da acumulação real de capital, dissociando-se da mesma. Pretende-se investigar este processo, demonstrando, ao contrário, a relação intrínseca entre o desenvolvimento histórico do sistema financeiro mundial e as contradições inerentes à reprodução ampliada de capital.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 6 – Economia Política do Desenvolvimento: considerações críticas

Coordenador da mesa: Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente (Professora, Economia – UFF)

Ementa: Os trabalhos que compõem a mesa intitulada *Economia Política do Desenvolvimento: considerações críticas* buscam resgatar algumas controvérsias sobre a temática do desenvolvimento realizadas no âmbito do pensamento social crítico. De maneira mais específica, os trabalhos debatem em três frentes: a inspeção crítica das teorias da modernização capitalista difundidas entre o fim da Segunda Guerra e os anos 1970 nos países centrais e no Brasil, o exame da teoria de Smith sobre o progresso e, por fim, o contraste entre a concepção de desenvolvimento oferecida por Marx e aquela veiculada pela ciência econômica. Essas três frentes de debate procuram defender a existência de uma mesma espinha dorsal nas teorias do desenvolvimento capitalista: uma noção particular de progresso.

RESUMOS

61. Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente (Professora, Economia – UFF)

O objetivo desse trabalho é estabelecer o contraste entre duas posições distintas sobre desenvolvimento: aquela oferecida por Marx e aquela veiculada pela ciência econômica. Com isso, esperamos mostrar, em primeiro lugar, que no âmbito da teoria econômica o desenvolvimento é entendido, em geral, como trânsito do “pior ao melhor” (o que envolve, necessariamente, um juízo sobre condições pretéritas, presentes ou futuras, realizado com base em determinados critérios pré-estabelecidos). Além disso, pretende-se demonstrar que as teorias do desenvolvimento são única e exclusivamente teorias do desenvolvimento capitalista, tanto no sentido de que o limite teórico e prático da sua intervenção é o capitalismo (e apenas o capitalismo), quanto no sentido de que ao fazê-lo projetam o capitalismo (uma imagem dele, ao menos) como figura inexorável do futuro da humanidade.

Em segundo lugar, partindo de uma releitura da teoria social marxiana, defendemos ser possível resgatar uma visão de mundo dentro da qual o termo desenvolvimento é empregado de modo plenamente objetivo: isto é, utilizado exclusivamente para se referir às propriedades dinâmicas de funcionamento do objeto examinado (independentemente da forma como se julguem essas propriedades). Esperamos ainda mostrar como, dentro dessa concepção, o desenvolvimento capitalista se apresenta como uma fase historicamente contingente do desenvolvimento social em geral, indicando ser não apenas

possível, mas também necessário, realizar uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.

62. Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional

Bruno Borja (Pesquisador, LEMA – UFRJ / Doutorando, Economia Política Internacional – UFRJ)

A rigor, a Economia do Desenvolvimento deve ser considerada uma controvérsia dentro do campo maior da Economia Política. Sem dúvida a controvérsia mais importante dentre a Economia Política Clássica, sendo a razão última dos escritos de seus principais expoentes. A onda marginalista da segunda metade do século XIX afundou este debate em torno do desenvolvimento, e foi somente nas primeiras décadas do século XX que se retomou seu interesse. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando ressurgiu com toda força no meio acadêmico anglo-saxão.

O presente artigo busca resgatar essa controvérsia, atualizada sob a alcunha de Economia do Desenvolvimento, assim como apresentar a crítica feita por Celso Furtado aos *Pioneiros* e suas repercussões na periferia do sistema mundial capitalista. Apresenta-se panoramicamente o período histórico em que se deu a retomada desta controvérsia, expondo como as formulações teóricas dos pioneiros do desenvolvimento têm em comum a ideologia do progresso e definem a diferença no grau de desenvolvimento dos países como uma questão de maturidade do sistema econômico. Como contraponto, explora-se a abordagem inovadora e crítica de Furtado a respeito do subdesenvolvimento, tomado como uma trajetória específica de desenvolvimento dentro do sistema capitalista mundial.

63. Riqueza e Progresso: uma introdução ao estudo dos limites da sociedade capitalista

Henrique Pereira Braga (Mestrando, Economia – UNICAMP)

A fim de lançar bases para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, em especial os limites ao gênero humano que emergem dela, o presente artigo retoma os escritos de Adam Smith sobre riqueza. Em particular, o artigo propõe um exame detido do livro *Riqueza das Nações* por ser a obra na qual o autor dedica-se, dentre outras temáticas, à defesa do que é riqueza na sociedade de seu tempo, esmiuçando o princípio geral que define esta riqueza e as causas fundamentais para a expansão dela. Através da recuperação deste princípio geral e das causas fundamentais para a geração e a expansão da riqueza, mostrar-se a maneira pela qual Smith apreende e conceitua a riqueza em sua época. Efetuada essa demonstração, objetiva-se expor a concepção de progresso, expressa na defesa de determinado comportamento humano, que emerge do modo como o autor apreendeu e conceituou a riqueza. Da demonstração da relação entre riqueza e progresso, discute-se o fundamento desta relação em Smith a fim de pensar, a partir deste fundamento, tanto a maneira de apreender e conceituar a riqueza na sociedade capitalista quanto os limites ao progresso que podem emergir do modo como se compreende esta riqueza.

64. A Controvérsia sobre o Padrão de Acumulação da Economia Brasileira

Pablo Bielschowsky (Doutorando, Economia – UFF)

O artigo busca recuperar as contribuições de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antônio Barros de Castro e José Serra para a controvérsia sobre o padrão de acumulação da economia brasileira nos anos de 1960 e 1970, que se desenrola em duas fases. A primeira, nos anos de 1960, orientada pelo debate sobre a estagnação. A segunda, na década de 1970, norteadada pela discussão sobre as fontes internas de crescimento da economia brasileira.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 7 – Esporte e Capitalismo: contradições e possibilidades de sínteses

Coordenador da mesa: Vitor Marinho de Oliveira (Professor, UFRJ / UERJ)

Ementa: Os grandes eventos, intitulados megaeventos estão para acontecer cercados de grandes expectativas, em especial no Rio de Janeiro, palco da final da Copa World Fifa (chamada por nós como Copa do Mundo) e dos Jogos Olímpicos (marca registrada do Comitê Olímpico Intenacional). Em conjunto, grandes investimentos públicos e privados estão e vão ser feitos no entorno desses megaeventos. No bojo dessa iniciativa gerada por uma parceria das esferas governamentais com empresas do grande capital, está um fenômeno cultural que é aparente e fetichizado: o Esporte. Na presente proposta de mesa coordenada, é esse o fenômeno em debate. Iremos, os autores, discutir nossos três livros, além de uma tese de doutoramento, sobre o tema Esporte, e, com isso, submetê-lo a análises marxistas. Nessa perspectiva, procuraremos desmontar a idéia do esporte como um fenômeno neutro e sem inserção relevante no atual modo de produção capitalista. Ao contrário, podemos estabelecer relações com a dinâmica do modo de produção e, em direção oposta, com uma formação humana e omnilateral, especialmente se apontarmos para uma sociedade comunista.

RESUMOS

71. O Esporte Pode Tudo

Vitor Marinho de Oliveira (Professor, UFRJ / UERJ)

O processo de desideologização no mundo atual não deixou de contaminar a historiografia, aí incluindo os historiadores do Esporte. Nem sequer conseguimos entender nosso próprio corpo, por intermédio do qual se manifestam as práticas esportivas. Em uma perspectiva materialista vulgar, somos aquilo que comemos. Podemos, em uma perspectiva oposta, entender o ser humano (e seu corpo) como produto de suas múltiplas determinações. Diz-se tudo de bom sobre o esporte. Afasta das drogas, combate à violência, reintegra deficientes físicos etc. Desde muito se idealiza esta prática social. No mundo ocidental, pelo menos desde a Antiguidade grega. O esporte não é o responsável pelas grandes mazelas sociais. Não foi a vitória brasileira na Copa de Mundo de 1970 que ratificou a ditadura militar. Mas fez parte do processo de produção de consenso em torno da idéia de que vivíamos um momento glorioso de nossa História. Atualmente, existem as contradições inerentes à prática esportiva. O esporte não é o responsável pela saúde da população, mas participa do processo. Como? Treinando meninos desde os dez anos para irem para a Europa e ficar ricos jogando bola? A que custo estes garotos ficam mais fortes para melhor desempenharem suas atividades atléticas? Músculos e articulações destroçados em nome do lucro. Já o Socialismo aponta para a

proposta mais generosa que o homem já concebeu: o Comunismo. Uma sociedade sem classes. A teoria já existe, é a marxista-leninista. Superado o Capitalismo, o esporte ocupará um lugar de destaque social. Todos poderão praticá-lo, sem interesses comerciais e/ou assistencialistas.

72. Esporte em Democracia: a gênese do político

Francisco Mauri de Carvalho Freitas (Professor – UFES)

O objetivo desse texto é contribuir para a reflexão política e ideológica sobre os esportes, utilizados como meio de despolitização da vida pública. A lógica dos esportes no capitalismo se resume ao compromisso alienado com os 42.195 metros de uma delirante maratona ou com os 90 minutos de uma partida de futebol. Outra lógica esportiva é fundada no compromisso político com a causa da emancipação política e humana dos trabalhadores. A subordinação permanente do trabalho é o fulcro da política que elabora programas públicos de esportes não voltados à centralidade do trabalho, mas à centralidade do lucro? Mantida a dominação do capital sobre o trabalho, os esportes sofisticados (*pára-quedismo, asa-delta* etc., próprios à criançada burguesa) permanecerão como objetos de desejo da criançada pobre. Os esportes ensinados aqui são, em sua essência, praticados sob um individualismo e a mais constrangedora competição. Os projetos de políticas públicas de esportes objetivam vencer a qualquer custo. Os atletas olímpicos são transformados em “*out-doors*” ambulantes e vendedores de ilusões e prestam um desserviço aos trabalhadores que os sustentam. O pleno acesso aos esportes só acontecerá quando os operários e trabalhadores definirem os rumos da Nação. Pensar os esportes fora das relações sociais de produção e do modo capitalista de produção da existência, isto é, escoimado da política que por definição nada teria a ver com as diversas manifestações esportivas, é uma mistificação, ilusão. E se as coisas nos parecem grandes deve ser porque continuamos de joelhos. Então, levantemo-nos!

73. O Esporte é um Fator de Integração Social? Apontamentos sobre a relação entre os limites do esporte no modo de produção capitalista e as possibilidades de uma pedagogia do esporte para a formação humana

André Malina (Professor – UFMS)

Ângela Celeste Barreto de Azevedo (Professora – UFMS)

Atualmente, no Brasil, está se construindo a estrutura necessária à realização de grandes eventos. Em especial, destacamos os Jogos Olímpicos Rio 2016, e a Copa do Mundo (Fifa World Cup Brasil 2014). O primeiro será realizado integralmente na cidade do Rio de Janeiro, e o segundo terá esta cidade como referência e vai sediar a final da Copa. Esse cenário de aparente euforia e afirmação da “nação brasileira” pode nos revelar alguns aspectos que estão, em um recorte marxiano, ideologizado. Ao interrelacionarmos com a totalidade social, podemos elencar elementos do modo de produção capitalista como relevantes nesse processo, tais como os indicadores sociais, e o consequente sucesso desse modo de produção para a classe dominante, via mediações de primeira e segunda ordem, conforme nos informa Mézaros, ao mesmo tempo hegemônica e dogmatiza as relações sociais. Esse sistema incontrolável abarca desde a produção industrial até bens culturais como o esporte. Assim,

torna-se válido pensar no esporte como um fenômeno que faz parte da sociedade capitalista, portanto é crivado das suas contradições. Nesse sentido, é possível também, contraditoriamente, apontar alguns caminhos na contribuição do esporte para a formação humana, para além dos grandes eventos, ou seja, nas escolas e campos de pelada faz-se necessário uma pedagogia contra-hegemônica que critique o *status quo* do sistema no que diz respeito a esses grandes eventos.

74. O Esporte e as Classes Sociais

Paulo Roberto Monteiro Peres (Doutorando, Professor – UFRJ)

O Esporte como integrante cultural de sociedade, traz consigo, inerente à sua situação social, às pertinências que as demais esferas sociais tem, dentre estas a condição de classe social, que a distingue conforme as circunstâncias. Isto pode ser identificado quando confrontamos situações adversas de dois contextos existentes numa região, cidade ou bairro. Primeira: quando tratar de elementos quantificáveis, como quadras, campos, piscina, aparelhos e número de professores são condizentes, assimetricamente verificado nas escolas (particulares) freqüentadas por alunos oriundos da burguesia, em detrimentos das escolas públicas, freqüentadas por alunos da classe trabalhadora, carentes desses elementos. Segunda: quando tratar do compromisso social dos professores que atuam com o Esporte nesses locais. Neste aspecto, os cursos de formação de professores para atuar com esporte (geralmente na formação superior em Educação Física), concorrem no sentido de pouco propiciarem em termos críticos, que possam deflagrar direcionamentos da idéia do compromisso social quando do exercício profissional, voltado para a porção desassistida da sociedade. Esta idéia concorre para a continuidade acadêmica de formar técnicos, desportivistas, especialistas em entretenimento etc, como se as carências sociais circundantes à porção pobre da população, fossem vicissitudes a serem contornadas com tais práticas. Confrontar tais situações significa visualizar classes distintas. Na prática do esporte, o caráter de classe social está vigente contemplando aspectos vivamente abordados pelo marxismo. Nesse sentido, romper com o conservadorismo no esporte em termos gerais e no ensino do esporte especificamente, é romper com a ideologia vigente.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 8 – Teoria Marxiana e Estudos da Realidade Social

Coordenador da mesa: Edilson José Graciolli (Professor – UFU)

Ementa: Se “todo concreto é a síntese de múltiplas determinações”, se os fenômenos sociais “não estão suspensos no ar”, se as abstrações razoáveis logram apreender no plano do pensamento os nexos determinantes subjacentes aos fenômenos e processos sociais, quais as possibilidades e eventuais limites dos estudos de caso dentro da teoria e do método marxiano? A partir das pesquisas que os proponentes desta proposta têm realizado, pretende-se refletir sobre a relação teoria e realidade social, explicitando como, na prática investigativa marxista, o todo e a parte podem e devem ser articulados. A intenção é demonstrar o empobrecimento dado tanto pelos limites do empiricismo como do apriorismo conceitual. A pluralidade temática das pesquisas (movimentos sociais; hegemonia dentro e fora do local de trabalho; transformações técnicas, organizacionais e políticas e racionalização do trabalho; e guerrilha salvadorenha) assumem, então, razão de ser para a mesa proposta, pois distintos objetos de estudos são abordados, na perspectiva da totalidade aqui sustentada, sob a mesma concepção teórico-metodológica.

RESUMOS

81. Hegemonia Dentro e Fora do Local de Trabalho: pilar contemporâneo da ordem do capital

Edilson José Graciolli (Professor – UFU)

A partir de pesquisas sobre o trabalho em empresas de uma *holding* e seu braço na chamada RSE (responsabilidade social empresarial), respectivamente, Grupo Algar e Instituto Algar, sustentamos que a RSE é, a um tempo, prática e discurso empresariais destinados a 1) ampliar participação no mercado, por meio de redução do capital variável e conquista de nichos de consumidores, 2) converter em serviços para clientelas o que, num arranjo sócio-político de tipo *welfare state*, seria tratado como direitos da cidadania nos limites da sociedade presente, numa clara dimensão de funcionalidade à redução de gastos do Estado com áreas sociais, expressão das políticas neoliberais e 3) consolidar novos aparelhos de hegemonia, no sentido gramsciano, isto é, de direção moral, intelectual e política.

Esses estudos de caso nos permitiram apreender várias das múltiplas determinações que constituem a ofensiva contemporânea do capital, que desregulamenta direitos sociais, tenta estabelecer, em novos patamares, a visão de mundo de que o capitalismo é definitivo, “natural” e aprazível. As pesquisas que são objeto desta comunicação envolveram 4 monografias de conclusão de graduação, 3 das quais com bolsa de iniciação científica, todos

com desdobramentos em termos de dissertações de mestrado (3 defendidas e 1 em fase de conclusão, em distintas instituições e programas).

82. Movimentos Sociais de Massas: contingência ou necessidade histórica?

Maria Orlanda Pinassi (Professora – UNESP)

Por muito tempo os instrumentos tradicionais da organização operária sequer consideraram a possibilidade de contemplar a massa lançada ao desemprego pelo capital. Pressupunha-se, então, a suspensão das instabilidades cíclicas do mercado de trabalho, de onde o desemprego representava desequilíbrio momentâneo. Na atualidade, porém, o desemprego é crônico e insuperável, o que desvenda o caráter limitante e defensivo dos mecanismos tradicionais de luta do proletariado – os sindicatos e os partidos operários com pretensões político-parlamentares.

Essa é a principal característica da crise atual que não é transitória, mas estrutural, impondo, por isso, limites absolutos ao sistema. O fenômeno traz um enorme desafio para o campo da crítica marxista que não pode mais desconhecer que a forma societal assim constituída resulta de um desconcertante e planetário desmonte da classe trabalhadora. Diante do quadro, os mais variados *movimentos sociais de massas* – organizados e espontâneos - pautados na *centralidade do trabalho* vêm, em grande medida, atender às necessidades contingentes da classe. Com isso afirmamos que os indivíduos que compõem a militância desses movimentos seguem sendo trabalhadores – desempregados, empregados, precarizados – em busca de uma nova práxis de enfrentamento das contradições sociais cada vez mais agudas. Esses indivíduos postulam, portanto, uma processualidade, a construção de uma nova subjetividade que não necessariamente se encontra no chão da fábrica ou no eito da lavoura.

Tal análise procura distanciar-se dos vaticínios cometidos em nome de um proletariado idealmente instrumentalizado para a revolução. E, do mesmo modo, pretende desmistificar a teleológica associação politicista entre a consciência de classe e um desenvolvimento pleno do capitalismo com suas instituições democrático-participativas.

83. A Racionalização do Trabalho: questões teórico-práticas

Marcílio Rodrigues Lucas (Doutorando, Ciências Sociais – UNICAMP)

Este trabalho pretende discutir, a partir de minha breve trajetória de pesquisa, as relações entre estudos de caso e trabalhos de caráter mais teórico. Para tanto, apresentarei os aspectos gerais de minhas pesquisas de mestrado e doutorado. A primeira delas – já concluída – analisou as transformações (técnicas, organizacionais e políticas) ocorridas numa unidade industrial pertencente a Votorantim, localizada em Três Marias-MG. Já a segunda, ainda em curso, problematiza os dilemas enfrentados pelo marxismo diante dos processos de racionalização do trabalho, os quais se manifestaram tanto em termos teóricos (em textos de autores como Lukács, Gramsci e Thompson, por exemplo) como em termos práticos, como se expressou nas tentativas de introdução do taylorismo nos primeiros anos da experiência soviética e que, posteriormente, culminaram no fenômeno “sthananovista”.

Buscarei demonstrar a insuficiência de uma polarização entre estudos “empíricos” e “teóricos”, já que a própria separação entre teoria e prática só tem sentido, dentro da proposta (metodológica, teórica e política) de Marx, para distinguir momentos de uma atividade mais ampla. Nesse sentido, em relação ao estudo de caso realizado, deve ser enfrentada a questão: como vincular as experiências concretas e particulares dos trabalhadores de Três Marias ao movimento sócio-histórico mais amplo e, ao mesmo tempo, evitar o estabelecimento de conexões – nos termos de Lukács – “puramente abstratas” e “estranhas à vida”? Por outro lado, no caso de um estudo “teórico”, caberia perguntar: como analisar dilemas enfrentados pelo marxismo, evitando uma postura “professoral” e descolada das dinâmicas e lutas concretamente travadas entre trabalhadores e capitalistas?

84. Mulheres, a Luta Armada e a Crise Estrutural do Capital: o caso da guerrilha salvadorenha

Maria Gabriela Guillén Carías (Doutoranda, Sociologia – UNESP)

Ao longo da sua história, mulheres trabalhadoras de El Salvador constituem a parcela mais atingida pelos altos índices de pobreza do país. Tal condição, agravada pela intensificação da repressão ditatorial, impulsionou seu engajamento na mobilização popular e na luta armada da segunda metade do século passado.

Finalizado o conflito armado, em 1992, os acordos pactuados entre guerrilha e governo visavam promover a democracia e os direitos humanos. Apesar de eliminada aquela forma de violência política, porém, não se constata nenhuma melhoria nas condições de vida das classes populares em geral e das mulheres em particular.

Ao contrário, os Acordos de Paz, já sob a crise estrutural do capital, acabam por consolidar as políticas neoliberais, impedindo qualquer avanço mais substantivo na pretensa igualdade social ou de gênero, posta pela revolução. Isso significa que o capital e seu controle hierárquico sobre a atividade produtiva humana suplantou a luta dos revolucionários, mantendo a opressão sobre a mulher na esfera da produção e da reprodução para realizar a extração de excedente de trabalho. A experiência comprova que a superação da sociedade de classes e suas desigualdades, deve estar vinculada a luta pela emancipação feminina. Esta pesquisa tem por objetivo analisar criticamente o projeto político e as formas de sociabilidade internas à organização guerrilheira através do papel atribuído e desempenhado pelas mulheres durante e depois do conflito armado, com o intuito de elucidar os motivos do seu fracasso em conexão com a crise estrutural do capital.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 9 – Educação e Emancipação Humana

Coordenador da mesa: Justino de Sousa Junior (Educação – UFC)

Ementa: Debate em torno das categorias trabalho, práxis, política, educação emancipação humana; sobre o problema da emancipação humana em Marx; a atualidade do tema da emancipação humana e os diálogos possíveis a partir da obra de Marx; a relação educação e emancipação humana; emancipação humana e a América Latina.

RESUMOS

91. Emancipação e Bem Viver em Marx

Antonio Julio de Menezes Neto (Educação – UFMG)

Marx, em suas obras, descreve e critica a sociedade do capital como dependente da reprodução da mercadoria, na qual os seres humanos ficariam reféns desta reprodução. Desta forma, o consumismo torna-se um dos pilares do sistema criticado por Marx, trazendo como conseqüência a necessidade de destruição da natureza e uma vida humana destituída de sentido. Ao mesmo tempo, seus escritos não negam que, mesmo sem mistificação, a emancipação humana, para além da sociedade do capital, necessita dos avanços da ciência e da técnica, para conquistarmos a “sociedade da liberdade para além da sociedade da necessidade”. Desta forma, as propostas dos indígenas andinos do “Bem Viver”, que se aproxima, inclusive, da proposta zapatista no México, poderiam ser debatidas no seio da superação do capitalismo. Porém, para não haver o perigo da apologia da “pobreza” ou do “conformismo”, as discussões de Marx acerca dos benefícios da ciência e da técnica não podem ser desconsiderados.

92. Educação e Emancipação Humana: fundamentos teórico-políticos da educação integral a partir de Marx

Justino de Sousa Junior (Educação – UFC)

O termo *educação integral* é comumente associado a perspectivas teóricas e políticas não marxistas, como o pragmatismo, por exemplo. No campo do marxismo a ideia da educação como processo abrangente normalmente se traduz no conceito de educação onilateral. Porém, trata-se de duas coisas distintas. O conceito de educação onilateral diz respeito a um estágio da formação humana em que os sujeitos encontram possibilidades objetivas para seu livre e amplo desenvolvimento em todas as direções, sem que determinações históricas como a divisão do trabalho capitalista, a alienação e o estranhamento existam para inibi-lo. Já o conceito de educação integral pode ser pensado em Marx a partir das proposições que pretendem, dentro das possibilidades abertas pelas tensões de classes, estabelecer formas de

reintegração da formação humana, contra o dilaceramento do sujeito provocado pela sociabilidade burguesa. Esta reflexão pretende estabelecer que a ideia de integração é, desde sempre, a noção fundamental que orienta as reflexões e proposições marxianas sobre a educação como a união trabalho e ensino e a politecnicidade; que ela ultrapassa as dimensões do trabalho, entendido estritamente sob as formas objetivas que assume na sociedade do capital, e dos sistemas oficiais de ensino; e que ela se constitui fundamentalmente das dimensões do trabalho, da práxis político-educativa e da escola. Essa reflexão pretende, resgatando a ideia de educação integral a partir de Marx, contribuir para o debate brasileiro atual do ensino médio integrado.

93. Marxismo, História Crítica e Educação Indígena

Pablo Luiz de Oliveira Lima (Educação – UFMG)

O marxismo pode ser apropriado pela educação indígena na construção de uma história crítica em relação ao capitalismo, à colonização, ao consumismo e ao imperialismo. No entanto, para isso, o marxismo deve superar algumas marcas eurocêntricas, como a ruptura entre natureza e cultura, a associação entre natureza e recursos econômicos, e a apologia do progresso técnico-industrial. Por outro lado, os educadores e acadêmicos indígenas têm dificuldades em dialogar com o campo teórico mais amplo da pedagogia, mantendo-se restritos a currículos culturalistas, etnicamente centrados, sem que a produção teórica indígena consiga espaço no meio acadêmico. A proposta do trabalho é discutir sobre as possibilidades de interseção e engajamento entre o marxismo e a educação indígena, em um esforço intercultural de construção de novas teorias e práticas políticas no campo da educação e história.

94. A Política e a Emancipação Humana na Ontologia do Ser Social Marxiana: a emancipação social como única possibilidade de transitar para além do capital

Hormindo Pereira de Souza Júnior (UFMG)

Vamos buscar, neste artigo, explicitar a concepção de revolução e a distinção feita entre emancipação política e emancipação social na Ontologia do Ser Social marxiana. A produção teórica, de Karl Marx, forma um todo coeso, que se reafirma em suas concepções essenciais a cada desenvolvimento. O que significa dizer que não há na obra marxiana uma contraposição entre as formulações de juventude e as formulações da maturidade. O “Jovem Marx” realiza os lineamentos de sua elaboração filosófica e científica com asserções fundamentais que mais tarde serão levadas a desenvolvimento, e que assinalam a unicidade estrutural de seu pensamento. Portanto, a reflexão política marxiana toma corpo desde os primeiros escritos.

A política é, segundo Marx, uma atividade meio, datada historicamente e instrumental. É algo que há de ser superado. Esta concepção da política recusa o entendimento de que ela constitui uma dimensão do humano e do social de forma permanente e estrutural. Marx recusa as elaborações que se pautam pela busca da perfectibilidade da política compreendida como algo inerente à essência do social.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 10 – Laboratório de Estudos Marxismo e Educação (LEME) - Contradições, Limites e Ação Política a partir do Trabalho Intelectual Coletivo de Professores

Coordenador da mesa: André Malina (Professor – UFMS)

Ementa: A presente proposta de mesa coordenada objetiva discutir as políticas públicas educacionais do estado do Rio de Janeiro, com foco crítico a tais políticas e a estruturação e desenvolvimento de uma investida no âmbito do ensino superior no atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - (ISERJ), que tem como mantenedora a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - (FAETEC). Nesse contexto, como locus de luta e resistência, foi criado por um grupo de professores o Laboratório de Estudos Marxismo e Educação (LEME). Na proposta ora em tela, objetivamos também estabelecer uma narrativa que explicita o LEME enquanto um grupo em movimento, com intensa variação de linhas teóricas dentro do marxismo, na mesma medida em que às lutas foram ocorrendo, intensificando a *práxis* conforme novas construções hegemônicas e mecanismos de coerção e consentimento do Estado, tal como Gramsci aponta, aconteciam. Essa efervescência teórica não fez, entretanto, o caráter teórico-metodológico e epistemológico marxista se perder. Ao contrário, fez-nos relacionar o processo prática-teoria-prática. Nesse sentido, o direcionamento crítico da atividade teórica e prática, que estabelece possibilidades de arranjos para ação de construção coletiva do trabalho intelectual, é fundado em contradições que envolvem limites para eficácia de ações no plano político-ideológico, e para o alcance de consciências críticas possíveis, em convergência, para intervenção no domínio do real. Orientados por este suposto, do LEME derivou: financiamento público, instalação física, ação cultural, e debates e ações que deram existência a esse processo de luta. Concluimos pelo imperativo de manter o foco da discussão nas contradições da ação política tributária do trabalho intelectual coletivo de professores, e na busca da superação dos limites de compreensão conjuntural e estrutural, que teimam em dismantelar a aposta instrumental da utilização do trabalho docente como ferramenta potente e legítima no caminho da extinção da sociedade de classes.

RESUMOS

101. Professores Intelectuais e Militantes: considerações para uma epistemologia praticista

André Malina (Professor – UFMS)

O presente trabalho objetivou discutir os pressupostos teórico-epistemológicos e metodológicos de uma ação concreta de professores, tendo como matriz estruturante a prática e a mediação no Laboratório de Estudos Marxismo e Educação – LEME. A criação do LEME deu-se no dissenso em dois lados: um

na perspectiva de ensino superior dada pela FAETEC; e outro no processo de cooptação dos professores do ensino básico em desvio de função, acomodados com baixo número de aulas e apequenados no seu trabalho docente. Nós, alguns dos professores concursados, optamos pela negação desse contexto, expondo-nos a processos administrativos e perseguições variadas. É no interior desse processo que criamos o LEME com recorte marxista. No movimento dinâmico de luta, e pela própria história dos sujeitos que ali estavam, agudizava-se uma perspectiva revolucionária nem sempre alinhada com as práticas de partidos políticos, sindicatos e outros professores do ensino superior de instituições estruturadas. Embora tivéssemos apoio pessoalmente, não conseguíamos a exposição social e o apoio institucional necessário à luta. Nesse sentido, conforme o próprio contexto de embate, conceitos como Consciência de Classe, Alienação e Ideologia, eram substituídos ou confrontados com os de Revolução e Luta Armada. Desse modo, além de Marx, autores com perspectivas de compreensão marxista como Gramsci delinearão nosso escopo teórico. Do último, houve especial atenção nos conceitos de Estado, Intelectuais e Hegemonia, caracterizando uma apreensão epistemológica multilinear derivada da prática, que, portanto, refletia-se no político-pedagógico e cultural do trabalho docência-pesquisa, além do desenvolvimento da luta de resistência e das proposições de cunho cultural.

102. A Formação Crítica de Professores nas “Marés” do Estado: do embarque à deriva

Cláudia Lino Piccinini (Professora, Educação – UFRJ)

O objetivo central deste trabalho é analisar a elaboração de uma proposta curricular para a formação de professores em um curso de Pedagogia que, submersa nas tumultuadas e interesseiras manobras do Estado se mostrou avessa ao processo de manutenção das condições de precarização do ensino superior ainda em curso na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. Tal proposta, baseada na concepção de professores como intelectuais críticos, fundamentada nos eixos estruturantes trabalho – política – cultura - história, mostrou-se por demais ameaçadora aos interesses voltados para a manutenção da ordem instituída e dos poderes em disputa. O trabalho analisa documentos utilizados na elaboração da proposta curricular, relatórios de seminários e de pesquisa acadêmica, bem como dados empíricos. Tal análise foi subsidiada pelo pensamento de Karl Marx e Antonio Gramsci, bem como por autores que se dedicam a produção sobre marxismo e educação. A partir da análise conclui-se que a proposta curricular, baseada na possibilidade de “propiciar condições de reconhecimento da consciência de classe e da categoria profissional do professor”, cai por terra e é substituída pelo currículo das competências técnicas que objetiva uma determinada formação para a humanidade circunscrita a uma determinada sociedade, cujo modo de produção deve motivar sua própria perpetuação e ocultar as disputas no seio da sociedade, perpetuando o mudar para nada transformar.

103. “Aí Pagar o Pato, Vai Pegar no Leme um Dia”: cultura, teatro e cinema nas ações do Laboratório de Estudos Marxismo e Educação – LEME, notas entre convergências e contradições

Nicolas Alexandria Pinheiro (Professor, Escola de Teatro Martins Pena – ETMP)

O objetivo deste trabalho é problematizar as ações fundamentadas na prática cultural e numa proposta de efetivação do núcleo de antropologia do teatro, dentro do trabalho coletivo do Laboratório de Estudos Marxismo e Educação – LEME. A análise traça a trajetória das ações pensadas e desenvolvidas por um grupo de professores, no que diz respeito às questões culturais que se materializaram na utilização do cinema e numa proposta de estudo teatral formulado a partir do materialismo histórico. Ou seja, trata-se de um investimento de caráter descritivo-analítico, de base dialética, que tentará dar conta de um processo que não se limitou a criar um cenário para ação. A retomada avaliativa da tentativa de utilizarmos ações culturais numa perspectiva de intervenção sobre o real, que agregasse em torno de um grupo de professores alunos em processo de conscientização sobre sua condição social de trabalhador, e desvelasse a precarização do oferecimento do ensino superior, sob condições alienantes de reprodução do capital na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, foi o propósito da nossa ação cultural. Mas, imersos nas contradições da ação política-ideológica fomos instados a nos envolvermos numa luta direta com agentes do Estado burguês, e nos vimos enredados com os aparelhos repressivos deste mesmo Estado. A plena compreensão do percurso que amalgamou estratégias de luta, trabalho intelectual e, sobretudo, solidariedade de classe é o que nos motiva a esta análise, procurando pontos de convergências e estofo crítico para continuidade da nossa ação como professores comprometidos com a compreensão da lógica de funcionamento da sociedade capitalista e da especificidade da educação e da cultura na busca da sua superação. Desta feita, “aí pagamos o pato, e pegamos no leme”, numa lembrança em paráfrase a Bertolt Brecht.

104. Caminhando a Favor do Vento, com Leme e com Direção Rumo ao Encontro Clientelista: a farsa transmutada em tragédia no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ

Glória de Melo Tonácio (Professora, Unidade São Cristóvão I – Colégio Pedro II)

Esse trabalho, pautado no Materialismo Histórico, de cunho dialético, analisa as práticas e as relações sociais instituídas no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, ligado à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. Discute-se a forma como são operadas e colocadas em circulação estas práticas, a fim de que se garanta processos ideológicos e de hegemonia que perpetuam o modelo de formação adotado na instituição, baseado em relações clientelistas e na troca de pequenos privilégios entre o Estado e frações da classe trabalhadora. Mesmo com o concurso público específico para o Ensino Superior do ISERJ, no período entre 2004 e 2005 e a criação do Laboratório de Estudos Marxismo e Educação - LEME (composto por professores oriundos desse concurso e de professores-colaboradores de outras instituições como: UERJ e UFF), persistiram práticas (a manutenção de pessoal em desvio de função Ensino Superior do ISERJ; nomeação das direções da instituição pela FAETEC; a diversificação de

modelos curriculares, de acordo com o número de professores em desvio de função e um quadro excessivo de contratos provisórios) que ignoraram o bem público como atendimento das necessidades da coletividade. Quanto a atuação específica do LEME, na construção de um Curso de Pedagogia para o ISERJ, promovida por professores e alunos, em seminários, com aprovação nos fóruns deliberativos, em maio de 2007. Ocorreu o processo de apagamento dessa proposta, que previa uma nova concepção de mundo e de ordem social de base marxista, em favor de uma mera adequação da grade curricular do extinto curso superior que existia. O que houve foi uma dissimulação do *velho em novo*. Continuou *a farsa sob o disfarce de tragédia*, com a contenção da luta dos trabalhadores e da transformação social num desastroso encontro clientelista.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 11 – Método, Teoria e História do Pensamento Econômico

Coordenador da mesa: Maria Mello de Malta (Professora, Instituto de Economia – UFRJ)

Ementa: O objetivo da mesa é reconstituir o debate de método nas várias visões de História do Pensamento Econômico (HPE) e sua interlocução com o método crítico de Marx. O texto de Maria Malta traz elementos para analisar a visão de HPE de Piero Sraffa e o de Juliana Nascimento a visão de HPE de Alfred Marshall. Os trabalhos de Carla Curty, através da análise dos estudos de Marx sobre David Ricardo, e de Rodrigo Delpupo, a partir da discussão do fetichismo da mercadoria e da mistificação na qual está envolto o modo de produção capitalista, abordam a questão do método crítico de Marx, que pode também ser aplicado para a HPE.

RESUMOS

111. David Ricardo a partir da Ótica de Marx: um debate crítico sobre método em História do Pensamento Econômico (HPE)

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (Mestranda, Economia Política Internacional – UFRJ)

A proposta deste artigo é apresentar os principais elementos do método em História do Pensamento Econômico (HPE) exposto por Karl Marx em sua obra *Teorias da mais-valia*, o livro IV de *O Capital*, obra considerada fundamental para o estudo sobre HPE em Marx. Através da análise de seus estudos sobre David Ricardo – considerado por Marx um dos principais nomes da economia política burguesa – pretende-se expor a abordagem da HPE realizada por Marx. Entende-se que um elemento fundamental para uma análise em HPE, e, portanto, em teoria econômica, seja a ideologia, elemento indissociável de qualquer formulação teórica. Desta forma, pretende-se investigar como a questão ideológica se apresenta nesta abordagem, de maneira a identificar qual das possíveis diferentes acepções de Karl Marx sobre o conceito de ideologia – questão amplamente debatida na tradição marxista – norteia a sua abordagem sobre HPE.

112. A História do Pensamento Econômico como Questão: a visão de HPE de Alfred Marshall

Juliana Nascimento da Silva (Mestranda, Economia Política Internacional – UFRJ)

O artigo parte de um projeto de pesquisa que pretende entender como e por que a História do Pensamento Econômico pode ser lida e contada de tantas

maneiras distintas, procura apresentar a visão de HPE de Alfred Marshall, um dos economistas mais influentes na academia inglesa entre o final do século XIX e início do século XX. Para este autor, o conhecimento caminha por uma via de mão única, compartilhando a visão largamente difundida de progresso linear da ciência.

113. Um Comunista Italiano na Marshall Library: a propósito de Piero Sraffa

Maria Mello de Malta (Professora, Instituto de Economia – UFRJ)

A proposta do artigo que apresentamos ao leitor é mergulhar na vida e na obra do italiano Piero Sraffa com o objetivo de compreender como um autor formado na tradição marshalliana, e sob forte influência de Keynes, construiu sua crítica a esta abordagem e abriu seu caminho para uma abordagem teórica alternativa da economia. Este entendimento depende do conhecimento do contexto histórico, político e pessoal do autor, especialmente no que se refere à mudança crucial em sua frente principal de pesquisa no final dos anos 1920. Tal mudança marcou definitivamente toda a sua obra e explica boa parte dos desdobramentos críticos de seu trabalho, em especial sua contribuição à leitura da história do pensamento econômico, foco principal deste nosso esforço, na medida em que se compreende que a história do pensamento econômico é a história da teoria econômica. Finalmente pretende-se com este estudo colocar a pergunta de porque todo o controverso e profundo trabalho de Sraffa parece estar sendo excluído do corpo dos principais debates da história do pensamento econômico.

114. Mistificação, Fetichismo e Método em Marx

Rodrigo Delpupo Monfardini (Professor, Economia – UFF)

O objetivo é dar indicações a respeito da importância e da gênese do que Marx chama de “mistificação do modo de produção capitalista”, processo que, como será argumentado, tem como base o “fetichismo da mercadoria”. Uma das hipóteses a serem defendidas é que esse processo é condição de existência da sociedade vigente na medida em que categorias mistificadas são necessárias para colocar em ação os indivíduos no processo de produção. Além disso, por tornar objetivamente opacas as estruturas sociais ora postas, a “mistificação do modo de produção capitalista” torna necessária tanto uma análise científica do presente modo de produção como a elaboração de um método de investigação condizente com essa característica da sociedade.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 12 – Prismas Gramscianos: os subalternos e a política

Coordenador da mesa: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Professor – UFPI / Pesquisador, Cemarx – UNICAMP)

Ementa: A mesa tem como eixo comum a relação de diferentes aspectos do pensamento gramsciano com a política, seja nas suas fontes, seja na discussão de algumas das apropriações do pensamento referido após a Segunda Guerra Mundial. Investigar estas temáticas pressupõe analisar complexos processos de tradução conceitual e cultural que deram forma e conteúdo a elas. É particularmente importante analisar em que medida esses processos tiveram como resultado uma ruptura com o pensamento gramsciano que estava na origem ou simplesmente um desenvolvimento do mesmo.

RESUMOS

121. Antonio Gramsci e os Subaltern Studies

Camila Massaro de Góes (Graduanda – UNICAMP)

A presente comunicação é referente à pesquisa “Antonio Gramsci e os *Subaltern Studies*: uma investigação sobre os conceitos de hegemonia e subalterno”, que possui o objetivo de realizar um estudo exploratório sobre a apropriação do pensamento político e social de Antonio Gramsci no âmbito dos chamados *Subaltern Studies*, destacando os trabalhos de Dipesh Chakrabarty, Homi K. Bhabha, Partha Chatterjee, Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak. Por meio desse estudo pretende-se identificar as formas de tradução do pensamento gramsciano e, principalmente dos conceitos de hegemonia e subalterno, pelos *Subaltern Studies* e individualizar a contribuição específica destes para a compreensão dos processos de constituição de uma direção político-cultural na sociedade.

122. Gramsci, Clausewitz, Política e Guerra

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Professor – UFPI / Pesquisador, Cemarx – UNICAMP)

O objetivo do texto é esboçar uma resposta às seguintes questões: 1) Qual a relação entre guerra e política no pensamento de Antonio Gramsci? 2) Como relacionar guerra e política em Gramsci às teses sobre tais temas do general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831)? A hipótese central que orienta o raciocínio do artigo sustenta que a abordagem da guerra como metáfora da política – ponto predominante na abordagem da guerra no pensamento de Gramsci – tem sentido muito mais amplo do que a guerra no sentido de um conflito interestatal, conceito trabalhado por Clausewitz. Em que pese a conexão da guerra com a política em ambos os autores, o conflito interestatal

se coloca predominantemente no sentido clausewitziano e o sentido mais amplo de guerra como política na abordagem gramsciana.

123. A Questão Agrária Italiana Pós II Guerra

Andréia Pagani (Cemarx – UNICAMP)

No eixo de compreender os processos de clivagem e conversão que ocorreram no marxismo italiano, focaremos os embates do Partido Comunista Italiano (PCI) em torno da questão agrária – problema irresoluto desde a unificação – e recolocado dramaticamente na pauta política no período pós bélico pela urgência da reconstrução do país. Temos como hipótese geral o entendimento de que nas disputas de projetos sociais que se materializavam nas reformas de Estado, se imprimiram sínteses históricas que caracterizam o transformismo do PCI, pois expressam a direção política de um caminho teoricamente inverso ao marxismo, num processo qualitativamente superior às épocas históricas precedentes. Para isso, buscamos na primeira parte do artigo, analisar sinteticamente a Itália no período histórico de 1945 a 1964, com preendendo como a subsunção da região do *Mezzogiorno* serviu para consolidação de estruturas capitalistas modernas – e subalternas – na Europa contemporânea. Na segunda parte, apresentamos as polêmicas colocadas entre intelectuais marxistas e liberais em torno da questão agrária e da direção da modernização italiana. Por fim, apontamos alguns elementos que situam as reformas de Estado e a adesão de estratos de intelectuais tradicionais ao PCI, como elementos de clivagens entre marxistas e liberais.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 13 – Ciência e Práxis

Coordenador da mesa: Maracajaro Mansor (Professor, Economia – UFF)

Ementa: Relação entre a ciência e a complexidade crescente do ser social. A gênese de novos complexos; a própria ciência como um complexo emergente; e a capacidade da ciência de subsidiar práticas transformadoras.

RESUMOS

131. A Gênese da Ciência em Lukács e Sohn-Rethel: proposta de uma síntese a partir da categoria da emergência

André Guimarães Augusto (Professor, Economia – UFF)

O objetivo geral do artigo é indicar uma explicação materialista para a gênese da ciência, buscando uma síntese entre as teses de Lukács e Sohn-Rethel. De acordo com Lukács, o trabalho consiste em uma atividade teleológica, cuja realização requer o uso adequado dos meios. O trabalho inclui, portanto uma atividade preparatória de busca dos meios que deve evidenciar os mecanismos causais que governam o objeto de trabalho e descobrir suas possibilidades de uso. Na busca dos meios para o processo de trabalho, portanto, os homens realizam atos cognitivos. É no conhecimento orientado para o trabalho que se encontra a gênese da ciência de acordo com Lukács. Já para Sohn-Rethel a troca mercantil é caracterizada por atos de abstração que precedem a abstração realizada pelo pensamento. De acordo com Sohn-Rethel a capacidade de realizar abstrações que levam para além do empírico, característica do conhecimento científico, se encontra em relação de identidade formal e se origina da abstração mercantil. O argumento central do artigo é de que, apesar das duas teses situarem a origem da ciência em momentos diferentes do ser social, é possível uma síntese a partir do conceito de emergência. O artigo propõe que a ciência pode ser compreendida como um complexo que emerge do trabalho a medida que este atinge níveis críticos de complexidade com o surgimento, ampliação e predomínio da produção mercantil.

132. Emergência da Emergência

Eleutério Prado (Professor, Economia – USP)

No artigo, procura-se, em primeiro lugar, distinguir a ciência clássica da teoria dos sistemas, tal como foi formulada por Bertalanffy. Como essa segunda concepção de ciência apreende o mundo como uma hierarquia de sistemas de complexidade crescente, ela põe o problema da emergência. Discutem-se, em seqüência, duas grandes orientações na compreensão desse problema: o emergentismo fraco e o emergentismo forte. Mostra-se, depois, que ambas essas orientações não deixam de chegar a impasses lógicos, os quais as

levam a cair em problemas lógicos: contradições ou irracionalismos. Trabalhando os conceitos de totalidade e contradição reflexiva, indica-se na seção final como a dialética de Hegel e Marx veio superar aqueles impasses, estabelecendo a possibilidade e a necessidade de um modo de pensamento que enfrenta o devir – e as transformações qualitativas – racionalmente.

133. Realismo (Ontológico) em Milton Santos

Maracajaro Mansor (Professor, Economia – UFF)

A partir do livro *A Natureza do Espaço*, é apresentada a concepção de ciência de Milton Santos. Neste livro ele constrói um sistema (meta) teórico para definir a Geografia, enfatizando a necessidade de partir do objeto de estudo (espaço) e com uma preocupação ontológica explícita. Com isso Milton Santos se posiciona contrário à moda relativista e se coloca ao lado de autores como Lukács e Bhaskar, que destacam a capacidade da ciência de capturar objetivamente os mecanismos estruturais do mundo. O objetivo deste trabalho é apresentar o fio condutor da argumentação de Milton Santos e investigar a compatibilidade do sistema teórico proposto por ele com as contribuições de Bhaskar. Para cumprir esse objetivo, o trabalho começa por apresentar as razões que levaram Milton Santos a se preocupar em elaborar esse sistema, segue com uma exposição dos principais passos de sua argumentação, sempre procurando destacar as implicações mais gerais de sua proposta e sua concepção de ciência como um todo. Na parte final do texto são comparadas as motivações e os argumentos de Milton Santos e Bhaskar, e procura-se avaliar a fecundidade da maior comunicação entre os estudiosos dos dois autores.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 14 – Antonio Gramsci: a política como história, a história como política

Coordenador da mesa: Alvaro Bianchi (Professor – UNICAMP)

Ementa: Tomando como ponto de partida os Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci, esta mesa tem por objetivo refletir sobre os processos de construção conceitual e analítica levados a cabo no interior dessa obra. Levando adiante a máxima de Maquiavel, o marxista sardo assentou sua obra em uma atenta observação do presente e em um paciente estudo do pensamento político precedente. A história é, assim, ao mesmo tempo o objeto e o sujeito de sua pesquisa, um campo de investigação, mas também um lugar do próprio conflito político.

RESUMOS

141. Fontes para o Realismo Popular Gramsciano: Nicolau Maquiavel e Francesco de Sanctis

Alvaro Bianchi (Professor – UNICAMP)

Daniela Xavier Haj Mussi (Doutoranda – UNICAMP)

O pensamento político italiano moderno é marcado pela influência de Nicolau Maquiavel e de Francesco Guicciardini. Se em Guicciardini o pensamento e a ação política estavam baseados no discernimento e na prudência, o compromisso de Maquiavel é com a unidade da Itália, com um futuro imaginado e desejado. Durante o séc. XIX na Itália o realismo desses autores é recuperado através da ideia de tomar as coisas em sua efetividade e considerar a política como um conjunto de práticas voltadas para a conquista e manutenção do poder político. Em diálogo crítico com os dois pensadores renascentistas Francesco De Sanctis intervém no combate pela unificação da nação italiana, para que esse novo momento histórico pudesse superar as antigas relações de forças e criar um novo Estado. Nesse sentido, faz a crítica da “democracia formal” e afirma a necessidade da “democracia real” na Itália *risorgimentale*.

142. Jacobinos e Jacobismo nos Cadernos do Cárcere

Sabrina Miranda Areco (Doutoranda – UNICAMP)

Este artigo analisa a presença dos termos jacobinos e jacobinismo nos Cadernos do Cárcere. Pretende destacar como os jacobinos históricos foram valorizados na filosofia da práxis em razão do caráter resolutivo de sua prática política, assim como pela vinculação de suas diretivas com a necessidade histórica concreta de superação do velho regime. Referindo-se ao grupo ativo da fase radical da Revolução Francesa – a República Jacobina (1793-1794) - o marxista italiano refletia também sobre a estratégia revolucionária das classes

subalternas no século XX. A valorização dos jacobinos históricos encontrou uma sistematização teórica no conceito de jacobinismo, que é central no pensamento gramsciano e pode ser entendido apenas em articulação com as discussões sobre hegemonia, partido e revolução. Desse modo, o artigo visa explorar os nexos entre o conteúdo histórico e a prática política, isto é, entre os jacobinos e o conceito de jacobinismo, explicitando como o passado torna-se política no pensamento de Antonio Gramsci.

143. Tradução e Tradutibilidade na Obra de Antonio Gramsci

Verônica Gomes (Mestranda – UNICAMP)

A proposta desta pesquisa é de mapear e analisar as traduções que o conceito de revolução passiva sofreu no Brasil. Focalizada nesse conceito, - que explica os processos de modernização impostos “pelo alto”-, nossa proposta pretende tratar o conjunto dos estudos brasileiros, iniciados na década de 1970, que o utilizam para pensar a conformação social do país, tentando sistematizar essas apropriações em um possível debate em torno das mesmas. Importará resgatar o método de análise gramsciano de suas obras - primordialmente dos Cadernos do Cárcere - e apreender o uso que os intelectuais e intérpretes brasileiros tiveram das mesmas, em função da realidade do país, verificando, também, sua importância e atualidade na compreensão da formação do Estado capitalista do Brasil.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 15 – Pensamento Político Marxista na América Latina

Coordenador da mesa: Rodrigo Santaella Gonçalves (Mestrando, Ciência Política – UNICAMP)

Ementa: Compomos uma linha de pesquisa a respeito de pensamento marxista na América Latina, ligada ao grupo de pesquisa “Marxismo e Pensamento Político”, vinculado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), e coordenado pelo professor *Álvaro Bianchi*. Consideramos que dadas as condições de trabalho para o pesquisador contemporâneo, e a necessidade constante de produção de investigações que contribuam teórica e politicamente na realidade na qual estamos inseridos, a pesquisa e a produção acadêmica coletiva é cada vez mais importante. É neste espírito e dentro dessa concepção de produção acadêmica que se insere a proposta de mesa aqui apresentada.

Trata-se de uma mesa que se propõe a debater o pensamento marxista latino-americano, e que de acordo com os temas abordados se encaixa fundamentalmente nos eixos temáticos 2 e 3 do Colóquio Marx e Marxismos. Apesar das diversas diferenças entre as realidades locais no continente, vemos a produção do marxismo na América Latina como parte integrante de um processo que ocorreu (e ainda ocorre) na estruturação do capitalismo nesta região e nas relações que esse sistema cria e molda entre os países do continente e entre eles e o resto do mundo. No empenho de traçar o caminho de debates aqui proposto, perceberemos que existem dois eixos que perpassam qualquer estudo marxista que tenha a intenção de compreender e/ou analisar a dinâmica político-histórica da América Latina:

- a) Reforma x Revolução
- b) Nação x Imperialismo

O que norteia fundamentalmente esta proposta de mesa é a necessidade de que os marxistas do continente não só conheçam as teorias e categorias aqui elaboradas, mas também as utilizem em suas próprias pesquisas e atividades militantes. Neste sentido, propomos a expor e debater uma trajetória do pensamento marxista da região, através de quatro temas principais, que são debatidos nos trabalhos da mesa e que se baseiam, de uma forma ou de outra, nos debates entre reforma e revolução, e nação e imperialismo.

O primeiro dos temas trabalhados é uma contextualização e balanço geral do marxismo na América Latina no século XX, que cumpre um papel introdutório no debate da mesa e que mostra como os dois eixos citados anteriormente surgem e se articulam no debate marxista da região. Depois, trataremos do conteúdo e da atualidade do pensamento de um dos mais importantes marxistas latino-americanos, o peruano José Carlos Mariátegui, com o intuito de mostrar o quão importante são suas reflexões e categorias para a análise da realidade atual, e por outro lado o quão pouco utilizadas essas categorias tem sido realmente na pesquisa social latino-americana. O terceiro tema é a vertente marxista da teoria da dependência, que foi em

diversos momentos ofuscada e desvirtuada por outras vertentes e que é extremamente importante no Brasil e para o debate contemporâneo acerca das relações entre as nações do continente e destas com o resto do mundo. Por último, encerraremos a mesa com um debate acerca da relação do pensamento marxista venezuelano e boliviano com os governos de ambos os países, num contexto intelectual de tensão entre reforma e revolução, tentando entender como as categorias marxistas contribuem para entender as possibilidades e os limites destes governos.

RESUMOS

151. Marxismo e Governos na América Latina: os casos de Bolívia e Venezuela

Rodrigo Santaella Gonçalves (Mestrando, Ciência Política – UNICAMP)

Euclides de Agrela Braga Neto (Mestrando, Ciência Política – UNICAMP)

A eleição de governos de centro-esquerda no continente latino-americano na virada do século XX atraiu os olhares de todo o mundo. Depois de um longo período de hegemonia do neoliberalismo na região, a América Latina passou por mudanças profundas em seu contexto político. Venezuela e Bolívia são dois dos mais claros exemplos deste fenômeno, apesar das diferenças entre os dois processos. Por outro lado, apesar de terem gerado esperanças na intelectualidade marxista e nos movimentos sociais destes países, alguns intelectuais marxistas nunca os apoiaram, outros apoiaram inicialmente e aos poucos romperam com estes projetos, enquanto boa parte da intelectualidade segue apoiando estes governos até hoje.

O objetivo deste artigo é analisar um importante recorte da produção marxista contemporânea destes países, particularmente nas construções teórico-críticas recentes que analisam as possibilidades e limites destes governos. No caso da Venezuela, discorre-se fundamentalmente sobre o pensamento de autores organizados em torno da “Revista Venezolana de Economía y Política” da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela. No caso boliviano, analisaremos a produção teórica do Grupo Comuna. Em ambos os casos, o recorte será expandido, já que alguns autores referidos estão fora dos círculos citados e merecem uma análise também aprofundada. Trata-se de buscar elementos comuns na abordagem marxista local acerca destes dois processos distintos, bem como de construir uma reflexão a respeito das possibilidades e limites da utilização do Estado capitalista como instrumento de mudança radical da sociedade na luta de classes contemporânea.

152. A Vertente Marxista da “Teoria” da Dependência no Âmbito do Pensamento Político-Social Latino-Americano

Maíra Machado Bichir (Mestranda, Ciência Política – UNICAMP)

Tatiana Prado Vargas (Mestranda, Ciência Política – UNICAMP)

Pensar o desenvolvimento das Ciências Sociais latino-americanas nos últimos decênios nos remete ao debate sobre a condição de subdesenvolvimento que historicamente tem afetado os distintos países da região. A conformação de um pensamento político-social latino-americano traz

a marca da reflexão em torno dos problemas políticos e sociais característicos de países que carregam em sua história a marca da dependência em relação aos ditos países “centrais”.

O presente artigo dirige seu foco ao estudo do pensamento dependentista, e em particular, à vertente marxista da “Teoria” da Dependência, a qual se constitui como instrumento teórico para a análise da problemática do subdesenvolvimento e da dependência latino-americana. Assim, os objetivos da investigação consistem na apresentação e na discussão dos antecedentes da “Teoria” da Dependência – os movimentos históricos, econômicos, políticos e sociais referentes à sua formulação –, seu papel dentro da história do pensamento latino-americano, seus interlocutores intelectuais e políticos, bem como sua estrutura de pensamento. Retomando as formulações teóricas de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra ao longo dos anos 1960 e 1970, buscaremos traçar os principais conceitos envolvidos na chamada vertente marxista da “Teoria” da Dependência, ressaltando o papel exercido por estes pensadores na constituição de um pensamento político-social especificamente latino-americano.

153. O Marxismo na América Latina

Luís Felipe Aires Magalhães (Mestrando – UNICAMP)

Isabella Duarte Pinto Meucci (Graduanda, Ciências Sociais – UNICAMP)

Há uma rica tradição marxista em nosso continente que se inicia ainda ao final do século XIX, quando o argentino Juan Justo traz a primeira tradução ao espanhol de *O Capital*. Nos anos seguintes, não apenas a produção teórica de intelectuais como o chileno Luís Emílio Recabarren e o peruano José Carlos Mariátegui (divisor de águas no marxismo latino-americano), mas também a luta socialista de Sandino e Farabundo Martí, contribuíram enormemente para a organização dos trabalhadores e a criação dos primeiros partidos de classe.

Nas décadas seguintes, esses partidos, muitos dos quais associados a III Internacional Socialista, vinculam suas teses a da revolução etapista e, se por um lado obstaculizam o marxismo criativo na América Latina, por outro criam as condições para o surgimento do marxismo renovado dos anos 1960 e 1970 por meio de uma ruptura. Buscaremos, neste trabalho, resgatar essa tradição, dando especial atenção aos seus primeiros anos de história.

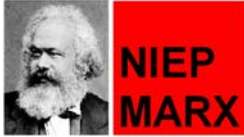
154. Atualidade do Pensamento de José Carlos Mariátegui

Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda (Mestrando – UNICAMP)

Thais Lima Martin (Graduanda, Ciências Sociais – UNICAMP)

José Carlos Mariátegui foi o primeiro marxista latino-americano que sistematizou sua teoria e contribuiu genuinamente para o marxismo e para a luta social na região. Sua experiência na luta de classes peruana o estimulou a repensar que tipo de sujeito coletivo se mobilizaria na luta contra o capitalismo e em defesa do socialismo no Peru. Sua perspectiva foi inovadora e muito difundida em outras situações históricas, principalmente por conta da percepção sobre o papel dos estudantes aliados aos operários sob uma identidade cultural e social que resgata o caráter indígena de muitos desses lutadores. Este trabalho busca, a partir do resgate das idéias desse autor marxista peruano, debater a atualidade de sua contribuição sob a luz de alguns

exemplos de lutas sociais ocorridos na América Latina. Considerando os estudos voltados para a história do pensamento político, utilizamos uma abordagem marxista que incorpora uma perspectiva contextualista dos conceitos adotados por Mariategui em sua análise sobre a realidade peruana, levantando qual pode ser a sua relevância para a compreensão de processos políticos de lutas sociais atuais. Especialmente na América do Sul, movimentos de trabalhadores, estudantes e indígenas tem uma pauta comum contra a exploração de países desenvolvidos ou imperialistas. Um exemplo dessa reconstrução frente única, que Mariategui tratou como uma *aliança popular contra o imperialismo*, é a luta de movimentos sociais contra os latifundiários, aliando uma pauta ecológica, de luta pela reforma agrária, anti-imperialista e internacional, especialmente se levarmos em conta o papel de empresas transnacionais na região sul-americana e seu papel de instrumentalização do capital internacional.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 16 – Políticas do Comum: além do direito e do estado

Coordenador da mesa: Gustavo Proença Mendonça (Doutorando, Filosofia do Direito – UERJ)

Ementa: A mesa será composta por participantes do *Direito do Comum*, um grupo de ativistas e intelectuais, predominantemente de formação jurídica, que atuou em intervenções, encontros e redes ao longo de 2011, conjugando militância política e produção acadêmica. Esta proposta de mesa contempla as diferenças das linhas teóricas e práticas de cada participante, reunidas ao redor da prática comum junto a movimentos sociais e lutas urbanas ao longo dos últimos anos, que vão além de pretensões normativas ou reivindicações de direitos ante as instâncias estatais. No contexto da crise do capitalismo global e da nova composição de classe do proletariado, propõe-se a colocar e debater problemas relacionados com: capitalismo e forma jurídica, propriedade sobre o imaterial, reconhecimento de minorias, o controle social capitalista sobre o espaço urbano e o direito à moradia, e a criminalização dos movimentos.

RESUMOS

161. Da Lei Sinde à Ana de Hollanda: o retorno da acumulação primitiva

Bruno Cava (Mestrando, Filosofia do Direito – UERJ)

Eduardo Baker Valls Pereira (Mestrando, Direito Penal – UERJ)

Mayra Cotta Cardozo de Souza (Mestranda, Direito Penal – UERJ)

Mais do que um problema jurídico complexo, o que está em jogo na questão dos direitos autorais ou, mais amplamente, na propriedade sobre o imaterial, é a própria forma de organizar a sociedade e seu modo de produção de bens e valores. Este artigo se propõe a analisar os processos de acumulação primitiva do capital no contexto da centralidade do trabalho imaterial sobre as dinâmicas produtivas de valor, de circulação e consumo, sob o ponto de vista da forma jurídica e da criminalização dos movimentos pela cópia livre e redes colaborativas. Daí abordará as lutas reais contra a implantação da Lei Sinde, durante o governo Zapatero, na Espanha, bem como as políticas proprietárias para a cultura no governo Dilma e o projeto de Lei Azeredo, na medida em que estão gerando uma resistência qualificada do proletariado contemporâneo, --- seja no Movimento do 15 de Maio (15-M), seja nas marchas e frentes pela cultura livre.

162. Do Manifesto Comunista à Teoria do Reconhecimento: uma nova crítica social

Gustavo Proença Mendonça (Doutorando, Filosofia do Direito – UERJ)

Apesar do aparente triunfo do sistema capitalista, as mazelas sociais geradas por sua implantação hegemônica como, por exemplo, a criação de um

contingente de pessoas estruturalmente excluídas enquanto necessidade inerente ao próprio sistema é tão perversa e profunda como as previstas por Karl Marx na elaboração de sua crítica e não podem ser ignoradas nem naturalizadas. Imbuído do mesmo espírito de busca emancipatória do homem e da sociedade, Charles Taylor, filósofo canadense, atualiza as formulações marxistas desmascarando a ideologia disfarçada de objetividade social e possibilita no campo teórico uma reconstrução da hierarquia valorativa e contingente que divide os seres humanos em mais e menos, valorizados e desvalorizados, bem pagos e mal pagos por seu trabalho, desvendando uma verdadeira lógica normativa do capitalismo. Pretendo neste artigo demonstrar que as novas teorias da crítica social contemporânea, quais sejam a teoria do reconhecimento formulada por Charles Taylor e o seu debate com a proposta de redistribuição da filósofa norte-americana Nancy Fraser, são ancoradas na teoria marxista cujos ideais libertários permanecem com a mesma força inspiradora e transformadora de 150 anos atrás.

163. A Resistência da Cidade do Rio de Janeiro diante das Políticas de Repressão e Remoção Pré-Cidade-Global

Alexandre Fabiano Mendes (Doutorando, Direito da Cidade – UERJ)

Diogo Pinheiro Justino de Souza (Mestrando, Teoria e Filosofia do Direito – UERJ)

Ludmila Ribeiro Paiva (Mestranda, Direito da Cidade – UERJ)

Mariana Gomes Peixoto Medeiros (Graduada, Direito – UERJ)

No início dos anos 90, emergiu na cidade do Rio de Janeiro um novo modelo de política urbana, que propôs mudanças na estrutura e na gestão da cidade com a redefinição do papel do governo local. O executivo municipal, como agente potencializador do desenvolvimento econômico da cidade, deveria adotar uma postura empreendedora, estratégica e inevitavelmente afinada com o discurso empresarial. Esse novo perfil de governança hoje começa a atingir um alto grau de institucionalidade, com a realização de vultosos projetos urbanísticos que resignificam os espaços e desencadeiam o processo de “gentrificação” (expulsão branca, decorrente da valorização imobiliária excessiva e encarecimento do custo de vida em determinada região). Para a cidade-sede dos megaeventos esportivos é indesejável que se dê visibilidade às mazelas sociais e à desordem urbana: uma nova estética se impõe, e requer a expulsão da população de baixa renda para as regiões periféricas da cidade, pouco atrativas ao capital imobiliário. Este artigo busca analisar esse processo, dentro da perspectiva das lutas pela cidade, no marco teórico de autores como Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos, buscando relacionar as transformações em curso na cidade ao ideário de cidade-global e “criativa” – espaço privilegiado para o capitalismo cognitivo capturar a produção de conhecimento, a criatividade e a cooperação social através de táticas de controle social e biopoder – além de observar como são tecidos canais de resistência e cooperação entre os moradores e entidades diversas, na luta por espaços de participação na gestão democrática da cidade.

164. Para a Crítica à Teoria Crítica do Direito: caminhos para uma (nova) interpretação do direito nas periferias

Carolina Alves Vestena (Mestre, Poder Judiciário – FGV Direito Rio)

À semelhança de outras realidades consideradas periféricas como a latinoamericana, as disputas por prestações sociais generalizam-se na relação ambivalente entre expressões da sociedade organizada e as instituições do estado. As diferentes instâncias sociais relacionam-se conforme os interesses em jogo, o que demonstra um sofisticado equilíbrio entre resistência à marginalização social e conquista de concessões esporádicas, voláteis, mas significativas para a subsistência dos grupos sociais. Uma série de exemplos demonstra a incapacidade dos conceitos clássicos abarcarem fenômenos sociais contemporâneos. Suas ferramentas analíticas centradas na separação entre estado e sociedade civil, que posicionam os últimos como agentes passivos em relação aos primeiros, não parecem mais ser viáveis, pois as clássicas dicotomias que organizaram a formulação do pensamento social nas últimas décadas são vistas como insuficientes para a compreensão do mundo contemporâneo. Mesmo a potente crítica ao capitalismo apresentada por Marx e reinterpretada por inúmeros autores apresenta limitações no que diz respeito à superação da centralidade do modelo europeu de modernidade. Esse trabalho propõe um desenho teórico-empírico para formulação de uma crítica pós-colonial aos limites conceituais das interpretações hegemônicas do direito no Brasil. Pretende-se analisar esse problema a partir do contexto dos projetos de reforma orientados pelo estado brasileiro para as políticas de erradicação da miséria, promoção da igualdade e assistência social, ou resumidamente, a forma de utilização do direito como ferramenta na formulação de tais políticas públicas de alcance macrossocial.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 17 – Ideologia do Desenvolvimento, Educação e Políticas Públicas

Coordenador da mesa: Vânia Cardoso da Motta (Professora, Educação – UERJ)

Ementa: Esta mesa propõe a discussão sobre as formas de enfrentamento da questão social que articulam pobreza, educação e desenvolvimento, e que vêm se realizando desde a virada do milênio, especificamente no Brasil, a partir dos governos de Lula. Busca indicar algumas novas determinações: no campo econômico, com a versão o novo-desenvolvimentista, e político e ideológico, com o resgate da noção de capital social, que se apresentam como tentativas de realizar um “capitalismo com face mais humana” através de políticas sociais focadas e compensatórias e de parcerias público-privadas. Discutiremos duas ordens de questões: 1) o papel do Estado para assegurar as condições de acumulação do capital, ampliando as margens do mercado de consumo, aliviando a pobreza e controlando possíveis tensões políticas; e 2) a difusão da necessidade de construir uma sociedade em harmonia, que se traduz na incorporação da ética empreendedora dos empresários em todas as esferas sociais, em particular, no âmbito da educação escolar com a inserção direta dos empresários no chão da escola. As categorias de análise pautam-se, basicamente, nas teorias sociais marxiana e gramsciana, e resgata elementos das análises sobre desenvolvimento dos anos 1960-70, à luz de Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

RESUMOS

171. Desenvolvimento, Educação e Questão Social: empresários e banqueiros como organizadores da cultura

Vânia Cardoso da Motta (Professora, Educação – UERJ)

Este artigo discorre sobre o processo de mudança das formas de enfrentamento da questão social a partir da virada do milênio, com políticas sociais focadas, compensatórias e articuladas - pobreza, educação e desenvolvimento - coordenadas pelo Estado e viabilizada pelas parcerias público-privadas. Indica a forte presença do empresariado como organizador de cultura, mais expressivamente a partir de 2006 com a criação do Movimento Todos pela Educação, com o crescente número de criação de Organizações Sociais (nos vários setores sociais, mas na educação especificamente), com as políticas educacionais fragmentadas em projetos executados pelos parceiros do terceiro-setor que disputam a verba pública e a direção do processo pedagógico escolar diretamente no chão das escolas.

172. Pac e o Estado Brasileiro: revisitando o mito desenvolvimentista

Bruno Gawryszewski (Doutorando, Educação – UFRJ)

Declaradamente inspirado nos projetos que marcaram época no período conhecido como Nacional-Desenvolvimentismo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é considerado pela base de apoio ao governo do Partido dos Trabalhadores uma inflexão do Estado em garantir o papel do Estado como um indutor para o investimento privado produtivo e aplicação direta de gastos públicos, em meio ao esgotamento dos planos econômicos neoliberais dominantes nas décadas de 1980 e 1990. Revisitando o mito desenvolvimentista, o PAC se ampara em premissas semelhantes de um arranque para o crescimento econômico como condição para a elevação do padrão de vida da população. Desse modo, o objetivo do trabalho é compreender as condições objetivas em que o PAC tem se consolidado como carro-chefe de intervenção do Estado brasileiro. Para esse fim, a análise se compõe tanto por autores que fizeram a contraposição ao Nacional-Desenvolvimentismo quanto por aqueles que se detém sobre a conjuntura contemporânea do chamado novo-desenvolvimentismo. Assim, o trabalho aponta que a implementação do PAC consolida como política estratégica nacional, a inserção do país na economia-mundo, por meio de um padrão de acumulação de capital que promove a expansão concomitante dos núcleos centrais da burguesia internacional associados às frações internas da burguesia local sob financiamento estatal e que, tal como seu antecessor, o novo-desenvolvimentismo se utiliza de estratégias passadas, como a superexploração do trabalho e a apropriação privada dos recursos naturais.

173. Desenvolvimentismo e Dependência: ideologia e teoria na abordagem do desenvolvimento capitalista

Michelle Pinto Paranhos (Mestre, PPFH – UERJ)

Frente aos sinais de esgotamento da ideologia e da política econômica neoliberal como estratégia de desenvolvimento na última década, surgiram novas alternativas ideológicas e programáticas que demarcam mudanças no que tange à orientação das políticas públicas na América Latina. Dentre estas alternativas, encontra-se o chamado novo-desenvolvimentismo, que ganhou terreno no Brasil especialmente no segundo governo Lula. De um modo geral, muitos dos temas que dizem respeito ao desenvolvimentismo dos anos 1950, sob uma nova roupagem, voltaram a figurar as preocupações dos organismos internacionais e dos países. Neste sentido, este artigo busca compreender o contexto histórico e os principais aspectos conceituais e ideológicos do desenvolvimentismo dos anos 1950 e se contrapõe aos seus princípios pela perspectiva materialista histórico-dialética. O artigo encontra-se estruturado a partir de três tópicos: num primeiro momento, analisamos o contexto histórico no qual o desenvolvimentismo se consolidou como ideologia dominante e como mecanismo de consolidação da hegemonia estadunidense após 1945; o segundo momento constitui a análise do papel do Estado no desenvolvimentismo como mecanismo de difusão ideológica e agente material do crescimento econômico e da industrialização; por último, realizamos um breve resgate da crítica empreendida à ideologia do desenvolvimento nos anos 1960 na América Latina, nos marcos da Teoria da Dependência e do conceito de capitalismo dependente, no intuito de construir um referencial teórico capaz

de permitir uma perspectiva crítica do desenvolvimentismo e do novo-desenvolvimentismo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 18 – Em Busca do Marxismo para Compreender a Cultura Contemporânea

Coordenador da mesa: Paulo Rodrigues Gajanigo (Professor substituto, Sociologia – UFF)

Ementa: A mesa reúne trabalhos que enfrentam o desafio de encontrar na tradição marxista instrumentos teóricos para compreender a cultura contemporânea. Buscam em importantes marxistas referências (Gramsci, Raymond Williams, Lukács) que permitam reafirmar a atualidade de seu método e seus conceitos. Compartilham, em suas particularidades, do esforço de pensar a esfera da cultura dentro do marxismo, tema por vezes desprivilegiado na história da tradição marxista.

RESUMOS

181. Cidadania: a gente vê por aqui? - mídia e hegemonia a partir de Gramsci

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira (Mestre, Educação – UERJ)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de cidadania midiaticamente construído, tendo como objeto as Organizações Globo (ou Sistema Globo de Comunicação), maior grupo de comunicações do país e um dos cinco maiores do mundo. Os esforços concentram-se na construção de um arcabouço teórico-analítico, a partir dos conceitos gramscianos de hegemonia e sociedade civil, que permita uma reflexão crítica acerca dos meios de comunicação, notadamente a grande mídia, e seu papel decisivo enquanto aparelho privado de hegemonia que forja, reproduz e legitima interesses de classe, “educando” ideológica e culturalmente as diversas classes e frações de classe da sociedade civil.

A hipótese central do trabalho é a defesa de que a visão de cidadania difundida pela *Globo* corresponde ao projeto liberal de sociedade. Entendendo o liberalismo como um modo de interpretar e construir a realidade social, em outras palavras, como uma ideologia que possui materialidade, elencamos algumas de suas características, legitimadas pela *Globo* em suas diversas formas de atuação: entender o indivíduo como centro e ponto de partida, valorizando-o como ente independente, justificando desta forma o “voluntariado” como a força motriz da sociedade civil engajada; preservar a ordem, fiscalizando qualquer tentativa de subversão da mesma; associar constantemente cidadania com consumo, configurando o “espaço do cidadão” como um momento nevrálgico da lógica de acumulação capitalista; compreender Estado e sociedade civil como espaços estanques, separados, com a preponderância da “sociedade dos indivíduos” sobre a estrutura monolítica do Estado regulador; afirmar o caráter positivo, imprescindível e mesmo místico do mercado, dentre outras.

182. Cultura em Raymond Williams e György Lukács: materialismo cultural e vida cotidiana

Paulo Rodrigues Gajanigo (Professor substituto, Sociologia – UFF)

Os marxistas que se dedicam a trabalhar com o conceito de cultura, um dos mais importantes nas ciências sociais hoje, enfrentam dois grandes obstáculos, para além das dificuldades que o próprio conceito impõe por sua amplitude e pouca determinação: nossa principal fonte – a obra de Marx – não o apresenta claramente; o marxismo do século XX apesar de se dedicar a esse conceito, abrigou uma grande variedade de compreensões sobre o conceito. Uma das tarefas, portanto, ao tratar deste conceito no marxismo, é fazer dialogar as importantes contribuições e avaliar em que sentido é possível realizar sínteses.

Nesta comunicação, trato das possíveis conexões entre a visão de György Lukács (particularmente nos escritos *Estética*, *Ontologia e Prolegômenos*) e a de Raymond Williams. Este último, fortemente influenciado por Gramsci, foi o mais importante marxista que tratou da cultura em sua concepção mais atual e hegemônica no debate da teoria social contemporânea. Lukács não faz uso largo deste conceito. No entanto, confrontando os dois autores, apresento pontos de afinidade teórica que podem nos auxiliar em sua determinação para o marxismo. A notável contribuição de Williams foi compreender a cultura como ordinária, comum. Lukács, particularmente na *Estética*, defendeu que o cotidiano é o princípio e o fim da prática, mesmo aquela mais distante do imediatismo cotidiano, como a arte e a ciência. Ao identificarmos esse chão comum, é possível aprofundar esse diálogo avaliando em que sentido a visão ontológica de Lukács tem afinidade com o materialismo cultural de Williams.

183. Emergente, Residual e Reminiscência: reflexões sobre música brega à luz de Walter Benjamin e Raymond Williams

Raquel Sant'Anna (Mestranda, Antropologia Social, Museu Nacional – UFRJ)

Como apontaram os autores da chamada “Escola de Frankfurt”, a consolidação de uma “Indústria Cultural” alterou profundamente as formas de convencimento e disputa da luta de classes. Uma vez que o caráter classista dessa nova indústria não se apresentava de maneira evidente, parte importante da literatura marxista a respeito da cultura no século XX esteve concentrada em demonstrar as conexões entre os interesses do Capital e a imposição ideológica da burguesia. A partir da segunda metade do século, porém, aparece na obra de autores como Raymond Williams e Fredrick Jameson de maneira cada vez mais forte a necessidade de aprofundar as reflexões acerca das razões que permitem a identificação subjetiva dos trabalhadores com os produtos da Indústria Cultural e como o entendimento da Cultura como “arena privilegiada da luta de classes”.

Em acordo com esse posicionamento, este trabalho discute aspectos subjetivos envolvidos nas apropriações da cultura popular por parte da chamada Indústria Cultural a partir da análise da trajetória da chamada música “brega”. As inflexões sofridas por este gênero e pela categoria que o nomeia (o “brega”) nos últimos 50 anos demonstram diferentes estratégias de mediação entre mercado e cultura popular, seja atrelado ao “mau-gosto”, seja apontado

como a solução criativa da “periferia” para a crise da indústria fonográfica. Para tanto, apontaremos principalmente para as conexões entre as noções de “residual” e “emergente” propostas por Raymond Williams e as reflexões de Walter Benjamin acerca de “reminiscências”.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 19 – Particularidades do Capitalismo Mundializado: impactos contraditórios sobre o trabalho

Coordenador da mesa: Livia de Cássia Godoi Moraes (Doutoranda – UNICAMP)

Ementa: A mesa tem por objetivo discutir as particularidades do capitalismo diante do processo de mundialização do capital. Este processo, fortemente caracterizado pelo aumento da financeirização, especialmente pós-década de 1980, e pela ratificação da ideologia neoliberal, reforça os interesses do Estado a serviço da classe dominante. A efetivação do reforço da acumulação fictícia, na tentativa de reverter a queda tendencial da taxa de lucro, se faz sobre intensa reestruturação produtiva, que impacta diretamente o modo de organizar o trabalho e de explorar os trabalhadores.

As análises a serem apresentadas, ao mesmo tempo em que primam pela perspectiva de totalidade das relações infringidas pelo modo de produção capitalista, apresentam certas particularidades do capitalismo recente que ressaltam a dialética de sua acumulação.

Demonstraremos como o trabalho dos caminhoneiros, que está inserido na distribuição de mercadorias, também é parte da indústria capitalista, e de que forma esse tipo de trabalho ganha relevância no momento em que o *just-in-time* se torna um dos preceitos da produção toyotista. Mas não somente apontaremos as transformações objetivas na esfera do trabalho como também as manifestações de classe que são construídas por esses trabalhadores em resposta às inovações no processo de acumulação do capital.

Como as superações dos limites espaciais e do tempo, necessárias à circulação de mercadorias e de pessoas se tornam fundamentais para a concretização da reprodução do capital, o transporte se destaca não só pelas estradas, mas também pelo ar. Destacaremos, portanto, a presença e a funcionalidade da indústria aeronáutica no capitalismo mundializado, não somente pelo valor de uso de sua mercadoria, mas também pela forma superespecializada e tecnologicamente avançada de sua produção, onde as imbricações entre capital fictício e capital produtivo são intensificadas constantemente.

Ainda, no cenário da mundialização do exército industrial de reserva e da concorrência dos trabalhadores em âmbito internacional, o trabalho dos *dekasseguis* (brasileiros no Japão) aparece como de fundamental importância para a indústria japonesa, especialmente por ser uma força de trabalho altamente flexibilizada e lucrativa para grandes empresas.

É também preciso convencer trabalhadores e consumidores da “naturalidade” desta forma de acumular, apelando à subjetividade social para forjar um consenso em torno de concepções como “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, “capitalismo humanizado”, que velam a brutalidade da superexploração humana e dos recursos naturais enquanto produzem a ilusão da liberdade e igualdade entre as classes. Neste âmbito, o

discurso empresarial da responsabilidade social, particularmente o do Instituto Ethos no Brasil, atua como um mote para a aceitação das condições materiais postas pela mundialização do capital e pelas particularidades do seu modo – destrutivo – de produzir e acumular.

Destarte, os trabalhos buscam articular, no eixo Trabalho e Sociedade, a importância que os estudos nessa temática têm para a compreensão do atual movimento do capital. Para além de análises que denunciam as formas de precarização e exploração que o capital engendra para continuar mantendo o ritmo de produção e acumulação da mais-valia, são trabalhos que buscam articular teoria e prática com o objetivo de apontar as fissuras que o capital abre para a sua própria superação.

RESUMOS

191. O Instituto Ethos e o Discurso Empresarial da Responsabilidade Social: do apelo à subjetividade ao consenso social reificado

Erika Batista (Doutoranda – UNESP)

Os teóricos do “capitalismo humanizado” apontam para a construção de um discurso econômico, político e social que supõe um movimento de emancipação humana no qual concepções como “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” tentam dar respostas às sucessivas crises sociais que assolam o mundo. Mais precisamente desde o final do chamado Período Glorioso, quando o movimento de *mundialização do capital* se consolidou como a via mais adequada de apropriação privada da riqueza – através das políticas neoliberais e da acumulação predominantemente financeira – as organizações empresariais vêm assumindo sua hegemonia no processo de dominação do capital sobre o trabalho. Na modalidade do “capitalismo sustentável”, as ações de responsabilidade social ambiental são reconhecidas como um importante pilar de sustentação e as organizações empresariais como as que detêm as condições de desenvolver as diretrizes das práticas de *responsabilidade social empresarial* (RSE) que devem ser aplicadas pelos diversos tipos de organizações, atuando organicamente como “lideranças” econômicas e políticas. Articulado um discurso repleto de concepções morais que apela à *subjetividade social*, as organizações empresariais não problematizam as contradições que envolvem as práticas de RSE e tampouco propõe alternativas concretas de superação das desigualdades e precárias condições de sobrevivência impostas à maioria da humanidade, de modo que o objetivo geral deste trabalho é relacionar a origem destes interesses à construção de um projeto de emancipação de classe que apela à subjetividade social para forjar um consenso legitimador da hegemonia empresarial e da expropriação capitalista. Em âmbito específico, o objetivo do trabalho consiste em apresentar o discurso do Instituto Ethos no Brasil através de uma análise bibliográfica e documental sobre sua trajetória e constituição, caracterizando-o como um agente orgânico formador deste *consenso social reificado*.

192. A Dominância do Capital Fictício na Atualidade: interconexões entre reestruturações societárias e reestruturações produtivas na indústria aeronáutica brasileira

Lívia de Cássia Godoi Moraes (Doutoranda – UNICAMP)

Estudiosos do marxismo, especialmente o grupo de François Chesnais, na França, caracterizam o modo de acumular capital na atualidade como tendo por predominância a forma fictícia. Isso não significa que haja uma autonomia completa do capital fictício frente ao capital produtivo, se trata de uma autonomia relativa. Algo que se justifica pelo fato de que a crise estrutural do capital, que vem se desenvolvendo desde a década de 1970, é uma crise de superacumulação de capital que, sob as condições materiais e históricas da queda tendencial da taxa de lucro, fez com que capitalistas optassem, em grande medida, por investir financeiramente ao invés de produtivamente, o que, a curto prazo, lhes traria mais retorno. Portanto, a crise aparece na esfera financeira, mas seu fundamento está na produção. Assim, o capital fictício, enquanto um desdobramento do capital portador de juros, na sua forma mais fetichizada, se apresenta através das instituições financeiras, dos títulos da dívida, dos derivativos ou na forma de ações. Na nossa pesquisa se destaca a forma acionária, presente no nosso objeto de estudos, a indústria aeronáutica de maior expressão econômica no Brasil. Segundo nossos estudos, capital fictício e capital produtivo estão profundamente imbricados e cada reestruturação societária vem acompanhada de nova reestruturação produtiva. Quanto mais se pulveriza o capital da empresa, mais se intensifica o trabalho através de mudança organizacional, terceirizações, transformação no *layout* da empresa, na composição salarial, na seleção etária, nas estratégias de responsabilidade social e empresarial etc. Neste artigo procuraremos pontuar as implicações das particularidades do capitalismo mundializado no objeto em específico, a indústria aeronáutica matriz brasileira, e seus impactos sobre os trabalhadores nela inseridos ou a ela relacionados.

193. Relações de Trabalho no Japão, o Trabalho Imigrante Dekassegui

Mariana Shinohara Roncato (Mestranda – UNICAMP)

O trabalho imigrante, em sua concretude, apresenta distintas maneiras de se apresentar que se difere de país para país. No Japão, o chamado fenômeno *dekassegui*, em sua maioria constituído por nipo-brasileiros, com mais de 230 mil trabalhadores já completou mais de 20 anos de existência e, do ponto de vista jurídico, a legalidade é uma de suas especificidades. Neste artigo, será abordado, através da literatura sobre o tema, as características das relações de trabalho destinado aos *dekasseguis* inserido na sociedade japonesa. Para a compreensão de suas especificidades, será oportuno pensar o imigrante como parte da totalidade da classe trabalhadora do Japão, isto é, como fração de classe que concorre a trabalhos precarizados, juntamente com trabalhadores japoneses. Os brasileiros residentes no Japão, em sua maioria, trabalham como operários da indústria automobilística ou do setor eletroeletrônico e em fábricas subcontratadas por grandes empresas. Sua condição de trabalhador imigrante, ainda que de forma legalizada, apresenta distintas formas de precarizações que se manifestam na instabilidade do trabalho, na informalidade, na falta de diversos tipos de seguridades sociais ausentes para estrangeiros refletindo no cotidiano da família imigrante. Paralelamente, segundo a literatura japonesa, um em cada três japoneses exerce trabalhos temporários, ou seja, parece que a flexibilidade das relações de trabalho atinge

toda a classe trabalhadora, seja esta estrangeira ou não. Através destas observações, abordaremos a especificidade do trabalho imigrante no capitalismo japonês sem perder de vista as diversas mediações com a classe trabalhadora japonesa.

194. A Particularidade do Trabalho do Caminhoneiro na Indústria Capitalista: contradições, avanços e limites de classe

Paula Hypólito de Araújo (Mestre – UNESP)

Atualmente o transporte rodoviário de carga movimenta cerca de 60% das cargas no Brasil e congrega cerca de um milhão de trabalhadores. É um setor fundamental para o funcionamento da indústria capitalista e sua inserção no país se dá através de uma particular e complexa organização do trabalho que tem raízes no próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Empresas de Transporte de Carga (ETC), Cooperativas de Transporte de Carga (CTC) e Transportadores Autônomos de Carga (TAC) compõem, integram e disputam um acirrado mercado de oportunidades de trabalho que se adapta às necessidades da organização da produção inserida no contexto da mundialização do capital. Diante disso essa proposta de trabalho tem por objetivo uma análise que articula as questões objetivas e subjetivas trabalho e suas implicações para a organização da sociedade. Debateremos primeiramente a indústria do transporte no Brasil, ou seja, as relações sociais de produção e trabalho presentes nesse setor que permitem a proletarização do trabalho autônomo. Num segundo momento e com base nessas considerações teóricas apontaremos as particularidades da manifestação do toyotismo nesse ramo industrial, bem como as condições de precariedade e precarização do trabalho do caminhoneiro. Por fim buscar-se-á pontuar e problematizar as implicações que esse processo impõe para a questão de classe, já que os caminhoneiros buscam construir respostas para os processos nos quais estão envolvidos, sendo parte constituinte e constituída das manifestações presentes no transporte que compõe a configuração do capitalismo contemporâneo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 20 – Diálogos Marxistas sobre a Política na América do Sul

Coordenador da mesa: Guilherme Simões Reis (Professor – UNIRIO / Pesquisador – OPSA)

Ementa: A mesa incorpora trabalhos com distintas abordagens que pesquisem, por um lado, como a realidade política na América do Sul pode ser pensada a partir da reflexão de autores clássicos marxistas e, por outro, como importantes interpretações da política, do trabalho e da sociedade na região, especialmente no Brasil, foram desenvolvidas dentro do âmbito conceitual marxiano.

RESUMOS

201. Karl Kautsky e o Triunfo do MAS na Bolívia

Guilherme Simões Reis (Professor – UNIRIO / Pesquisador – OPSA)

A trajetória do Movimiento al Socialismo (MAS) de Evo Morales até a vitória nas eleições presidenciais e legislativas de 2002 na Bolívia representou um fenômeno muito semelhante àquele que Karl Kautsky previa em seus estudos, a despeito da recorrente ênfase analítica em sua especificidade indígena. Salvo pelo fato de a estrutura social ser predominantemente rural e o MAS ter suas bases mais concentradas entre os camponeses, sua trajetória, como centro de gravidade da oposição na arena institucional à política dos partidos burgueses, e em alianças breves e pontuais – como aquela que realizou com o presidente Carlos Mesa –, até sua vitória esmagadora nas urnas se enquadram no modo como Kautsky pensa a ditadura do proletariado e a luta de classes. A adesão masista ao jogo eleitoral se deu conforme defendia Kautsky, que via a opção pelos meios legais e pacíficos como um meio preferencial para levar adiante a revolução social, justamente por emancipar os trabalhadores ao invés de tutelá-los. O alto nível de organização dos camponeses e operários na Bolívia contribui para que não haja tutela, uma relação de cima para baixo. Não é exagero afirmar que a eleição de deputados do MAS alterou a natureza da política parlamentar, com a atuação de índios camponeses, antes sequer detentores de plenos direitos cidadãos, em igualdade de condições com os políticos dos partidos tradicionais. A conquista de cada vez mais eleitores, até atingir a maioria absoluta, seria consequência do amadurecimento dos trabalhadores para o socialismo, já não mais hostis a ele.

202. A Esquerda Brasileira e a Identidade Nacional-Popular

Francisco Josué Medeiros de Freitas (Doutorando, Ciência Política, IESP – UERJ / Pesquisador – OPSA)

Um dos principais dilemas historicamente apresentados aos partidos ligados à classe trabalhadora diz respeito ao problema da identidade. Em geral a

polarização se dá entre a manutenção de uma identidade classista, fiel aos interesses estritos da classe trabalhadora e que tem como corolário uma estratégia política insurrecional e de outro a adoção de uma identidade plural, através da qual o partido se propõe a representar toda a sociedade e que tem como consequência uma ação política institucional e eleitoral. A hipótese aqui trabalhada é que entre estes dois polos é possível pensar um caminho no qual os partidos socialistas combinem as positivities decorrentes da ampliação da identidade para além da classe trabalhadora e do abandono da política insurrecionalista sem com isso cair em uma tática exclusivamente eleitoral e em um processo de adaptação à ordem burguesa. Esta possibilidade alternativa se baseia nas formulações do revolucionário Antônio Gramsci, especialmente o debate sobre a identidade nacional-popular e sua relação com os conceitos de hegemonia e moderno príncipe. Por fim este estudo analisará o desenvolvimento do PT a luz destas formulações, investigando em que medida ele se aproximou desta perspectiva aqui chamada de gramsciana e em que momentos se afastou dela. O PSOL será analisado também por se tratar de uma organização partidária surgida fundamentalmente da forma como o PT tratou este dilema histórico da identidade partidária, e neste caso também se buscará abordar o PSOL a partir dessa alternativa identitária nacional-popular.

203. O Lugar da Política e das Condições Históricas: uma análise entre os social-democratas e a sociologia do trabalho no Brasil

Míriam Starosky (Mestranda, Sociologia, IESP – UERJ)

Há uma idéia clássica para o estudo dos intérpretes do trabalho no Brasil de que há uma ruptura do modo com que é construída a imagem de uma classe trabalhadora. Segundo tal análise, que está presente no artigo “Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico” de Paoli, Sader e Telles, há um primeiro grupo, construtor de uma visão paradigmática, o qual opera no sentido de ver a classe como um sujeito subordinado, sem autonomia porque determinado estruturalmente pela dupla tradicional x moderno, pela naturalidade de um desenvolvimento capitalista ou pela idéia de um capitalismo dependente. As indicações para uma ruptura – reconhecidas no trabalho de Weffort, principalmente na obra “Sindicatos e Política” – tratam de uma crítica a esse paradigma realizada em função de seu automatismo estrutural, o qual ignora a política e a história como propulsoras de uma conjuntura que seria essencial para a explicação do comportamento da classe operária, que seria tomada agora como sujeito. A proposta do presente trabalho é fazer a análise dessa conversão mais teórica do modo de pensar a classe operária no Brasil comparativamente com as idéias sobre a maneira de enxergar a classe produzidas pelos autores clássicos social-democratas, tais como Kautsky e Bernstein, e também com as idéias que orientaram internamente os partidos social-democratas europeus. Esta aposta é justificada na presença de uma imagem de classe na social-democracia que pressupõe, para que possa atuar como classe antagônica ao capital, o lugar da política e das condições históricas como seus determinantes.

204. A Dialética em Polirritmia à Brasileira: marxismo e liberalismo na obra inicial de Fernando Henrique Cardoso

Pedro Luiz da Silva do Rego Lima (Doutorando, Ciência Política, IESP – UERJ)

O presente trabalho objetiva investigar a apropriação de alguns conceitos-chave da obra de Karl Marx pela sociologia de Fernando Henrique Cardoso. Com ênfase em sua produção da década de 1960, trata-se de apontar para os nexos fundamentais que se estabelecem entre certa “interpretação do Brasil”, forjada por alguns autores identificados com o contexto acadêmico da Universidade de São Paulo (como o próprio FHC, Octávio Ianni, Francisco Weffort e, em alguma medida, Florestan Fernandes), e a recepção da obra de Marx, em especial de *O Capital*, pelo célebre grupo de estudos que se reuniu entre 1958 e 1963, sob a regência de José Artur Giannotti (o assim chamado *Grupo d’O Capital* ou *Seminário Marx*). Sem a pretensão de dar conta da diversa e produtiva gama de autores envolvidos em tal empreitada, este estudo buscará, por um lado, acompanhar a obra inicial de Fernando Henrique Cardoso e identificar, através de uma detida análise conceitual de textos como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), a emergência de importantes *topoi* da sociologia uspiana: caracterização do período 1946-1964 como *populista*; concepção dialética, pós-cepalina, do desenvolvimento econômico; avaliação dos traços *tradicionais* e da mentalidade *pré-moderna* da burguesia nacional. Por outro lado, pretende-se vincular esses marcos interpretativos com a conceituação de matiz marxiana, sob a hipótese de que alguns usos da obra de Marx, mesmo aqueles considerados mais ímpios, podem lançar luz sobre as tensões, intrínsecas à própria armadura dialética, entre marxismo e liberalismo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 21 – Questões Epistemológicas do Trabalho Intelectual na Área da Educação

Coordenador da mesa: Felipe de Almeida Verneque (Mestrando, Educação – UERJ)

Ementa: A proposta dessa mesa temática tem a finalidade de apresentar e discutir o trabalho intelectual acadêmico na área da educação. Para cumprir esse objetivo iremos nos deter em um aspecto central do trabalho intelectual acadêmico na área da educação, esse aspecto consiste na pesquisa em educação. Para problematizar a pesquisa em educação realizaremos uma reflexão a partir da contribuição da epistemologia. Nesse sentido, nos deteremos em relações que de, alguma forma, contribuam para o debate sobre o processo de construção teórica da pesquisa em educação. É importante ressaltar que ao problematizarmos a pesquisa em educação não temos a intenção de esgotarmos todos os sentidos atribuídos ao processo de construção dessa prática, por isso, voltamos nossa atenção, especificamente, para o debate em torno do processo de construção teórica dos *objetos* de pesquisa em educação. Ao abordarmos o debate sobre o processo de construção teórica dos *objetos* de pesquisa em educação utilizaremos a contribuição da socióloga Miriam Limoeiro Cardoso que ao realizar suas pesquisas no campo das ciências sociais, a partir da contribuição de Karl Marx, possui a preocupação de afirmar que os *objetos* de pesquisa não são frutos de uma relação imediata, mas de um trabalho de construção teórica.

RESUMOS

211. Notas sobre a Pesquisa em Educação

Sérgio Rafael Barbosa da Silva (Mestre, Educação – UERJ)

Este trabalho tem o objetivo de pensar a pesquisa em educação a partir de um entrelaçamento entre o histórico da pós-graduação em educação e a forma como o desenvolvimento das pesquisas científicas realizadas no campo das ciências humanas foi debatido na área da educação. Para cumprir o objetivo proposto retomaremos a definição da natureza da pós-graduação, contida no Parecer nº 977/65, com a intenção de afirmarmos que existe um entrecruzamento entre a trajetória da universidade e a trajetória da pós-graduação no Brasil. Esse entrecruzamento, de forma geral, contribuiu para percebermos o processo de verticalização do ensino superior com a separação entre ensino e pesquisa, o primeiro sob responsabilidade dos cursos de graduação e a segunda sob a responsabilidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Em seguida, realizamos um histórico da pós-graduação em educação com o objetivo de destacar sua expansão, durante a década de 70, até meados da década de 80. Nesse processo de expansão, o debate sobre a forma de realização das pesquisas na área da educação foi um debate que se

baseou, de forma geral, na busca pela compreensão do desenvolvimento das pesquisas científicas realizadas no campo das ciências humanas para, através dessa compreensão, orientar a prática da (s) pesquisa (s) em educação.

212. Trabalho Intelectual na Pesquisa em Educação: considerações teórico-metodológicas

Natália Regina de Almeida (Mestranda, Educação – UERJ)

O tema central desta investigação é o processo de produção do conhecimento na área da educação, a partir de uma discussão teórico-conceitual sobre as considerações teórico-metodológicas da pesquisa em educação. Neste sentido, pergunta-se: como tem sido o trabalho intelectual, no que tange a realização da pesquisa na referida área? Existe um debate teórico-metodológico? GATTI (2001), KUENZER e MORAES (2005), dentre outros, afirmam a ausência deste debate. Destaco a contribuição no campo da Sociologia, especificamente, a de MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO, que pautada na orientação marxista, afirma que *o objeto sendo construído pela teoria, a uma teoria mais rica e rigorosa corresponde um objeto mais específico e preciso* (CARDOSO, 1978, p. 34-35). Para além da concepção teórico-metodológica abordada, a noção do que venha ser realidade merece destaque. Compreender o significado de realidade é tratar acerca de produção de conhecimento onde esta não é composta de fragmentos da realidade, mas totalitária em suas estruturas e mecanismos. Em outras palavras, *realizar esse movimento exige rigor teórico e clareza epistemológica, sem o que não se avança para além de caóticas e precárias apreensões de fragmentos da realidade* (KUENZER e MORAES, 2005, p. 1353). Em linhas gerais, a identificação no pensamento de CARDOSO acerca das contribuições da análise sobre a chamada questão teórico-metodológica para a pesquisa em educação, torna-se objetivo desta investigação.

213. Produção do Conhecimento: uma crítica ao empirismo na pesquisa em educação

Felipe de Almeida Verneque (Mestrando, Educação – UERJ)

O presente trabalho tem o objetivo de promover a discussão da categoria produção do conhecimento estabelecendo uma crítica ao empirismo na pesquisa em educação, e por fim poder articulá-los em contribuição nos estudos do trabalho científico na área de educação. Partindo dos pressupostos de uma percepção do real que concebe a realidade social como um todo estruturado em suas múltiplas determinações, contraditório e possuidor de uma ordem que não está dada, não é aparente, além de ser histórica e ideológica, temos por valorizar os aspectos teóricos e epistemológicos do trabalho intelectual. Na crítica exposta ao empirismo, propomos a afirmar que não há, contudo, representação alguma capaz de dar conta da totalidade do real em seus múltiplos e vários aspectos, conseqüentemente, analisaremos a afirmação do conhecimento empírico ao não conseguir permitir a reapropriação desse real, pois o processo de abstração um conhecimento absolutamente distante de seu ponto de partida. Para tanto, e melhor compreensão das questões abordadas, o artigo traz para a discussão a leitura de Althusser, Florestan Fernandes e as contribuições da socióloga Miriam Limoeiro Cardoso,

pois consideramos que os seguintes autores tendo em seus estudos o itinerário científico marxiano como fonte principal, colaborando com a construção teórica da categoria produção do conhecimento e seus desdobramentos.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 22 – Autocracia Burguesa no Brasil: formas contemporâneas de manifestação político-ideológica

Coordenador da mesa: Anderson Deo (Doutor, Ciências Sociais – UNESP)

Ementa: O tema central da proposta de nossa mesa coordenada é a análise da forma pela qual a burguesia instalada no espaço geográfico brasileiro produz e reproduz sua dominação de classe, sobretudo nos últimos trinta anos. Partimos do pressuposto que as formas sociometabólicas contemporâneas de dominação burguesa reproduzem o caráter autocrático desta classe, seja através de uma *autocracia de caráter bonapartista clássico* – cujo conteúdo militar imprime formas ditatoriais ao poder do Estado –, seja através de uma *autocracia legalizada* – onde o conteúdo bonapartista assume contornos “suaves”, posto que se apresenta através da forma democrático-parlamentar. Sendo assim, buscaremos discutir tal conteúdo do Estado e das Políticas Públicas no Brasil, partindo da construção categorial marxiana sobre o fenômeno do *bonapartismo*. Como bem nos demonstrou o autor alemão, a saída política bonapartista corresponde ao esgotamento do caráter emancipatório das Revoluções Burguesas, explicitando o caráter conservador/reacionário que o projeto burguês de sociabilidade passou a compor. A partir deste arcabouço categorial, buscaremos discutir a forma pela qual a burguesia brasileira organiza o *bloco histórico* que levou à frente o projeto político-ideológico de reposição dos pressupostos liberais ortodoxos no país, sobretudo durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Este projeto por seu conteúdo conservador e, em alguns aspectos, reacionários, vincula-se claramente ao conteúdo bonapartista do qual trata Marx; no entanto, pelas próprias contingências históricas, o bonapartismo brasileiro absorve e reproduz características particulares, próprias da processualidade histórica em que este se insere, como por exemplo, o papel desempenhado pelo Poder Legislativo na construção dessa forma legalizada de bonapartismo, onde a dominação burguesa reproduzir-se-á através de uma *autocracia do parlamento*. Como não poderia deixar de ser, todo conteúdo político-econômico do projeto em questão se articula no plano ideológico com um discurso bastante difuso e amplo, abrindo espaço para o resgate de um conteúdo *chauvinista regressivo* que orienta a prática de grupos – compostos em sua maioria por jovens – que resgatam as bandeiras e as práticas do movimento político integralista no país. Entendemos que esse resgate expressa uma das particularidades da forma hiper-tardia de objetivação do capitalismo no Brasil, adquirindo importância política em momentos de crise social, tal como o que presenciamos nos dias atuais. Outra forma de manifestação ideológica que passa a orientar as formulações políticas hegemônicas do período é a teorização (neo)contratualista habermasiana. Estas se vinculam ao processo de resgate da ortodoxia liberal, fundamento último da contra-ofensiva do Capital sobre o Trabalho, cuja prática de *transformismo* e reorganização de uma *hegemonia civil* liberal-burguesa

contará com o apoio do principal partido na esquerda no pós-ditadura civil militar (1964-1985), o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como daqueles setores sociais que nos últimos trinta anos haviam pautado sua atuação política através da perspectiva de transformações progressistas da sociedade brasileira.

RESUMOS

221. Autocracia Burguesa e Colonial-Bonapartismo na Consolidação da Social Democracia Brasileira

Anderson Deo (Doutor, Ciências Sociais – UNESP)

O presente trabalho analisa a consolidação da social democracia no Brasil. O período discutido diz respeito aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ao primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Observamos que a social democracia, tal como esta forma de organização sociometabólica do capital se concretizou no país, absorve e reproduz os elementos condicionantes da particularidade histórica brasileira, conformadas em torno da via prussiano-colonial de objetivação do capitalismo. Ao absorver, ampliar, aprofundar e reproduzir, sobre novas bases e condicionantes históricos, os contornos característicos dessa particularidade, o projeto social-democrata apresenta um caráter anômalo e tardio, sendo o responsável pelo resgate da ortodoxia liberal como fundamento de sociabilidade. Assim, o bloco histórico capitaneado pela social democracia representa a hegemonia da burguesia, cuja fração financeira determina a lógica da reprodução capitalista em sua atual fase de internacionalização. A social democracia não rompe, pelo contrário, reproduz aperfeiçoando a autocracia burguesa no país. Esta autocracia se expressa através de um conteúdo político-institucional legalizado, que lhe é atribuído pelo parlamento brasileiro. A autocracia burguesa é, portanto, autocracia do parlamento, que se desenvolve a partir da consolidação do colonial-bonapartismo, fenômeno político próprio da organização de governos burgueses em períodos abertamente conservadores e/ou reacionários. Dessa forma, o Sentido da Colonização se reproduz no Brasil através do projeto social-democrata que, ao promover uma modernização de caráter conservador, resgata e reafirma os elementos essenciais da particularidade brasileira, transmutadas e metamorfoseadas em Sentido da Modernização.

222. A Autocracia Chauvinista Regressiva como Parâmetro Ideológico dos Integralistas Pretéritos e Contemporâneos

Jefferson Rodrigues Barbosa (Doutorando, Ciências Sociais – UNESP)

Os meios jornalísticos e produções acadêmicas nos últimos anos têm destacado em âmbito internacional manifestações de movimentos e partidos políticos defensores de ideologias chauvinistas. Os integralistas contemporâneos são aqui interpretados como expressões nacionais deste fenômeno e, organizados na sociedade civil e, através da internet, estão difundidos em núcleos espalhados em mais de duas dezenas de cidades em alguns estados do país. Novas e antigas gerações de integralistas buscam mobilizar adeptos e simpatizantes através das novas formas de comunicação e

propaganda política, que utilizadas como ferramentas diretivas e organizativas, além dos tradicionais jornais e informativos impressos, potencializam a interação entre militantes. A investigação da atuação e a análise das permanências e as mudanças na ideologia integralista formulada na década de 1930 na releitura dos atuais herdeiros do sigma e as aproximações destas organizações com outros movimentos nacionalistas foram os objetivos da investigação, assim como, a identificação de seus principais líderes e a localização de seus núcleos. Para o estudo em questão foram utilizados conteúdos de sites e textos impressos de jornais, informativos e boletins dos grupos mais expressivos entre a atual militância integralista que na difusão de concepções anacrônicas e segregadoras se apresentam como manifestação de uma proposta de ordenamento social legitimada em sua particularidade por uma ideológica autocrática chauvinista.

223. Ética e Política Marxiana: a influência da teoria habermasiana na construção do arranjo político-institucional brasileiro no pós-ditadura civil-militar

Marcelo Lira Silva (Doutorando, Ciências Sociais – UNESP)

A tese deste trabalho é a de que o neocontratualismo de Habermas, bem como os princípios neoliberais renascem em um contexto de *Revolução Passiva*, a partir da qual articula-se e desenvolve-se um processo *contra-reformista*, caracterizado pela prática de *transformismo* e reorganização de uma *hegemonia civil* liberal-burguesa. A (re)propositura do (neo)contratualismo no pós-guerra (1945) tinha o caráter de reconstituição do poder de classe liberal-burguês, sustentado pela fusão entre capital produtivo e financeiro, a partir da qual desenvolveu-se certa ofensiva da economia política do capital contra a do trabalho. Aquele processo de expansão de certa cultura democrática experimentada na *Era de Ouro* do capital foi interrompido pela abertura de um processo *contra-reformista* de retração de todos os avanços políticos, econômicos e sócio-culturais experimentados naquele período.

224. O Conceito de Bonapartismo em Marx

Paulo Barsotti (Professor – FGV/SP)

As relações entre estado e economia, sociedade política e sociedade civil sempre foram objeto de reflexão das ciências sociais e da filosofia política moderna. Nestas últimas duas décadas, a partir da crise do estado de bem estar social, da implosão do "socialismo real" e do renascimento das idéias liberais, a questão do dimensionamento, da função social e da autonomia do estado ganharam novos significados. É dentro deste contexto que a abordagem da temática do estado e da política bonapartista ganha relevância. O conceito de bonapartismo marca presença constante na literatura política mundial a partir do século XIX. Aparece tanto nas formulações analíticas liberais, quanto nas marxistas. Nas primeiras, segundo Frédéric Bluche, em *Le Bonapartisme*, o fenômeno bonapartista se vincula às políticas da "direita autoritária", tratado como fenômeno superestrutural, universal, a-histórico ou ainda como singularidade histórica, referindo-se aos partidários da dinastia Bonaparte. Na abordagem marxista, aparece como expressão de um

regime ditatorial burgues, burocrático-militar, de supremacia do executivo, concentrado nas mãos de um indivíduo ou de uma instituição social, em extrema independência do estado frente à sociedade. Dentro deste amplo universo, nossa reflexão se limitará à abordagem do tema no pensamento marxiano. Os primeiros lineamentos traçados por Marx, do que mais tarde configurar-se-ia no bonapartismo, datam de 1850, nos artigos publicados na *Nova Gazeta Renana - Revista Político-Econômica*. Desde então, o conceito – inicialmente utilizado como expressão da manifestação ideológica e prática desenvolvida por Luis Bonaparte – estará presente em seus trabalhos por cerca de duas décadas, desde *O 18 Brumário de Luis Bonaparte de 1852*, passando pela intensa atividade jornalística dos anos 1860, pelo *Herr Vogt*, até as últimas considerações dos *Manifestos do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1870-71. Nesse contexto histórico, de extremas contradições é que Marx captura, formula e combate o bonapartismo, como forma específica de dominação político-econômica da contra-revolução burguesa em curso.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 23 – Implicações Teóricas e Manifestações Históricas da Categoria de “Trabalho”

Coordenador da mesa: Wesley Rodrigues de Carvalho (Mestrando, História – UFF)

Ementa: A presente mesa de comunicações se propõe a explorar a categoria de “trabalho – que ocupa lugar central no arcabouço conceitual desenvolvido a partir da obra de Karl Marx – em suas mais diversas dimensões. Para tal, afigura-se como fundamental um atento escrutínio, capaz de elucidar algumas de suas implicações teóricas mais gerais. A partir daí, poder-se-á estabelecer uma base para a investigação de formas históricas de manifestação da categoria, tanto em termos das relações entabuladas a partir dela, quanto no que se refere às suas elaborações subjetivas pelos mais diversos agentes históricos coletivos. Dessa maneira, a mesa se divide em comunicações que abordam três diferentes dimensões da significação do trabalho, a partir do seu conceito na relação com as formações sociais; a partir da apreensão ideológica burguesa do trabalho e do seu uso como instrumento de proletarização da pobreza urbana; e a partir do potencial de articulação que a categoria de “trabalhador” tem na construção de uma consciência de classe. Assim, pretendemos ter em consideração a contraditoriedade do trabalho na experiência capitalista.

RESUMOS

231. Trabalho e Ideologia Burguesa na Construção da Nacionalidade (1910-1945)

Wesley Rodrigues de Carvalho (Mestrando, História – UFF)

Após a abolição da escravidão e à medida em que relações de produção capitalistas se instauravam na sociedade brasileira, uma disciplina social era requerida para os quadros da nova ordem. Destaca-se nesse sentido uma certa ética do trabalho, não raro difundida de forma deliberada e explícita. Entendendo, então, que a “criação” do trabalhador assalariado não se deu apenas pelo seu lugar de vendedor de força de trabalho, mas também por um investimento ideológico que o conformou nesta posição, analisarei aqui expressões de concepções burguesas de trabalho presentes em discursos definidores da nacionalidade brasileira. Primeiramente, tomarei como exemplos alguns personagens que na década de 1910 e 1920 se dirigiram aos sertões como núcleo da “brasilidade”, confrontando concepções modernas de vida com aquela que tinham “caboclos” e “caipiras”. Depois, me voltarei ao Estado Novo, momento preponderante da construção nacionalista, observando como suas expectativas de formação de um “homem novo” e de uma “sociedade fundada sobre o trabalho” tem estreita relação com o projeto capitalista que então se desenvolvia no Brasil.

232. A Atuação da União dos Trabalhadores Favelados e a Consciência da Classe Trabalhadora Carioca

Marco Marques Pestana de Aguiar Guedes (Mestrando, História – UFF)

Essa comunicação se debruça sobre os movimentos políticos conduzidos por moradores de favelas nas décadas de 1950 e 1960 na cidade do Rio de Janeiro, especialmente contra a especulação imobiliária e a espoliação urbana a que estavam submetidos. Numa conjuntura marcada por uma alteração no padrão nacional de acumulação e um acirramento progressivo das lutas de classes a nível nacional, a mobilização dos favelados cariocas alcançou sua mais ampla articulação na União dos Trabalhadores Favelados (UTF), fundada no ano de 1954, que articulou moradores de diversas favelas em diferentes áreas da cidade, chegando até a realizar um congresso para organizar sua intervenção política conjunta. A partir da análise da trajetória da UTF se pretende não apenas assinalar a auto-percepção dos favelados como parte de um coletivo mais amplo, o dos trabalhadores, como, principalmente, sua contribuição para o desenvolvimento e consolidação da consciência da classe trabalhadora como um todo. Nesse sentido, será dispensada atenção especial ao papel desempenhado pela categoria de "trabalhadores" como fundamental para a produção dessa consciência, na medida em que contribuiu para iluminar a proximidade das experiências dos favelados e dos demais segmentos do proletariado carioca naquela quadra histórica.

233. O Trabalho no Espelho do Capital

Ivan Dias Martins (Mestrando, Filosofia – UERJ)

O conceito de trabalho, de longa discussão dentro da tradição do marxismo, tem estado recentemente em foco renovado em função do debate sobre as transformações do processo produtivo em curso desde a década de 1970. No Brasil, este debate fomentou em muitos pesquisadores, em meio à polêmica sobre o fim da centralidade do trabalho, interesse em formulações filosóficas que afirmassem um papel ontológico, irreduzível, ao trabalho, principalmente através da obra tardia de G. Lukács. Dentro desse contexto, em que problemas filosóficos assumem parte importante nas análises sobre a contemporaneidade, esta comunicação pretende discutir a perspectiva expositiva em que Marx analisa o conceito de trabalho. Em *O Capital* a categoria "trabalho" aparece como pressuposto da mercadoria e do valor nos primeiros capítulos do Livro I, mas só vai ser propriamente apresentada no quinto, na seção dedicada à produção de mais-valia absoluta. Dessa forma, posto sob certo enquadramento dentro da lógica expositiva do livro, também no plano do conteúdo o trabalho é apresentado a partir da posição em que é colocado no processo produtivo: o consumo da força de trabalho pelo capitalista. É dentro desse enquadramento que são analisadas propriedades universais do trabalho, que se tornam visíveis, textualmente, no momento em que são aplicadas ao processo capitalista. A comunicação pretende interpretar a relação deste momento da exposição de *O Capital* com a relação em que o trabalho contemporâneo está submetido, e destes com o conceito de trabalho em suas propriedades universais.

234. Um Estudo sobre a Relação entre o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e os Diversos Tipos de Organizações Populares no Brasil na Década de 1980

Vanessa de Oliveira Brunow (Mestre, História Social – UFF)

O artigo tem como objetivo analisar a relação de uma entidade de filantropia religiosa - que se autodenominou Organização Não Governamental - com os diversos grupos de trabalhadores, nas diferentes regiões brasileiras na década de 1980, especificamente nos anos de 1983 e 1988. Como sabemos a década de 1980, constituiu um período fundamental para o reavivamento das classes populares no Brasil. Nesse período, tivemos o surgimento de diversos tipos de movimentos sociais e organizações de trabalhadores que criaram diferentes instrumentos de luta em uma nova organização capitalista do trabalho, cada vez mais precarizada e desregulamentada. Como consequência desse novo momento surge também as Organizações Não Governamentais. Esse artigo discutirá através do conceito de experiência de classe em Edward Thompson a experiência vivida por esses trabalhadores que estão enviando os pedidos de solicitação a essa entidade, expondo seu cotidiano de dificuldades, mas também de resistência ao contexto de exploração e opressão. Ao mesmo tempo, será analisada a relação ambígua que essas organizações de trabalhadores tiveram ao pedir auxílio para a construção de uma possível autonomia de classe à uma Organização Não Governamental.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 24 – A Produção do Conhecimento na Contemporaneidade: pensando e repensando o trabalho acadêmico em educação

Coordenador da mesa: Aline de Carvalho Moura (Mestre Educação, Pesquisadora, EPISTEME – UERJ)

Ementa: Discutir a produção do conhecimento no campo da educação, pensando alguns fundamentos sócio-epistemológicos do conhecimento científico instituídos pela sociedade contemporânea, examinando ainda algumas questões epistemológicas e metodológicas no que se refere ao trabalho acadêmico na área, com o intuito de pensar, mais criticamente, o trabalho intelectual.

RESUMOS

241. O Trabalho Intelectual na Sociedade Contemporânea: questões epistemológicas

Aline de Carvalho Moura (Mestre Educação, Pesquisadora, EPISTEME – UERJ)

Este texto tem como objetivo pensar a problemática sobre trabalho e sociedade com base na discussão sobre o trabalho intelectual na sociedade contemporânea, apresentando alguns apontamentos sobre o trabalho acadêmico. A partir do trabalho acadêmico, tentamos apresentar o trabalho intelectual para além das condições materiais em si, discutindo, mais especificamente, algumas questões epistemológicas. Para que esse objetivo fosse alcançado, fez-se necessário trazer para essa discussão as condições com as quais esse trabalho intelectual tem sido realizado nos últimos anos, para que possamos compreender, dentro de suas determinações históricas, a forma como vem sendo conduzido dentro da sociedade capitalista. Nesse contexto, discutiremos o trabalho acadêmico e a maneira como se configura frente às demandas da sociedade organizada pelo capital. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja fundamentação teórica de análise é o pensamento marxista, de orientação ontológica, uma vez que este apresenta argumentos para a discussão da produção do conhecimento de maneira crítica. Encontramos nessa bibliografia análises que nos possibilitam pensar a presença dos valores mercantis nas políticas que promovem o trabalho acadêmico, no campo do conhecimento em educação. No entanto, como nossa preocupação direciona-se, principalmente, para as questões epistemológicas desse trabalho intelectual, este trabalho procura também indicar as contribuições teórico-metodológicas do Marxismo ontológico para a compreensão e análise da realidade social e suas práticas na sociedade.

242. Introdução ao Debate sobre a Produção do Conhecimento na Sociedade Científica Contemporânea: Marx e a questão prática

João Carlos Bernardo Machado (Mestre Educação, Pesquisador, UFRRJ)

O perfil empiricista, que se difere do seu preciso sentido, marcante nas configurações de pesquisa em educação e suas modalidades na chamada sociedade científica contemporânea, supõe uma interação imediatista, suscitado e circunscrito no pragmatismo, onde o real é construído por um processo de sucessivas abstrações que se distanciam do real em si e que se articulam, em princípio, entre a questão apresentada nesse real, à produção e o real que se necessita. Nesse sentido, surge uma questão: as discussões apresentadas pelas produções acadêmicas, como produção epistemológica do real em educação na contemporaneidade, alcançam a relevância sugerida pela reflexão possível a partir da racionalidade e do processo teórico construído pelo sujeito? Em sendo, dessa forma, não haverá passividade na constituição desse real porque o documento elaborado pela atividade humana em relação ao real não se autenticaria por um conceito ingênuo ou por uma experiência individualizada ou coletiva, mas pela formulação de um quadro teórico que conferiria às produções acadêmicas em educação uma identidade teórica desse real, e por quê? Porque a ordem científica, e não do real, na produção de conhecimento pelo processo teórico produz o fato científico do real.

243. O Conhecimento e o Lugar da Imaginação no Trabalho da Produção Científica nos Cursos de Pós-Graduação em Educação

Luiz Dias do Nascimento Filho (Mestre Educação, Pesquisador, EPISTEME – UERJ)

A intenção deste trabalho nasceu do interesse pela discussão de nova atividade que ultrapasse o domínio dos critérios tradicionais de produção do conhecimento. A proposta que se pretende desenvolver neste artigo se refere ao trabalho acadêmico e não propriamente ao trabalho material. Torna-se nossa intenção trazer para o debate a atividade da produção do conhecimento e a relação que existe entre essa produção e a imaginação, bem como, a contribuição que essa correspondência imaginação e razão trazem para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Deseja-se levantar a questão da imaginação como faculdade integrante ao trabalho da produção científica, entender o modo como essa atividade vai englobar procedimentos primordiais, e, porque não dizer, metafísicos na elaboração do conhecimento. Uma posição que procura indagar a importância da atividade imaginativa e o valor dos seus significados para a ciência. Cabe, neste momento, trazer para o debate essa atividade no intuito de conhecer as condições teóricas que fazem da imaginação um instrumento importante na pesquisa. Um procedimento diferenciado da tradição realista e racionalista da ciência. Uma via para a qual o importante não é o dizer como a natureza das coisas são, mas como o espírito do homem se faz.

O desenvolvimento deste trabalho será baseado nos pressupostos epistemológicos do Novo Espírito Científico, na concepção teórica de Gaston Bachelard. Isto, pelo fato de que com Bachelard alguns conceitos novos passam a integrar o discurso da produção científica como ruptura, salto,

construção do objeto, corte epistemológico e por entender a imaginação como a dinâmica da razão.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 25 – Capitalismo da Cultura: teoria e prática

Coordenador da mesa: André Coutinho Augustin (Mestrando, Instituto de Economia – UFRJ)

Ementa: O objetivo da mesa é promover análises críticas sobre a relação entre a economia e a produção cultural, tanto em seus aspectos propriamente teóricos quanto na análise da produção cultural brasileira. André Augustin apresentará o histórico do financiamento público da cultura no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, com a criação das leis de incentivo. A forma de financiamento será um dos pontos essenciais para entender porque a cultura produzida serviu aos interesses da classe dominante. Os trabalhos de Allan Garcia e Fernanda Valada apresentam reflexões e desdobramentos a respeito desse regime de financiamento: partindo de uma análise sobre o cinema nacional - particularmente os filmes que retratam o período da ditadura militar - eles mostram como a indústria cultural serviu como ferramenta para uma construção ideológica sobre a História. Por fim, Julio Moraes retoma o conceito adorniano de indústria cultural, apresentado originalmente no texto *Dialética do Esclarecimento* de Theodor Adorno e Max Horkheimer, para analisar a eventual atualidade do conceito, estabelecendo linhas de contato entre a visão da Escola de Frankfurt com a assim chamada Economia da Cultura.

RESUMOS

251. O Cinema Brasileiro e a Construção da Repressão Militar - a denúncia como busca da memória nacional

Allan Santin Garcia (Graduando, Ciências Econômicas – UFRGS)

Fernanda Valada Machado (Graduanda, Ciências Econômicas – UFRGS)

Procuraremos visualizar parte dos mecanismos do entrelaçamento entre a ideologia da classe dominante e o cinema nacional, analisando os mecanismos de controle ideológicos na ideia de indústria cultural. Ao induzir o conservadorismo, deturpando-se a análise da história por parte do espectador. Dentro do capítulo mais nebuloso de nossa história recente, a Ditadura Militar, selecionamos filmes produzidos durante o transcorrer da abertura democrática, os quais retratassem a resistência ao Regime e que tivesse especial enfoque no aparato repressor do sistema: “Pra Frente, Brasil” de Roberto Farias, “O bom burguês” de Oswaldo Caldeira e “Cabra marcado pra morrer” de Eduardo Coutinho, foram escolhidos por preencherem esses requisitos. Nesses filmes, através da interpretação de suas personagens e da prospecção de seus enredos, buscaremos a fonte da construção ideológica do período em que suas produções ocorreram e como os filmes entram em conformidade com a ideia dominante da época posta em questão do debate, ou seja, como a contemporaneidade discorre a cerca dos temas históricos.

Dentro da análise marxista, com a base no cinema e na indústria cultural, trancorremos sobre a qual a representação do Regime Militar as produções se utilizaram para expressar a ideologia de seus realizadores. Assim, através da análise das personagens e dos enredos das produções, pode-se verificar qual papel cumpriu o cinema na construção da percepção sócio-histórica dentro da euforia da abertura democrática do país, assim como, isso se reflete na perspectiva de identificação do público para com o ser transgressor no regime.

252. Leis de Incentivo e Dominação de Classe: a influência do neoliberalismo na política cultural brasileira

André Coutinho Augustin (Mestrando, Instituto de Economia – UFRJ)

Nos anos 1970, o capitalismo regulado entrou em crise e a classe dominante reagiu com o chamado neoliberalismo. Para responder à queda da taxa de lucro, foram adotadas políticas que mudaram o papel do Estado na economia e resultaram em uma maior concentração de renda. Entre essas políticas estavam a elevação das taxas de juros e a adoção de tributos regressivos. Mas as medidas neoliberais não ficaram restritas à política econômica, influenciaram também as demais políticas públicas, como a política cultural. Assim como havia ocorrido na Inglaterra e nos Estados Unidos, com os governos de Thatcher e Reagan, o Estado brasileiro continuou a financiar as atividades culturais. O que mudou, a partir do final desta década, foi a forma de financiamento. No lugar do financiamento direto, foram criadas leis de isenção fiscal, através das quais as empresas podem usar em patrocínios culturais o valor do imposto que seria pago ao governo. Além de favorecer a acumulação de capital pelas empresas beneficiadas pela renúncia fiscal, essa forma de financiamento permite o controle político da cultura produzida por essas empresas. O presente trabalho busca mostrar como as leis de incentivo à cultura são usadas para manter o controle hegemônico da classe dominante sobre a arte brasileira, inserindo essa discussão no plano mais geral do neoliberalismo, analisando suas consequências culturais, econômicas e políticas.

253. O Cinema Brasileiro e a Memória Daqueles que Ousaram Lutar ("para só assim, ousar vencer") – a construção do ser transgressor como ideário político nacional

Fernanda Valada Machado (Graduanda, Ciências Econômicas – UFRGS)

Allan Santin Garcia (Graduando, Ciências Econômicas – UFRGS)

A utilização do cinema como ferramenta de construção ideológica sobre a história na lógica conferida como parte dos mecanismos de controle social da ideologia dominante, tendo na ideia de indústria cultural um vislumbre de como a sétima arte se conecta com o todo do sistema para induzir o conservadorismo, deturpando a análise da história por parte do espectador. Dentro do escopo temático da Ditadura Militar, selecionamos filmes produzidos já no período após a abertura democrática, nos quais se retratasse resistência ao Regime e que tivesse especial enfoque na luta armada: "O Que é Isso, Companheiro?" de Bruno Barreto e "Ação entre Amigos" de Beto Brant. Nesses filmes, através da interpretação de suas

personagens e da prospecção de seus enredos, buscaremos a fonte da construção ideológica do período em que suas produções ocorreram e como entram em conformidade com a idéia dominante da época posta em questão no debate. Utilizando-nos da interpretação de diversos autores sobre o cinema e a indústria cultural, buscamos como a representação dos militantes da luta armada se [e retratada nessas obras e como a característica de sua imagem é proposta na transmissão da História. Assim, visualizar qual papel cumpre o cinema na construção da percepção sócio-histórica sobre questões referentes ao período militar, dentro da perspectiva de identificação do público para com o ser transgressor no regime, incluindo, como um dos focos a idéia de discussão sobre a Lei da Anistia que desobrigou de ônus legais e punições criminais aos envolvidos.

254. Adorno e as Pesquisas Econômicas: em busca de uma pauta positiva Julio Lucchesi Moraes (Doutorando, História Econômica – USP)

Desde sua formulação original na Dialética do Esclarecimento aos dias de hoje, o conceito adorniano de Indústria Cultural vem sendo utilizado de maneira amplamente difundida e variada, percorrendo trabalhos dos mais diversos campos de pesquisas. Se por um lado, esse movimento é positivo, no sentido de alargar o espectro de leituras e abordagens sobre o fenômeno cultural na contemporaneidade, não se pode deixar de reconhecer a existência de um processo de verdadeira naturalização do conceito e, ponto fundamental, uma progressiva perda de seu potencial crítico-reflexivo. O presente artigo, nesse sentido, buscará empreender uma reflexão justamente sobre esse movimento de atualização do termo adorniano dentro de contextos de produção cultural mais atuais, problematizando ganhos, perdas ou possíveis alterações de seu estatuto analítico no momento atual.

Sem o intuito de esgotar o tema, já amplamente trabalhado dentro da bibliografia, buscaremos apresentar algumas chaves de leitura diversas. Nesse sentido, versaremos sobre a possibilidade de estabelecer linhas de contatos temáticos entre a discussão adorniana sobre a Indústria Cultural com o sub-campo da assim chamada Economia da Cultura. Trata-se, em grande medida, de um esforço em estabelecer uma agenda positiva de pesquisas, contrastando as reflexões do pensador frankfurtiano à matriz analítica econômica aplicada ao segmento cultural.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 26 – Marxismo e Ontologia do Ser Social

Coordenador da mesa: Ricardo Lara (Professor, Serviço Social – UFSC)

Ementa: A mesa congrega estudos que abordam a obra de Marx a partir da leitura lukacsiana e apresenta elementos da *ontologia histórico-materialista*. Discute o estatuto ontológico de Marx nos anos de 1843-1848 e seus desdobramentos na obra madura “O Capital”. Analisa a posição crítica de Lukács em relação a Feuerbach, bem como os rebatimentos desta posição na constituição do “edifício conceitual” da *Ontologia* lukacsiana.

RESUMOS

261. Estudo em Torno do Gérmen da Crítica da Economia Política no Jovem Marx (1844-1848)

Diogo Prado Evangelista (Professor – UFVJM)

O presente trabalho corresponde ao estudo em torno do estatuto ontológico de Marx nos anos de 1843-1848 e seus desdobramentos na obra madura “O Capital”. A finalidade desta exposição consiste em demonstrar que o jovem Marx a partir dos interesses materiais e das necessidades sociais do seu tempo histórico realiza a crítica da filosofia especulativa de Hegel, assim como inaugura uma nova concepção onto-negativa da política que forceja a aproximação crítica da economia política. Procedimento analítico que exige a superação do materialismo-antropológico de Feuerbach pelas questões e afirmações ontológicas do ser social como base e critério autêntico da especificidade na crítica da economia política de Adam Smith, Sismondi e David Ricardo. Desta maneira, a crítica da economia política emerge sobre bases ontológicas do ser social, isto é, o que e como os homens produzem e reproduzem a sua própria vida material. Para o jovem Marx a questão consiste no movimento histórico de como se produz estas relações sociais no capitalismo, numa malha de contradições em que a crítica perpassa pela constatação de que no trabalho, na atividade produtora de vida, está o caráter de sua *specie humana*, ou seja, o gênero humano. Estas aquisições permanecem e se adensam num desenvolvimento concreto e histórico no “O Capital”. Portanto, a crítica da economia política emerge e se desenvolve como crítica ontológica do ser social que não encerra desde o princípio em torno de questões e respostas num dever-ser objetivo ou subjetivo de uma ética, assim como, não corresponde à economia política crítica.

262. A Necessidade do Renascimento do Marxismo

Ellen Tristão (Professora – UFVJM)

Em seus últimos anos de vida, Lukács propôs-se a tarefa de defender um “renascimento do marxismo”. O objetivo era resgatar a teoria e método

marxianos, herdeiros da tradição progressista que se estabelece sobre os pilares do humanismo, historicismo concreto e razão dialética. A tradição progressista teve como teóricos grandes pensadores da burguesia revolucionária, a qual suplantava, também nas ideias, o feudalismo. O último grande pensador burguês, e que representava a síntese daqueles pilares, fora Hegel. Com a revolução de 1848 e tomada de consciência da classe trabalhadora como classe para-si, a burguesia, agora conservadora, abandona a tradição progressista e a substitui pela apologética e pelo ecletismo. Como herdeiro desta tradição, Marx supera seus predecessores e sobre aqueles pilares desenvolve um método materialista-histórico e compreende a dialética como próprio movimento do real. No século XX, o abandono da tradição progressista pela burguesia erradica a possibilidade de uma epistemologia capaz de apreender os nexos e movimento da realidade social e sua epistemologia desenvolve-se sobre dois pilares complementares: o agnosticismo e o irracionalismo, ambos de roupagem característica da “decadência ideológica” da burguesia. No entanto, o método e teoria presentes em Marx, Engels e Lenin são deturpados pelo marxismo. Emblemático é o stalinismo, cuja prioridade é a tática frente à teoria, aproximando-se do neopositivismo. Ao fim do século XX, passados trinta anos desde as últimas publicações de Lukács, destacadamente da *Ontologia do Ser Social*, o “renascimento do marxismo”, que traz consigo a necessidade de uma ontologia, é ainda um imperativo, principalmente diante do pós-modernismo.

263. A Crítica de G. Lukács a L. Feuerbach em Para a Ontologia do Ser Social

Marlon Garcia Silva (Mestrando, Serviço Social – UFSC / Professor, Serviço Social – Faculdade Católica de Uberlândia)

Por esta comunicação apresentam-se elementos teóricos para análise da interlocução estabelecida por G. Lukács com L. Feuerbach na obra *Para a Ontologia do Ser Social*. Toma-se, pois, para estudo um contexto sócio-histórico e ideológico destacado por Lukács pela relevância que adquire na modernidade filosófica, notadamente pelas formulações e debates de caráter ontológico então em curso. O processo de maturação da sociedade burguesa e, em particular, a explicitação de suas contradições imanentes nos fins da primeira metade do século XIX põem crescentemente “em xeque” o *status quo* e seus complexos ideológicos. Em solo alemão, o sistema especulativo hegeliano está em debate e questão, contraposto, dentre outros, pela filosofia materialista de L. Feuerbach. A propósito, Lukács tanto reconhece “uma ontologia universalmente explicitada em Hegel”, assentada e desenvolvida na contradição entre sistema (lógico-idealista) e método (dialético), como também a natureza ontológica da filosofia materialista feuerbachiana, por um lado, impactante no processo de “dissolução do hegelianismo” e, por outro, obliterada para as categorias e problemáticas do ser social. Em tal contexto formam-se o pensamento e a obra originais de Marx, os quais, conforme a tese inédita defendida por Lukács, fundam uma concepção ontológica histórico-materialista do ser social. Analisar a posição crítica de Lukács em relação a Feuerbach, bem como os rebatimentos desta posição na constituição do “edifício conceitual” da *Ontologia* lukacsiana constituem objetivos precípuos do presente trabalho.

264. Considerações sobre a Ontologia Histórico-Materialista

Ricardo Lara (Professor, Serviço Social – UFSC)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a ontologia histórico-materialista a partir da leitura lukacsiana da obra de Marx. Durante o século XX, a teoria social de Marx sofreu diversas interpretações as quais vão desde o mecanicismo e economicismo do “marxismo oficial” até a consideração do pensamento de Marx como ciência especializada, de acordo com as concepções das várias disciplinas específicas, seja na sociologia, na economia, na história, na ciência política e até mesmo na filosofia. Contra esse caráter parcial, fruto da ideologia decadente da sociedade burguesa, a preocupação central que perpassa a leitura de Lukács, em relação a Marx, é evidenciar a vitalidade dos fundamentos da teoria social de Marx para compreensão da produção e reprodução da vida social. A recuperação da proposta teórico-filosófica original de Marx é o que torna Lukács tão peculiar entre os marxistas. Lukács busca retomar a teoria marxiana para se debruçar sobre as contradições insustentáveis da prática humana na ordem do capital, ou seja, das relações sociais sob a lógica da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e do trabalho alienado. Lukács teve projeto ousado e de fundamental importância, ele se preocupou com o revigoramento do pensamento de Marx, a leitura de Marx em Lukács centra-se numa perspectiva que entende a teoria social de Marx como uma ontologia do ser social.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 27 – Imperialismo e Dependência

Coordenador da mesa: Laura Beraldo Amaral (Mestranda, Economia – UFF)

Ementa: A expansão do mercado mundial do capital estabelece papéis específicos às economias centrais e periféricas, em cada momento histórico. As relações de dominação e dependência que esse movimento engendra suscita intenso debate no campo marxista. Esse é o fio condutor da discussão dessa mesa: *Imperialismo e Dependência*.

RESUMOS

271. História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil

Fernando Correa Prado (Doutorando, Economia Política Internacional – UFRJ)

O debate sobre a dependência na América Latina foi imenso. Nos anos 1960 e 1970, um conjunto de intelectuais e militantes, de variada origem e filiação política, tratou do tema da dependência, geralmente utilizando este conceito como característica central de suas análises sobre as regiões periféricas, em particular sobre a região latino-americana. Esse amplo debate ocorreu em muitos países da América Latina e também em outras partes, repercutindo em diversos intelectuais no mundo todo, gerando uma base teórica e histórica firme para construir uma interpretação crítica do papel da América Latina dentro do sistema mundial capitalista e ainda contribuindo para pensar caminhos políticos de superação das contradições características da estrutura periférica e dependente. No Brasil, porém, essa história foi diferente. Aqui foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Fernando Henrique Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento e até mesmo deformação das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Revelar como isso foi produzido e reproduzido em diversas e influentes publicações é a principal intenção deste artigo.

272. O Status da Categoria Imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico

Hugo Figueira de Souza Corrêa (Professor, Economia – UFES)

É fato sempre lembrado que constava nos planos de estudo de Marx a pretensão de dedicar um volume, jamais escrito, de *O capital* apenas à análise da articulação do mercado mundial. Nessa obra, Marx procurou descrever os traços fundamentais da presente formação social: como posto ainda no prefácio da primeira edição, sua “finalidade última” era descobrir a “lei econômica de movimento da sociedade moderna”. Considerar, portanto, que o

autor pretendia dedicar volumes da obra às análises do comércio exterior e do mercado mundial pode, igualmente, apontar para o fato de que a expansão mundial do capital era ela mesma dotada de legalidades que fazem parte das leis gerais de desenvolvimento capitalista. De fato, independentemente das circunstâncias que impossibilitaram o autor de cumprir tal plano, há em sua obra inúmeras indicações que apontam para a vocação do capital de se auto-ampliar, de se expandir geograficamente e formar efetivamente o mercado mundial. O caráter inconcluso da obra marxiana deu ensejo a propostas de continuação e, justamente com essas propostas, vinham a público, não muito depois do óbito do autor, as primeiras teorias do imperialismo de inspiração marxista. O problema é que, como uma análise cuja proposta era de observar o desenvolvimento historicamente concreto do capitalismo, a teoria do imperialismo se localizava em nível de abstração diferente daquele proposto por Marx. O presente tem por objetivo o modo como foi tratada a questão do imperialismo nessas teorias procurando delimitar qual seria então o status teórico de tal categoria.

273. As Teorias Marxistas sobre o Imperialismo e a Origem do Capital Financeiro

Larissa Mazolli Veiga (Mestranda, Economia Política Internacional – UFRJ)

As teorias marxistas sobre o imperialismo suscitam um grande debate até os dias de hoje e todas elas reivindicam um legado deixado pela obra inconclusa de Marx sobre o assunto. Desta forma, para resgatar o início deste debate, o presente artigo pretende delinear quais foram as teorias clássicas marxistas sobre o imperialismo ligadas a formulação do conceito de capital financeiro. Para isso, irá investigar as obras de Hilferding e Bukharin e irá traçar quais foram as contribuições deixadas por esses autores na obra de Lênin, com a finalidade de mapear o desenvolvimento do conceito de capital financeiro, que em sua origem se propunha a ser uma continuação da obra de Marx.

274. Ruy Mauro Marini e o Subimperialismo Brasileiro

Laura Beraldo Amaral (Mestranda, Economia – UFF)

A categoria do “subimperialismo”, construída por Ruy Mauro Marini, vem sendo resgatada por diversos autores no estudo do capitalismo brasileiro. Sua pertinência na explicação dos fenômenos contemporâneos como a exportação de capitais de empresas multinacionais de matriz brasileira é uma questão chave desse debate. Ruy Mauro Marini, ao definir o “subimperialismo”, busca explicar as especificidades geradas no contexto das mudanças da divisão internacional do trabalho do pós-II Guerra e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial. Sua análise tem como elementos norteadores as particularidades da economia dependente e suas leis próprias, com destaque para a superexploração do trabalho. O objetivo deste trabalho é apresentar as bases do pensamento de Ruy Mauro, e, ainda que de forma preliminar, expor as possibilidades e limitações do uso da categoria do “subimperialismo” para a compreensão do capitalismo brasileiro contemporâneo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 28 – Políticas Públicas e Direito: críticas em torno do marxismo

Coordenador da mesa: Luiz Eduardo Motta (Professor, IFCS – UFRJ)

Ementa: Os parâmetros normativos estabelecidos pelos regulamentos jurídicos são parte fundamental para a execução de políticas públicas. Tais instrumentos estabelecem as diretrizes da política garantindo com força de lei sua implementação. Ademais, criam prerrogativas atribuídas aos agentes no Estado na realização de ações transformadoras de sua tessitura. A atuação desses agentes, por outro lado, é legitimada por sua fundamentação em bases normativas, o que significa um mecanismo sofisticado de controle e ampliação do consentimento social em relação ao Estado. Os trabalhos aqui coordenados têm como objetivo questionar a forma jurídica como instrumento de legitimação de políticas públicas, problematizando o próprio papel do direito e do Estado na sociedade em sentido mais amplo. Para atingir essa finalidade, o grupo discutirá políticas públicas contemporâneas oriundas dos três poderes estatais e suas co-relações.

RESUMOS

281. Poulantzas e Foucault: Direito, Estado e Poder na perspectiva relacional. Convergências e Divergências

Luiz Eduardo Motta (Professor, IFCS – UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo mostrar o diálogo entre a teoria do Estado de Nicos Poulantzas com a analítica de poder de Foucault, que marcou a última fase do teórico greco-francês, especialmente o seu último livro *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Este trabalho parte do pressuposto de que Foucault tornou-se a terceira fonte filosófica francesa de Poulantzas, sendo antecedido por Sartre na primeira metade dos anos 1960, e em seguida por Althusser a partir de 1965, de acordo com análise de Bob Jessop (1985). O eixo central desse artigo será a abordagem de Poulantzas sobre o direito e a relação deste com o Estado capitalista, sendo este entendido sob a perspectiva do poder relacional que lhe modificou o seu significado, já que não é mais definido como uma instância do MPC, nem como uma articulação dos AIE e dos ARE, como anteriormente Poulantzas definira em suas obras precedentes *Poder Político e Classes Sociais* (1968) e *Fascismo e Ditadura* (1970), respectivamente.

282. Política Pública e Direito: crítica à participação social na Reforma do Judiciário brasileiro

Carolina Alves Vestena (Mestre, Poder Judiciário – FGV Direito Rio)

O trabalho discute os impactos da participação social no Supremo Tribunal Federal. Para tanto, destaca-se a teoria material do estado de Poulantzas

(2000), a qual observa o direito e seus aparelhos enquanto estruturas organizadoras do corpo social de acordo com as prioridades das classes posicionadas no bloco do poder dominante. Nesse sentido, procedimentos supostamente democratizantes, como as audiências públicas, são interpretados como mera sofisticação do formalismo dos tribunais, ocultando o exercício do controle por mecanismos que concederiam espaço para participação popular e igualariam as oportunidades de intervenção de agentes de diferentes grupos sociais. A partir da análise das práticas participativas no interior da instituição, serão traçadas hipóteses críticas à transferência dos processos políticos para a esfera judicial, fenômeno contemporâneo dos regimes democráticos.

283. Inclusão ou Ocultação? A igualdade jurídica como falso concreto

Jonathan Felix Ribeiro Lopes (Mestrando, Administração Pública – EBAPE/FGV)

Princípio básico do direito a igualdade – todos são iguais perante a lei – é um dos grandes fundamentos da forma jurídica moderna e continua se afirmando na contemporaneidade. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo questionar a igualdade jurídica, a partir das obras do jovem Marx, tendo em vista que retornar as obras desse autor significa buscar a origem das discussões críticas a respeito do direito e do Estado, cujos estudos se aprofundaram em autores como Althusser e Gramsci. Essa discussão torna-se relevante, tendo em vista que a aparente característica de inclusão, já que não vê diferenciações entre os homens, se mostra como um falso concreto já que ignora diferenças de classes sociais, inerentes à sociedade, trata-se de uma igualdade abstrata. Os reflexos desse princípio se fazem sentir na contemporaneidade tendo em vista a atuação do Estado, por meio das políticas públicas, que no contexto neoliberal asseguram o direito de propriedade privada sem, no entanto, questionar os seus efeitos sociais. Questionar a igualdade jurídica significa, assim, questionar a própria estrutura social, na medida em que ao não diferenciar os homens, deixa com que essas diferenças atuem ao seu modo, evidenciando o caráter de manutenção das formas de reprodução social e, portanto, conservador do direito.

284. Emancipação Política, uma Etapa Superada? Entre a autonomia política e o compromisso com a economia

William dos Santos Melo (Mestre, Administração Pública – EBAPE/FGV)

Lílian Alfaia Monteiro (Mestre, Administração Pública – EBAPE/FGV)

Leandro Mangia Rodrigues (Graduado, Ciências Sociais – UFF)

Marcelle Fraga Machado (Graduado, Direito – UFF)

Este trabalho consiste em analisar a importância do pensamento marxiano na contemporaneidade. Ao tratar as obras de Marx tendo como ponto de análise o comportamento do Estado e das políticas públicas, estamos advogando uma postura interpretativa que salienta uma perspectiva estatal negativa. Sendo assim, a abordagem aqui suscitada leva em consideração o Estado e as ações provenientes deste – as políticas públicas – como um puro e simples “instrumento” de domínio. Desta forma, o trabalho pretende refletir sobre dois elementos principais da concepção negativa do Estado na teoria marxiana: a) a

consideração do Estado como pura e simples estrutura que reflete o estado das relações sociais determinadas pela base econômica e; b) a identificação do Estado como aparelho de que se serve a classe dominante para manter seu domínio, motivo pelo qual a finalidade do Estado não é um fim nobre, como a justiça, a liberdade ou o bem-estar, mas pura e simplesmente o interesse específico de uma parte da sociedade. O conceito de Estado e conseqüentemente de políticas públicas, expostos neste trabalho, a partir dos estudos das obras de Marx, tende a realçar suas contradições intrínsecas, demonstrando que a gênese do poder estatal fundamenta-se na sua perpetuação atrelada a padrões de uma classe privilegiada, o que de certo modo, ajuda a compreender algumas posturas contemporaneamente adotadas pelo poder público atreladas a uma “elite” econômica brasileira.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 29 – Trabalho e Hegemonia no Brasil Recente

Coordenador da mesa: Isabel Grassioli (Mestranda, História – UNIOESTE))

Ementa: O estudo sobre a hegemonia no Brasil contemporâneo objetiva identificar os principais projetos societários que em disputa resultaram na “vitória” do projeto capitalista como via de desenvolvimento econômico e social. A presente mesa pretende discutir a precarização, a intensificação das condições de trabalho e suas implicações para a classe trabalhadora a partir das mudanças que tem ocorrido nos últimos 20 anos no mundo do trabalho. Neste sentido, buscamos compreender de que maneira o Estado intervém nessas mudanças, buscando garantir as condições de sobrevivência desses trabalhadores através de políticas públicas, especificamente o Programa Bolsa Família com auxílio de frações das burguesias locais. A análise partirá de dois estudos de caso (Cooperativa Agroindustrial Copagril e Indústria de confecção de *lingerie* Fidelitá), de Marechal Cândido Rondon – PR.

RESUMOS

291. O “Desenvolvimento” Regional e seus Resultados para a Classe Trabalhadora

Gilvana Machado Costa (Graduanda, História – UNIOESTE)

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns elementos que possam contribuir para o entendimento de como algumas ações do Estado, como políticas de desenvolvimento, alteram as relações de trabalho na indústria de confecção. Através de um estudo de caso sobre a indústria de confecção de *lingerie* Fidelitá situada na cidade de Marechal Cândido Rondon – PR, à identificação da atuação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). A definição dada para esses arranjos é de que são “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, operando um conjunto de atividades correlacionadas, que apresentam vínculos de articulação, cooperação e aprendizagem”. Envolvem a participação de empresas privadas, além de diversas instituições públicas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades), à pesquisa, ao desenvolvimento, à política e ao financiamento. O resultado da atuação dos arranjos tem apontado para o fato de que os trabalhadores ficam limitados a condições precárias de trabalho. Em Marechal Cândido Rondon a propaganda que tem sido veiculada é de que nesta cidade tem trabalho, porém as opções são as indústrias alimentícias (frigoríficos), que em pouco tempo resultam no adoecimento dos trabalhadores por conta dos movimentos repetitivos. O setor que tem-se apresentado como “melhor” opção é o de confecção, porém as formas de subordinação a que os trabalhadores estão sujeitos faz com que o empregador se utilize dessa “vantagem” para explorar ainda mais a força de trabalho que tem a sua disposição.

292. A Implementação do Programa Bolsa Família: assistência social, pobreza e geração de renda

Isabel Grassioli (Mestranda, História – UNIOESTE)

O Programa Bolsa Família tem aparecido nos últimos dez anos como principal medida na erradicação da pobreza no Brasil e como um dos principais alicerces da propaganda política de sustentação da situação: Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula e Dilma. O programa nesse sentido tem representado a realização mesmo que parcial de uma reivindicação popular – Ampliação do Estado – atendendo de forma subalternizada as expectativas de uma importante parcela de trabalhadores em condição de miséria. Nesse sentido o presente trabalho parte do entendimento de que o Programa Bolsa Família para além de ser uma realização parcial de reivindicações populares é parte integral das estratégias do Estado brasileiro na manutenção de uma importante parcela de mão de obra precarizada, em sua grande maioria força de trabalho informal, a qual atua ativamente no processo de acumulação de capitais, bem como o Bolsa Família tem sido uma das formas de conter a possibilidade que a pobreza exploda em movimento político, ou seja, o Bolsa Família tem agido como *política preventiva*. Diante de um quadro de profundas mudanças políticas e sociais vividas no mundo do trabalho nos últimos 20 anos (reestruturação produtiva, flexibilização e precarização das condições de trabalho), importa neste trabalho evidenciar quais tem sido as novas formas de intervenção adotadas pelo Estado brasileiro na área de assistência social na tentativa de combater a *pobreza* e *extrema pobreza* no Brasil ao mesmo tempo que transforma essa pobreza em pobreza ativa para acumulação de e expansão de novos circuitos de capitais.

293. A Atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia na Expansão do Capital

Suzane Conceição Pantolfi Tostes (Mestranda, História – UNIOESTE)

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o Estado Ampliado no Brasil a partir da construção permanente da hegemonia burguesa e manutenção do Projeto – Neoliberal, através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia e das políticas públicas e seus desdobramentos para a classe trabalhadora. O trabalho parte de um estudo de caso, que é a industrialização recente no Oeste do Paraná, mais precisamente na cidade de Marechal Cândido Rondon –PR, através da agroindústria Copagril e da fábrica de lingerie Fidelitá. Durante o processo de construção da Copagril o grande aliado da agroindústria foi o jornal local “O Presente”. O jornal desenvolveu um trabalho de convencimento e criação do consenso em torno da implantação da agroindústria, como sendo um projeto de desenvolvimento positivo e que traria “progresso” para a cidade de Marechal Cândido Rondon – PR. A partir dessa relação do jornal “O Presente” e a Copagril, podemos analisar e averiguar que a atuação dos meios de comunicação, no caso a imprensa escrita, desempenha uma função importante para a criação do consenso e opinião pública a respeito de políticas que visem a expansão do capital. Paralelo as políticas de desenvolvimento implantadas na região Oeste do Paraná, analisaremos as políticas públicas assistencialistas, mais precisamente o Bolsa Família, que tem por objetivo seguindo o próprio Governo acabar com a fome e a pobreza no país que é

consequência avassaladora dessa expansão do capital vivenciada pela classe trabalhadora. Pois o Sistema Capitalista precisa dessa situação dúbia de pobreza – expansão para sua manutenção.

294. Trabalho, Trabalhadores e o Papel da Imprensa Local na Construção de Projetos Industriais em Marechal Cândido Rondon-PR (2000-2010)

Fagner Guglielmi Pereira (Graduando, História – UNIOESTE)

Suzane Conceição Pantolfi Tostes (Mestranda, História – UNIOESTE)

Este trabalho tem por objetivo entender através da análise do jornal “O Presente” o processo de fortalecimento da atividade industrial em Marechal Cândido Rondon-PR entre os anos 2000-2010. O processo de implantação da Unidade de Aves COPAGRIL foi um dos projetos industriais anunciado pelo “O Presente” como responsável por gerar o “crescimento”, “desenvolvimento” e “progresso” da cidade. A construção do frigorífico de aves apresenta segundo “O Presente”, a solução para o desemprego e distribuição de renda em Marechal Cândido Rondon-PR. As notícias referentes à atividade industrial divulgadas por este veículo de comunicação alcançaram, de fato, diversos setores sociais. A propagação dos significados positivos referente à industrialização recente indica que a atuação do jornal contribui decisivamente para promover e projetar na região uma imagem positiva da atividade industrial. No entanto, os significados propagados pelo “O Presente” ante o processo de fortalecimento industrial em Marechal Cândido Rondon-PR, tais como: “desenvolvimento”, “progresso”, “crescimento” são facilmente substituíveis por “exploração”, “rebaixamento” e “subordinação” quando se leva em consideração o trabalho experimentado pelos operários do frigorífico.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 30 – O Método Marxista e a Interpretação da Sociedade e do Mundo do Trabalho

Coordenador da mesa: Carlos Serrano Ferreira (Mestrando – ULHT)

Ementa: A mesa congrega trabalhos que discutem a atualidade do método marxista e as possibilidades que se abrem para a compreensão da sociedade e do mundo de trabalho através de sua utilização. Discute-se a superação dos elementos teórico-metodológicos estranhos ao método marxista que dificultaram a sua aplicação ao longo do século XX; e as potencialidades desse método na Nova História Política para a análise dialéticas das instituições, como o Partido Comunista Brasileiro, bem como na análise da Igreja Católica na América do Sul.

RESUMOS

301. A Religião Enquanto Cultura na América do Sul e a Crítica do Método Mariângela de Sousa Marques (Mestranda – UERJ)

O desenvolvimento histórico da América Latina, em âmbito macro, desde o período de colonização propiciou uma organização cultural fortemente embasada pelo cristianismo católico. Na abordagem direcionada para a América do Sul ao longo da secularização do estado liberal, que tem início com os processos de independências, a Igreja católica passa por momentos de enfraquecimento institucional, mas sem perder o seu poder temporal, uma vez que, para os seus fiéis, a sua força é natural. Porém, a naturalização da sua relação com a natureza requer um método crítico de análise que, à luz do socialismo científico, esclarece a relação antagônica do Homem com Deus.

302. As Possibilidades e Potencialidades da Nova História Política em Diálogo com a História do Tempo Presente sob uma Ótica Marxista para o Estudo das Instituições

Heitor Cesar Ribeiro de Oliveira (Mestrando – UNIRIO)

A renovação operada recentemente na história política abriu um conjunto de possibilidades para essa forma de historiar, que se esteve esquecida, diante dessa nova abordagem voltou a ser um atrativo nas pesquisas pelo mundo. Para isso negou as enfadonhas histórias oficiais exaltadoras dos grandes “chefes” e incorporou contributos de outras ciências humanas, ampliando-se a gama de elementos analisados.

Essa nova perspectiva de abordagem ao se debruçar sobre as instituições políticas, ampliou seus objetos e possibilidades, para além das instituições formais como o Estado, englobando a sociedade civil, num entendimento mais complexo e rico do que é uma instituição.

O método marxista entra em diálogo com a nova história política trazendo abordagens diferenciadas enriquecedoras das pesquisas historiográficas, fazendo que no estudo das instituições não se busque só a síntese, mas as contradições em processo, com seus mecanismos móveis e permanentes, gerais e específicos de cada momento histórico, bem como a relação dialética entre aspectos objetivos e subjetivos.

A nova história política e o marxismo interagem potencializando-se com o estudo do tempo presente, onde novas fontes são vivas e em disputa permanente.

Esse conjunto instrumental potencializa o estudo das instituições em construção constante. Aqui focar-se-á no Partido Comunista Brasileiro, entendendo-o enquanto “representação” de um segmento social e suas transformações sendo paralelas às da sociedade que busca transformar, mas também dialeticamente o condiciona, sendo necessário entender o processo de construção e transformação de sua cultura política em relação com a cultura política de seu meio.

303. As Desventuras e Possibilidades do Método e do Materialismo Dialético na Interpretação da Realidade: contra o idealismo, o mecanicismo e o fetichismo do método

Carlos Serrano Ferreira (Mestrando – ULHT)

O marxismo é a culminância do mais avançado pensamento filosófico e científico acumulado pela humanidade até o século XIX. Ao longo da história duas questões fulcrais sobre a realidade nortearam, consciente ou inconscientemente, as concepções metodológicas: a existência ou não de mudanças e o fundamento último da realidade. Com o marxismo há a fusão, pela primeira vez, entre duas respostas, o materialismo e dialética, que até então haviam trilhados caminhos distintos. As elaborações de Marx e Engels permitiram o desenvolvimento de um método de análise e ação, que se ajusta tanto ao universo da natureza mas, sobretudo, ao mundo social e do trabalho, com uma capacidade explicativa muito superior.

Contudo, o desenvolvimento do marxismo se viu afetado pelas influências de correntes teóricas estranhas, principalmente o positivismo da Segunda Internacional e os processos de burocratização nos Estados Operários. O mais grave: houve a cisão entre duas correntes, uma 'ocidental' e outra dita 'soviética', até hoje não sanada. Estas representavam não só setores sociais distintos, bem como expressaram a cisão entre os elementos constituintes: a dialética com viés idealista, de um lado, e o materialismo com viés mecanicista, de outro.

Esta comunicação busca apresentar essa história e possíveis caminhos de resolução, do reencontro do materialismo e da dialética, a partir da contribuição de autores que caminharam nesse fio da navalha e sobreviveram, como Lênin e Gramsci. Particularmente, com as considerações de Lukács e sua análise da ontologia de Marx e a metodologia dela derivada e de Althusser e a Teoria.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 31 – Mudanças no Mundo do Trabalho e Experiências da Classe Trabalhadora num Contexto de Reestruturação Produtiva

Coordenador da mesa: Karen Capelesso (Mestranda – UNIOESTE)

Ementa: Nesta mesa discutiremos as experiências dos trabalhadores dentro das diferentes fases do capitalismo, mais especificamente dentro da chamada reestruturação produtiva do capital. Dentro da perspectiva de que o capitalismo se reinventa constantemente procuramos abordar a relação que a classe trabalhadora mantém com esse processo. A reestruturação da produção tenta moldar um novo tipo de trabalhador, que seja adequado ao modelo de produção proposto, porém, é importante frisar que essa reestruturação não é de maneira alguma idêntica para todas as suas aplicações, a lógica da produção muda de acordo com a realidade vivida de cada empresa ou grupo econômico. O novo trabalhador que é buscado dentro dessa lógica do capital na grande maioria das vezes não condiz com a realidade, nessa mesa olharemos esses trabalhadores dentro de suas relações com essa reinvenção do próprio capital, seja no local de trabalho ou fora dele. Ao se investigar as relações do trabalhador com o capital se faz necessário também a compreensão das relações entre a própria classe operária, a chamada consciência de classe. A classe se constrói nos valores comuns em que os trabalhadores definem suas relações sociais, a compreensão de como esse valores se constroem e de como são operacionalizados pela classe nos ajudam a entender como a reestruturação do capital afeta as relações da classe dos trabalhadores. Assim debatemos as mudanças dentro das relações dos trabalhadores nas diferentes formas de atuação em que esses se articulam. Ao perceber as diferentes formas de articulação do capital volta-se a pensar nas relações dos trabalhadores com a própria dinâmica do trabalho e suas relações com a realidade vivida, sendo assim nos cabe discutir não apenas os relações dos trabalhadores com o próprio meio do trabalho, mas também, sua relação com a sociedade.

RESUMOS

311. As Experiências dos Movimentos Sociais na Década de 80 e Luta pela Universalização da Saúde no Brasil

Thiago Bedin (Mestrando – UNIOESTE)

Realizamos nessa pesquisa a investigação sobre as experiências e expectativas dos movimentos sociais e trabalhistas dentro da área da saúde em relação ao processo de lutas da década de 1980 e do formação dos Conselhos Estaduais de Saúde, nesse caso foca-se o Conselho do estado do Paraná. O entendimento da década de 1980 e seu significado para a história dos movimentos sociais se faz chave vital para esse trabalho, para que possamos compreender a época utilizamos, além de um pesquisa bibliográfica,

entrevistas com militantes da época, além de representantes dos movimentos sociais presentes na área da saúde. Para a compreensão do papel do espaço que os conselhos representam contamos com suas atas e entrevistas com seus conselheiros. As relações dos trabalhadores se estendem muito além do espaço do trabalho, a sentimento da classe não é algo fixado somente nas relações do trabalho ela se estende através das relações sociais vividas, sejam elas na cidade ou dentro dos diversos movimentos sócias que o representam. Entender o processo de construção dos direitos conquistados nos leva a uma compreensão da realidade vivida, e permite que se criem novos caminhos para os movimentos sociais que nos permitem avançar ainda mais na luta não só pela saúde, mas por uma melhor condição humana.. Procuramos assim compreender os espaços criados pelas lutas de 1980 assim como experiências que os criaram e que continuam a lutar pela saúde no Brasil.

312. Experiência e Trabalho Industrial: uma análise da vivência dos trabalhadores do setor alimentício de Marechal Cândido Rondon (1990-2010)

Guilherme Dotti Grando (Graduando – UNIOESTE)

O presente trabalho busca discutir a partir da experiência dos trabalhadores o processo de industrialização recente no Oeste do Paraná. Para pensar este processo histórico, buscaremos apreender e mapear as formas como se estruturam as relações de trabalho dentro de duas indústrias do setor alimentício na cidade de Marechal Cândido Rondon – PR. A partir da discussão sobre as formas de organização do trabalho nas indústrias alimentícias do Oeste paranaense, pretende-se empreender uma reflexão a respeito de como estas transformações no trabalho são experimentadas pelos trabalhadores, evidenciando com isso algumas das contradições e conflitos que são vivenciados por esta jovem classe operária. Neste sentido, este estudo se propõe a pensar estes jovens trabalhadores como sujeitos desse processo de industrialização, que o experimentam de maneira tensa e conflituosa, elaborando, na própria vivência de tal processo sentidos e significados para o trabalho e o próprio processo histórico de industrialização no Oeste do Paraná. As fontes utilizadas para tal discussão constituem-se principalmente de entrevistas realizadas com trabalhadores das indústrias do setor alimentício.

313. Experiências e Reestruturação Produtiva no Trabalho Comerciário num Contexto de Mundialização do Capital: fusão Casas Bahia e Ponto Frio

Karen Capelesso (Mestranda – UNIOESTE) – **Coordenadora**

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre as trajetórias da classe trabalhadora na sociedade capitalista contemporânea, discutindo as mudanças no mundo do trabalho, que vem acontecendo nos últimos anos, principalmente no setor de serviços, a partir das experiências de vida e trabalho dos sujeitos que vivenciam estas mudanças concretamente no seu cotidiano. O estudo que a pesquisa se debruça, é o processo de fusão da Casas Bahia e Ponto Frio na cidade de Cascavel - Paraná, e as implicações que esta fusão trouxe e está trazendo para a classe trabalhadora, através das impressões dos trabalhadores que vivenciam no chão da loja essas mudanças nas suas relações de trabalho.

Portanto, as fusões de grandes empresas, a formação de grandes conglomerados, tendência existente na sociedade capitalista em sua época monopolista e com relevância no setor varejista brasileiro, é discutida a partir das trajetórias de vida e trabalho dos “trabalhadores colaboradores” dessas lojas, analisando as impressões e pressões que os trabalhadores apontam e vivem neste processo. Para analisar as diversas “reestruturações produtivas” no comércio varejista, a pesquisa se utiliza de narrativas orais de funcionários e ex-funcionários das duas lojas, percebendo como esses trabalhadores significam e configuram essas mudanças no mundo do trabalho, inclusive ditando dinâmicas neste espaço.

314. A Expropriação dos Trabalhadores Agrícolas nas Obras de John Steinbeck da Década de 30

Lucas André Berno Kölln (Mestrando – UNIOESTE)

As obras do autor estadunidense John Steinbeck (1902-1968) se calcam no solo histórico na medida em que traduzem os nuances de um processo de crise do capitalismo a partir dos desdobramentos gerados por esse em relação aos pequenos proprietários de terra e trabalhadores agrícolas. Nessas obras, o autor procura narrar (e denunciar) a situação precária e dramática em que se encontram esses “ciganos da colheita”, que foram expulsos de suas terras e obrigados a errar pelo país em busca de trabalho e meios de subsistência em uma aviltante luta pela sobrevivência. A crise de 1929 foi somente um dos eventos de um processo mais longo, que remonta a, pelo menos, o início do século XX e que se intensificara no pós-Primeira Guerra Mundial, com a modernização da sociedade estadunidense através da industrialização, expansão das cidades e desenvolvimento do capitalismo, processo cujos efeitos em relação ao campo foram profundos e se agravaram com a desestruturação econômica que sobreveio à Grande Depressão. Steinbeck, que vivera grande parte de sua vida na propriedade agrícola dos pais na Califórnia, vivenciou de maneira muito forte a transformação (se não a própria destruição) de um modo de vida rural quando do alastramento de relações de produção tipicamente capitalistas, que modificavam profundamente a relação entre o homem e a terra, ao passo que procurou através de sua literatura traduzir os dramas e denunciar as conseqüências desse processo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 32 – Marxismo, Relações Sociais Capitalistas e Organização Sociopolítica

Coordenador da mesa: José Santana da Silva (Doutorando, História – UFG / Professor – UEG)

Ementa: Nesta mesa coordenada, que se insere no eixo temático *Trabalho e sociedade*, serão apresentados trabalhos que abordam os seguintes temas: a organização sindical dos trabalhadores na perspectiva de Marx e dos marxistas Lênin, Trotski e Anton Pannekoek, procurando identificar nas formulações desses autores os limites e as possibilidades dos sindicatos na luta da classe trabalhadores pela sua autoemancipação; a experiência de auto-organização dos trabalhadores argelinos, após a libertação da Argélia do domínio colonial francês, tendo como foco da análise o posicionamento dos marxistas situacionistas em relação às suas possibilidades autogestionárias e suas contradições na relação com o nacionalismo e o islamismo; as concepções de Marx e Engels contidas nos escritos da década de 1840, até o prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* sobre trabalho alienado e modo de produção com vistas a identificar os elementos dessa fase para a explicação das relações sociais de sexo; as concepções marxista e anarquista de Estado presentes, respectivamente, nas obras de Marx e Kropotkin, tendo como propósito delinear os pontos convergentes entre esses autores numa perspectiva comparativa.

RESUMOS

321. Modo de Produção, Trabalho Alienado e Relações Sociais de Sexo: estudo dos textos da primeira fase do marxismo

Hugo Leonnardo Cassimiro (Mestre, Sociologia – UFG)

Este trabalho é uma análise dos textos de Marx e Engels da década de 1840 até a concepção apresentada no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* em que Marx retoma as conclusões dos estudos precedentes. É parte da pesquisa *Marxismo e relações sociais de sexo*, que tem como finalidade a elaboração de uma dissertação de mestrado em Sociologia. A intenção é identificar os elementos dessa fase para a explicação das relações sociais de sexo. Nesta comunicação, me detenho nas considerações acerca do modo de produção e o trabalho alienado relacionando-os às relações de sexo, foco da pesquisa. A primeira fase do marxismo expressa a compreensão, a partir da descoberta e aproximação dos autores com a perspectiva revolucionária proletária, do fundamento das relações sociais, o modo de produção que no capitalismo remete ao trabalho alienado. Nesse momento inicial detêm-se na articulação, na totalidade, dessas relações e elaboração do que conhecemos como o materialismo histórico-dialético. Demonstro esboços de uma teoria das relações sociais de sexo não

desenvolvida, assim também existente acerca de inúmeros aspectos secundarizados para deterem-se no estudo do modo de produção capitalista na segunda fase.

322. A Organização Sindical na Perspectiva Marxista

José Santana da Silva (Doutorando, História – UFG / Professor – UEG) –
Coordenador

A organização sindical moderna é um produto das relações capitalistas de produção, uma invenção da classe operária para enfrentar, coletivamente, a exploração da sua força de trabalho praticada pelos capitalistas. Segundo uma resolução do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866), redigida por Marx, “Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”. Esta comunicação, que deverá integrar uma tese de doutorado ora em elaboração, aborda as concepções de Marx, Lênin, Trotski e Pannekoek acerca da organização sindical e do seu papel na luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Trata-se de identificar nos escritos desses autores as possibilidades e limites dos sindicatos na luta dos trabalhadores pela superação do capitalismo. Marx, embora reconhecesse a importância da função econômica imediata dos sindicatos, defendia que eles deveriam “atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação”. Lênin reconheceu os sindicatos como organizações que podiam ser “extraordinariamente úteis para desenvolver e fortalecer a luta econômica” e contribuir com “a agitação política” e organização da ação revolucionária, sem substituir o partido. Para Trotski, os sindicatos deveriam se converter em “aparelhos organizativos do partido revolucionário”. Na avaliação de Pannekoek, as conquistas econômicas e sociais obtidas pelos trabalhadores, transformaram os sindicatos em verdadeiros instrumentos de “normalização do capitalismo”, convertendo-os em freio da luta dos trabalhadores pela auto-emancipação.

323. O Estado em Marx e Kropotkin: aproximações teóricas entre o marxismo e o anarquismo, para além das divergências

Marcos Augusto Marques Ataiades (Professor – UEG)

O marxismo e o anarquismo são teorias sociais que têm como fundamento a emancipação da classe trabalhadora. No entanto, as divergências têm marcado essas concepções teóricas, remontando à Primeira Internacional Comunista. Apesar disso, existem pontos de convergência entre essas concepções. Um dos objetivos deste artigo é mostrar nas obras de Marx e Kropotkin esses pontos de aproximação, tendo como foco a análise das suas formulações a respeito do papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo. As diferenças de método de análise entre o marxismo e o anarquismo, ao contrário do que muitos autores identificam como pontos de divergência, na realidade, são construtos sociais utilizados para afastar essas duas perspectivas revolucionárias. O leninismo teve papel preponderante nesse afastamento, principalmente por afirmar a importância do Estado nos processos

revolucionários, ainda que vários autores, ao longo do século XX, como Tragtenberg, Viana, tenham acentuado a perspectiva autogestionária na obra de Marx, abordando o Estado de forma crítica em relação ao Estado com papel de transformação social. Certo é que ainda vigora hoje a afirmação leninista de que Marx defendia a apropriação do Estado pela classe trabalhadora como elemento fundamental no processo de superação revolucionária da sociedade capitalista.

324. A Auto-Organização dos Trabalhadores no Processo de Independência Argelino: a visão da Internacional Situacionista

Marcus Vinícius Costa da Conceição (Mestrando, História – UNIOESTE)

Esta comunicação tem como objetivo analisar a visão situacionista sobre o processo de autogestão na Argélia durante o período da independência e da primeira república com Ben Bella. No período final do processo de independência argelino, os trabalhadores começam a ocupar as fábricas e as fazendas que tinham sido abandonadas pelos colonizadores franceses e passaram eles mesmos a gerir a produção destes locais. No entanto, ocorre um processo de institucionalização deste processo de autogestão a partir do governo independente da Argélia. É neste contexto que os situacionistas problematizam este evento histórico e defendem que o processo de autogestão deve ser encarado com o intuito de elevar a libertação argelina para uma etapa superior, para uma luta de classes em que não basta somente alcançar a independência do colonizador externo, é preciso livrar-se da colonização imposta pelo capital e romper com as amarras do nacionalismo e do islamismo no processo de radicalização da constituição de uma sociedade baseada nos princípios da autogestão. Porém, é preciso avançar e perceber em que pontos essa análise situacionista do processo de autogestão argelino é limitada e como ocorre de maneira prática à atuação situacionista nesse processo.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 33 – O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo e o Processo da Luta de Classes na América Latina e no Brasil

Coordenador da mesa: Michelly Ferreira Monteiro Elias (Mestre, Políticas Públicas – UFVJM)

Ementa: O trabalho enquanto categoria fundante do ser social e suas configurações no capitalismo contemporâneo. As particularidades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina a partir da análise da teoria da dependência e os principais aspectos da formação sócio-histórica brasileira a partir do advento do capitalismo monopolista. O processo da luta de classes no Brasil enquanto expressão da questão social e o movimento da classe trabalhadora neste contexto.

RESUMOS

331. Movimento Social e Questão Social no Capitalismo Contemporâneo Brasileiro

Michelly Ferreira Monteiro Elias (Mestre, Políticas Públicas – UFVJM) –
Coordenadora

Este trabalho tem por objetivo, refletir sobre a relação do movimento social da classe trabalhadora e a questão social no contexto do capitalismo contemporâneo brasileiro. Parte-se do pressuposto que a questão social se funda na exploração do capital sob o trabalho, enquanto relação constitutiva da ordem burguesa do capital, em que a produção social é coletiva e sua apropriação privada. Considerando o processo histórico e a centralidade da questão social para análise das relações sociais no âmbito da sociedade burguesa capitalista a partir da segunda metade do século XIX, destaca-se as lutas sociais desenvolvidas historicamente pela classe trabalhadora, como expressão latente da relação capital x trabalho, que a partir da formação sócio-histórica brasileira vem adquirindo organização e formas que expressam de forma significativa o processo da luta de classes no país, principalmente a partir da eminência do capitalismo monopolista. A partir disso, buscaremos neste trabalho situar a relação entre a questão social e as lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como destaque a hegemonia neoliberal e a complexificação da luta de classes a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970 com o advento do toyotismo e da reestruturação produtiva do capital. Nesse sentido, destaca-se como fundamental a apropriação acerca da teoria da luta de classes em Marx e na tradição marxista, para a partir das mediações da realidade social da atual fase do capitalismo brasileiro, analisar a complexa caracterização e as formas de manifestações desse processo de luta em curso.

332. A Configuração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo

Flávia Félix Barbosa (Graduanda, Ciências Econômicas – UFVJM)

O trabalho é o primado das relações econômicas e sociais. Está na base da atividade econômica, sem o qual as inúmeras e variadas formas de relações sociais não poderiam existir. É, portanto, fundante do ser social, em todo tempo e espaço, apesar de todas as mediações e especificidades históricas. Na sociedade capitalista, alicerçada na propriedade privada dos meios de produção, cujo objetivo máximo é a valorização do capital, o trabalho assalariado torna-se característico, e a força de trabalho constitui-se como mercadoria *sui generis* no processo de valorização do capital. Na atual fase do capitalismo, em que se tem a combinação de neoliberalismo, financeirização do capital e reestruturação produtiva, o trabalho assume uma configuração específica. Os processos produtivos, o perfil e a relação capital-trabalho passaram por amplas transformações. O neoliberalismo legitimou e reforçou um modelo de acumulação mais flexível e financeirizado, com hipertrofia da esfera financeira diante da esfera que produz diretamente a mais-valia. A importância cada vez maior do capital a juros e do capital fictício para financiar a produção pressionou para diminuir os custos de produção e aumentar a extração de mais-valia, e como um imperativo, levou à reestruturação produtiva, o que implicou mudanças na composição do capital, na organização e controle do trabalho. As mudanças nos processos produtivos, na qualificação e na estrutura do mercado de trabalho, bem como, na relação capital-trabalho, levaram à maior precarização das relações de trabalho e à maior exploração do trabalho pelo capital.

333. Dependência e Revolução: uma introdução ao debate de Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini

Luiz Bugarelli (Graduando, Ciências Econômicas – UFVJM)

O trabalho proposto tem como objetivo resgatar o debate entre o pensamento de Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva sobre a dependência latino-americana. Para tanto, faz-se necessária, num primeiro momento, uma análise da conjuntura política e social latino-americana entre as décadas de 1960-70, das possibilidades econômicas e consequentes resignificações do contexto regional da luta de classes. Ambos os autores partem do esforço em compreender a complexidade de nossas formações sociais. Compreensão ascendida à urgência com o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina, experimentado no início do século XX pelo processo de industrialização. Nesse intuito Ruy Mauro Marini parte, em *Dialética da Dependência*, da seguinte questão: entre o capitalismo clássico e o capitalismo dependente existe uma diferença qualitativa que permita a formulação de leis específicas? A particularidade regional abre, assim, o campo investigativo às interpretações de um modelo de capitalismo *sui generis*, por Ruy Mauro Marini e a de um capitalismo *tout court*, por Agustín Cueva, debate pelo qual nos deteremos. Por fim, cabe assinalar que é lugar comum a compreensão da importância de um avanço teórico, que caminhe sob nossas especificidades, a fim de traçar a relação entre a conjuntura interna e a dinâmica capitalista internacional, direcionando as lutas da classe trabalhadora à necessidade de uma transição socialista.

334. Florestan Fernandes e a Apreensão da Contra-Revolução Brasileira

Rogério Fernandes Macedo (Professor, Ciências Econômicas – UFVJM)

Roziane Ferreira da Silva Cerqueira (Graduanda, Ciências Econômicas – UFVJM)

O presente artigo pretende apontar os aspectos da contra-revolução de 1964 no Brasil, a luz da obra do sociólogo Florestan Fernandes. Tal intento se justifica pela necessidade de se apreender a história brasileira, com o fito de identificar com a máxima precisão teórica, dentro dos limites e potencialidades - permitidos pelo presente momento histórico -, as linhas de continuidade entre a primeira etapa da contra-revolução (1964-1985), a qual é objeto de estudo do presente artigo, e a segunda etapa (1985 em diante), consubstanciada pelas linhas de continuidades que se prolongam desde 1985 até o presente momento.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 34 – Trabalho Assalariado, Questão Social e Política Social no Tempo do Capital Financeiro

Coordenador da mesa: Ana Cristina Oliveira de Oliveira (Doutoranda, Serviço Social – UERJ / Professora – UFVJM)

Ementa: O trabalho assalariado no processo de acumulação capitalista e a reprodução da vida social. A relevância do método do materialismo histórico dialético na produção do conhecimento. A questão social na contemporaneidade como resultado das contradições do desenvolvimento do capitalismo. As tendências das políticas sociais no Brasil em tempo de capital fetiche. O Serviço Social e a sua relação com a organização do capitalismo monopolista no enfrentamento da questão social, via política social pública pelo Estado burguês.

RESUMOS

341. Trabalho, Alienação em Marx e Questão Social

Ana Cristina Oliveira de Oliveira (Doutoranda, Serviço Social – UERJ / Professora – UFVJM) – **Coordenadora**

O trabalho, “necessidade eterna do homem”, é, no capitalismo, trabalho assalariado, elemento do processo de acumulação engendrada por conflitos mascarados sob a divisão de classes na exploração do trabalho vivo. Contemporaneamente generalizam-se as relações mercantis para a vida social e radicaliza as expressões da questão social. Nesta perspectiva, o artigo discute o trabalho com uma contradição: ao mesmo tempo em que o trabalho constrói o homem, ele também o destrói a medida que a reestruturação produtiva do capital tende a aniquilar as relações sociais que aparecem como coisas. Pretende-se evidenciar que a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade e a pobreza como uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. Num contexto de restrição dos direitos sociais e do ocultamento do conflito de classes sociais, buscaremos, também, analisar o redimensionamento do Estado burguês em face da “questão social” que simultaneamente corta (intervindo através de políticas sociais) e recupera (debitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados) o ideário liberal. Convergindo as refrações da “questão social” em *problemas sociais (privados)* com tendência a *psicologizar os problemas sociais*, a vida social supõe-se intenções reformistas configuradas no pensamento conservador positivista com características de naturalização da sociedade. Isto é, a essência é o controle social – a *coerção social* numa forma de representação da sociedade burguesa no estágio imperialista.

342. Questão Social, Política Social e o Debate do Trabalho do Assistente Social em Tempo de Capital Financeiro

Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo (Professora – UFVJM)
Mônica Freitas Ferri (Professora – UFVJM)

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer o debate sobre questão social, política social e trabalho do Assistente Social a partir das formas assumidas pelo capital financeiro na expansão monopolista. Parte-se do pressuposto que o capitalismo contemporâneo tem processado um conjunto de condicionantes que tem subordinado toda a sociedade a lógica do capital, acirrando as contradições entre as classes e redimensionado as relações entre estas e o Estado. Diante disso, configuram-se novas tendências para a política social, engendrando e articulando um processo de dominação política, fundado no princípio da moralização e da individualização da questão social. É nesse campo que a Seguridade Social brasileira tem sofrido transformações intensas, sobretudo, a partir do governo Lula, expresso na expansão da assistência social pública via programas de transferência renda e na mercantilização e privatização da previdência e saúde. Esse novo formato ocupa uma funcionalidade na era das finanças - de naturalizar, a partir de um *substrato ideo-cultural*, as condições materiais, culturais e sociais da classe trabalhadora refletindo, em todas as profissões vinculadas à esfera da reprodução social. É nesse terreno que o trabalho do Assistente Social apresenta-se dimensionado e tensionado, por um conjunto de demandas postas pelas lutas de classes, que passam exigir ações qualificadas técnica e politicamente, enquanto possibilidade de garantir a direção social estratégica expressa no projeto ético-político. Impondo à profissão a necessidade de refletir permanentemente a sua formação e prática profissional no marco das configurações que assume o seu objeto – a questão social, no sistema atual da acumulação capitalista.

343. A Importância do Método em Marx para a Produção do Conhecimento no Trabalho do Serviço Social

Jéssica Alcântara da Silva (Graduando, Serviço Social – UFVJM)
Juliana Gomes dos Santos (Graduando, Serviço Social – UFVJM)
Maria Conceição Silva Bastos (Graduando, Serviço Social – UFVJM)
Thaís Amaral Oliveira (Graduando, Serviço Social – UFVJM)

A relevância deste trabalho se dá pela importância em compreender, a partir do método do materialismo histórico dialético, como o trabalho profissional em Serviço Social está inserido nesta sociedade e a projeção no projeto profissional através da dimensão da teoria social crítica. O presente artigo busca traçar a trajetória histórica e política da profissão e sua ligação com outras teorias sociais, como o positivismo desde a sua origem no Brasil nos anos 1930, e posteriormente, a partir de meados dos anos 1980, o seu amadurecimento intelectual, ético e político com a aproximação do método em Marx. Nesta perspectiva, pretende-se qualificar a importância para o desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social a partir da produção do conhecimento na profissão. Debateremos, sobretudo, a temática da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social, seu percurso histórico na busca de uma definição teórico-metodológica, ética, política, prática e, suas vertentes; as mudanças da produção intelectual e; finalmente, sua aproximação com a

teoria social crítica como pressuposto hegemônico na profissão. Para tanto, trataremos de discutir a relevância do método em Marx por desvendar as relações sociais da sociedade capitalista que escamoteiam a luta de classes. Discutiremos, ainda, a importância na pesquisa em Serviço Social como base para uma formação e intervenção profissional nas políticas públicas sociais com base no projeto societário emancipatório comprometido com a classe trabalhadora e a transformação social para uma nova sociabilidade.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 35 – Mídia, Ideologia e Cultura: articulações no capitalismo contemporâneo

Coordenador da mesa: Carlos Alberto Salim Leal (Mestre, Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação – UFRJ)

Ementa: A mesa objetiva problematizar os processos ideológicos, estéticos e políticos que se desenvolvem no âmbito da mídia e da cultura no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. O aprofundamento do processo de reificação a partir da interação da cultura da mídia mundializada com o capitalismo financeiro globalizado, a mercantilização da cultura nas formas da indústria cultural combinada à dissolução do sujeito na estética e na política e, ainda, as políticas de comunicação formuladas pelas classes dominantes visando à construção de sua hegemonia e de uma legislação adequada aos interesses do capitalismo neoliberal são os eixos fundamentais de nossa análise.

RESUMOS

351. Políticas de Comunicação no Capitalismo Contemporâneo – uma análise da I Conferência Nacional de Comunicação

André Vieira de Almeida Agostinho (Mestrando, Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação – UFRJ)

Historicamente, as políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado, em seu sentido estrito, em resposta às demandas do mercado, excluindo a classe trabalhadora dessas formulações. Apoiado na teoria de Estado ampliado de Antônio Gramsci, nossa intenção aqui é refletir sobre a disputa de posição que se configurou no interior da sociedade civil, por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, no processo de construção de políticas públicas para o setor das comunicações durante a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Ocorrida em dezembro de 2009, no segundo mandato de Lula, a Confecom nos fornece elementos para analisar as articulações entre sociedade política e a classe empresarial na tentativa de barrar quaisquer legislações não corroboradoras ao projeto neoliberal para o setor. Ao mesmo tempo, o objeto de análise nos incita a investigar como as teses apresentadas pelos movimentos sociais durante a conferência e a consolidação desses movimentos contribuem para a disputa pela hegemonia.

Com base nas investigações descritas, acreditamos contribuir para a compreensão dos instrumentos legais (coercivos) criados pela sociedade política em reflexo à disputa pelo consenso e direção política na sociedade civil, ajudando a elucidar o modelo de Estado que impera no capitalismo contemporâneo.

352. Reificação da Cultura e Desertificação da Política

Carlos Alberto Salim Leal (Mestre, Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação – UFRJ) – **Coordenador**

O tema da “desertificação” da política aparece como momento relevante da reificação no capitalismo contemporâneo, o que torna necessário analisarmos aspectos deste fenômeno e seus reflexos na cultura e na ideologia. O problema que gostaríamos de lançar aqui diz respeito, assim, ao aprofundamento do fenômeno da reificação no momento em que as esferas de determinação e mediação dos indivíduos constituem-se numa espécie de esfera autonomizada que está para além da vida cotidiana desses indivíduos. Trabalhamos aqui com a hipótese que Jameson anuncia em *Cultura e Dinheiro*, no ensaio “Cultura e Capital Financeiro”, no qual afirma que a interação entre cultura mundializada através da mídia e o capital mundializado através de sua financerização constituem-se como uma espécie de nova esfera “territorial” para o desenvolvimento do capital.

Da argumentação acima, podemos depreender a estreita relação existente entre o “triunfo da ideologia mercantil” e a construção de identidades e valores culturais reificados. A problematização desta relação exigirá, portanto, que façamos uma análise mais profunda de como esta reificação ganha força no capitalismo neoliberal e de como ela interage com o discurso pós-moderno, quer seja sobre a forma mais “vulgar” do mesmo, oferecido à maior parte dos indivíduos (o individualismo, a ideia de que não existem mais opções de transformação social, etc.), quer seja sob sua forma mais elaborada, praticada em meios acadêmicos e intelectuais (as teorias de fim da história, fim das identidades universais, etc.).

353. Pós-modernismo: a arte como mercadoria e o ocaso do sujeito

Leila Salim Leal (Mestranda, Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação – UFRJ)

O objetivo deste trabalho é discutir, a partir da problematização dos pressupostos epistemológicos das teorias pós-modernas e sua relação com a etapa neoliberal de desenvolvimento do capitalismo, as implicações estéticas e políticas da dissolução da arte nas formas da mercadoria, identificando este como um traço característico da cultura pós-moderna. Identificaremos a resposta pós-modernista aos dilemas impostos pelo desenvolvimento crescente da indústria cultural e, conseqüentemente, da mercantilização cada vez mais acentuada da produção cultural: diferentemente do alto modernismo, que se torna hermético no processo de negação da cultura mercantil de massa, o pós-modernismo opta por assumir definitivamente que a obra de arte é uma mercadoria (EAGLETON, 1996) – o que apontamos como uma aproximação com a noção pós-moderna do fim da possibilidade de grandes transformações sociais totalizantes.

Queremos problematizar, a partir daí, a perda da noção de sujeito no processo que aponta o fim das chamadas ‘grandes narrativas’: se a perspectiva da emancipação humana geral é abandonada, se os grandes eventos históricos dão lugar a uma realidade multifacetada e fragmentada, a noção de sujeito como um agente histórico da transformação social é dissolvida. A humanidade deixa de ser compreendida enquanto agente construtor de sua própria realidade e passa a ter diante dela uma postura passiva – o que, do

ponto de vista estético, permite uma aproximação com a arte pós-moderna que se assume definitivamente como mercadoria e, também, com o processo de falência das vanguardas artísticas no interior da perspectiva da arte pós-moderna, identificado pelo historiador Perry Anderson (ANDERSON, 1999).



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 36 – Indústria Cultural, Mídias e Ideologia no Capital-Imperialismo

Coordenador da mesa: Janaina de Paula do Espírito Santo (Professora – UEPG)

Ementa: Este Grupo de Trabalho visa agregar pesquisas, já concluídas, cujo recorte temático estão focadas na produção material de objetos midiáticos e culturais e na análise destes, buscando sua atuação hegemônica, disseminando visões de mundo constituídas pelas frações das classes dominantes, visando a expansão e aprofundamento das relações sociais sob o capital-imperialismo.

RESUMOS

361. O Comando e os Vermelhos: como a Globofilmes “explica” o crime organizado no Rio de Janeiro através da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar-Empresarial

Adriano Rossi (Professor, História – SEED)

Neste artigo iremos investigar como a Globofilmes, um dos braços da Empresas Globo, através de seus filmes, constitui e dissemina uma história fetichizada buscando “explicar” o nascimento do crime organizado no Rio de Janeiro, especificamente do Comando Vermelho, através da atribuição de culpa para com os grupos comunistas e socialistas que lutaram contra a Ditadura Civil-Militar-Empresarial.

362. Indústria Cultural e Quadrinhos: o mangá japonês

Janaina de Paula do Espírito Santo (Professora – UEPG) – **Coordenadora**

O presente texto, busca, a partir de um panorama geral da discussão sobre o tema propor uma ampliação em torno da produção de quadrinhos japoneses, ou mangás. Mangá (figura caricaturada) é o termo japonês para história em quadrinhos (HQ). Acabou tornando-se designação genérica para os quadrinhos nipônicos ou seu estilo. São características dos mangás: personagens com olhos enormes, poses cinematográficas, enquadramentos expressivos e enorme dramaticidade. Hoje, os mangás são responsáveis por 40% de todo o material impresso no Japão, além de serem considerados o terceiro “produto” japonês mais exportado para o ocidente. Compreender a história dessa manifestação de arte oriental é também compreender a diversidade e inserção que esse meio de comunicação pode ter e tem, em um espaço de cultura globalizada.

363. IPOA (International Peace Operations Association) e JIPO (Journal of International Peace Operations), a Construção da Fala Legítima do Complexo Militar Terceirizado Estadunidense. (2006-2009)

Alexandre Arienti Ramos (Graduando – UNIOESTE)

Nosso objetivo neste trabalho é perceber como a IPOA, por meio de seu jornal bimestral, o JIPO, esforça-se por se constituir como fala legítima das empresas que atuam em regiões de conflito. Apontamos como a IPOA e seu jornal atuam na forma de aparelho privado de hegemonia defendendo projetos específicos em torno de questões importantes para o setor. Aqui tratamos da atuação da IPOA no que concerne à problemática legal da responsabilização por crimes cometidos por contratados de segurança em regiões de conflito e da construção de um projeto específico de atuação da ONU, traçado por intelectuais orgânicos do setor, notadamente o grupo vinculado a Doug Brooks, o fundador da IPOA. Como recorte temporal elegemos os anos de (2006-2009), 2006 por ser o primeiro número da revista em nossa posse, e 2009, por ser o último ano da administração George W. Bush nos EUA, fim de um ciclo do discurso das Companhias Militares e de Segurança Privada. Nosso corpo de fontes é constituído principalmente pela revista JIPO, da qual analisamos 20 volumes, num total de mais de 80 matérias analisadas, concernentes às duas problemáticas supracitadas. Uma questão que permeia nossa análise é a da reflexão acerca das possíveis transformações no Estado, em sentidos restrito e ampliado, engendradas pelo uso massivo de contratados militares privados, principalmente tendo por horizonte a atuação das forças militares estadunidenses, contrapondo os significados desta prática para uma concepção liberal de Estado e para a concepção Gramsciana de Estado Ampliado.

364. Arquitetura e Controle da Internet Mundial: os EUA, o ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) e as teias do capital-imperialismo

Lucas Patschiki (Mestrando em História – UNIOESTE)

Pretendemos neste trabalho discutir o ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*), entidade responsável por definir os padrões, formatos e tipos de domínios da rede, coordenar a definição de endereços IP, através do DNS (*Domain Names System*) e gerenciar o servidor raiz da internet. Então exploraremos pontualmente as condições em que a internet é criada nos EUA, fruto do complexo industrial-militar-acadêmico e a utilização da tecnologia da informação durante e depois da guerra fria, já num novo ciclo de expansão capitalista. E como esta entidade articula-se ao que Fontes chama de teias do capital-imperialismo, entidades supranacionais com formatos associativos desiguais e de aparência democrática, criadas após a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, como o ICANN, através de seu sistema de representação misto (Estados e iniciativa privada) se faz instância produtora de consenso para os exploradores deste novo campo midiático, reproduzindo e disseminando todo um modo de ser e agir, naturalizando o livre-mercado e o imperialismo, compreendendo capitalismo como horizonte histórico final para a humanidade.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 37 – Trabalhadores Cariocas e Luta de Classes na Primeira República: transportes, habitação e samba

Coordenador da mesa: Romulo Costa Mattos (Professor – PUC-RIO)

Ementa: Entre o fim do século XIX e o início do XX, o Brasil passou por um período de significativas mudanças, relacionadas com a abolição da escravidão, a proclamação da República e a pressão exercida pelo capitalismo internacional. Na condição de capital federal, o Rio de Janeiro sofreu fortemente os impactos dessa transformação, uma vez que deveria ser, a um só tempo, o foco da civilização, o núcleo de modernidade, o teatro do poder e o lugar de memória da República. Para a concretização desses ideais, era necessário eliminar os resquícios de uma sociedade tida como arcaica – elementos esses associados aos hábitos comportamentais dos trabalhadores –, que impediam a organização da cidade segundo a lógica e os interesses das classes dominantes. Os trabalhos que compõem esta mesa têm como objetivo debater, na perspectiva da luta de classes, questões pertinentes à classe trabalhadora em um contexto de transformação da cidade do Rio de Janeiro, enfocando diferentes aspectos de seu cotidiano, como o transporte, a habitação e o samba.

RESUMOS

371. Habitação Popular na Primeira República: campanhas, leis e discursos

Romulo Costa Mattos (Professor – PUC-RIO) – **Coordenador**

No período da Primeira República, houve o significativo agravamento da crise de moradias na cidade do Rio de Janeiro. Mas foi durante as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves (1903-1906) que as condições de habitabilidade dos trabalhadores se deterioraram mais depressa e passaram a ser vistas nos jornais como o problema número um da capital. Nessa época, a expressiva movimentação da classe trabalhadora no espaço público contribuiu para a intervenção dos poderes públicos no campo da habitação popular. Enquanto a prefeitura anunciou, em 1905, a construção de moradias para os trabalhadores, com os próprios recursos, o governo federal iniciou o processo de elaboração de uma lei que garantia isenção fiscal e empréstimo aos empresários que se dispusessem a investir em habitações populares. No entanto, a constituição de uma legislação habitacional só foi completada em 1921 e, mesmo depois de pronta, foi sistematicamente boicotada por diferentes governos. Tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1905 e 1921 – correspondente à transformação em lei do projeto de construção de moradias populares e sua respectiva regulamentação –, este trabalho tem como objetivo analisar a atuação dos trabalhadores, dos jornalistas, dos

construtores civis e do Estado em torno da chamada questão habitacional, que afetava fortemente os primeiros.

372. História Social do Transporte no Rio de Janeiro (final do século XIX e início do XX)

Paulo Cruz Terra (Doutorando – UFF)

O Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX foi cenário de profundas transformações nos transportes, conectadas às mudanças na própria configuração do espaço urbano. O objetivo aqui é fazer uma história social do transporte no Rio de Janeiro, o que significa abordá-lo através da perspectiva da luta de classes. Nesse sentido, as modificações do transporte não são vistas apenas do ponto de vista técnico, mas relacionadas com as mudanças econômicas e sociais desse período de desenvolvimento do capitalismo – que nesse setor específico se expressava pela criação e fortalecimento das companhias. Busco entender como os trabalhadores vivenciaram essas transformações e as formas de luta encontradas por eles.

373. O Samba Carioca na Primeira República – uma análise da cultura da classe trabalhadora do Rio de Janeiro (1900-1930)

Juliana Lessa Vieira (Mestranda – UFF)

As três primeiras décadas do século XX marcaram um período de intensas transformações sociais na cidade do Rio de Janeiro. A consolidação das relações pautadas pela lógica do capital colocou novas condições para o desenvolvimento de todos os aspectos da realidade social. Nesse sentido, a cultura também foi um campo de disputas em que a luta de classes se manifestou – o que pode ser percebido na tentativa da burguesia de impor seu padrão de civilidade ao resto da sociedade, a partir da perseguição ao modo de vida da classe trabalhadora. Esse trabalho tem como objetivo principal abordar o samba carioca desse período como uma criação artística própria da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, que traduzia seus anseios, suas tensões, suas formas de relacionamento e o cotidiano de perseguição e de exploração vivido pelos trabalhadores. Tal perspectiva vai contra aquela defendida por autores como Hermano Vianna, Carlos Sandroni e Rachel Soihet (embora esta última confira maior ênfase ao conflito social), os quais, partindo da concepção de cultura popular, entendem que o samba expressava mais uma identidade comum às diferentes classes sociais do que a visão de mundo da classe trabalhadora. Para debater com tais autores, nos basearemos nas concepções de cultura de Raymond Williams, Edward Thompson e Mikhail Bakhtin, e utilizaremos, como fontes, os depoimentos de sambistas da época, bem como letras de samba e registros policiais.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 38 – Trabalho e Capitalismo Contemporâneo: abordagens a partir da Crítica à Economia Política

Coordenador da mesa: Ricardo Pereira de Melo (Professor – UFVJM)

Ementa: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo; Processo de Trabalho e Capitalismo Contemporâneo; Trabalho e Pauperismo na Crítica à Economia Política; Relações Sociais de Produção e Acumulação de Capital na Crítica à Economia Política; Relações Sociais de Produção e Mundialização do Capital; Exploração e Superexploração do Trabalho e Capitalismo Contemporâneo.

RESUMOS

381. Limites da Mundialização: revisitando a especificidade da produção capitalista e a exploração-superexploração do trabalho

Fernando Henrique Lemos Rodrigues (Doutorando, Economia – UNICAMP / Professor, Economia – UFVJM)

A partir do Livro I de “O Capital” de Marx (1867), sabe-se que o processo de produção capitalista é, essencialmente, produção de mais-valor. A essência do modo de produção capitalista é a criação de condições, objetivas e subjetivas, para que, em circunstâncias médias, o processo de trabalho permita a concretização tanto do trabalho necessário à reprodução material do produtor direto quanto de trabalho excedente (o mais-valor), em condições de ser apropriado, em dinheiro, por proprietários dos meios de produção (transformação do mais valor em lucro, isto é, realização). Quanto à produção de mais-valor, esta pode ser obtida ampliando-se o tempo de trabalho excedente (mais-valor absoluto) ou alterando-se a composição material da produção, reduzindo-se, em valor, o trabalho necessário (mais-valor relativo). Essa última forma só é possível graças à subsunção real do trabalho ao capital. Retomando a categoria superexploração do trabalho, desenvolvida por Marini em “Dialectica de la Dependencia” (1973), podemos observar que, a partir da produção de mais-valor relativo, o capital reproduz-se através de exploração e superexploração, quando observado da perspectiva da mundialização, em suas diferentes fases históricas. A reprodução das formas de exploração e superexploração, condicionada pelos dilemas do processo histórico de desenvolvimento do capital e por seu caráter necessariamente imperialista, acirrará as contradições do modo de produção capitalista, assim como demonstrará seus limites no processo de emancipação material da humanidade. Os estágios atuais do imperialismo e da crise do capital evidenciam a validade desse resgate histórico-teórico para o desnudamento da realidade concreta.

382. Processo de Trabalho e Capitalismo Contemporâneo

Márcio Lupatini (Doutorando, Serviço Social – UFRJ / Professor, Economia – UFVJM)

Nas últimas décadas, sobretudo após a crise do capital dos anos 1960/1970, a classe trabalhadora tem sofrido frequentes derrotas. Abre-se um período de grandes investidas do capital no plano mundial e de profundo revolucionamento do processo de trabalho. Defende-se aqui que, nas últimas décadas, houve uma radicalização da grande indústria, nos marcos tratados por Karl Marx n' *O Capital*, e simultaneamente, no contexto do neoliberalismo e da crescente cruzada do capital, recriou-se “formas pretéritas de exploração” (trabalho a domicílio, trabalho informal, trabalho em condições semelhantes à escravidão etc.). Para desenvolver este argumento, o texto está estruturado em três seções. Na primeira abordar-se-á o desenvolvimento do processo de trabalho da cooperação à grande indústria, elucidando que somente com a maquinaria é que se constitui o modo de produção especificamente capitalista, ou seja, o fator objetivo do processo de trabalho (instrumentos de trabalho) é especificamente capitalista. Na sequência, segunda seção, tratar-se-á do processo de trabalho no século XX, taylorismo, fordismo e ohnoismo, os quais foram dominantes nas principais indústrias durante, pelo menos, 2/3 do século passado. Seguindo os desenvolvimentos de Benedito de Moraes Neto, mostrar-se-á que as práticas tayloristas-fordistas e ohnoistas estão amplamente lastreadas no trabalho vivo imediato no processo produtivo, e, portanto, possuem muitas das limitações da base manufatureira, a qual já fora superada pela maquinaria e grande indústria. Na última seção, tratar-se-á do processo de radicalização da grande indústria, com a introdução das tecnologias de base microeletrônica, assim como da recriação de “formas pretéritas de exploração” no período contemporâneo.

383. Marx e o Processo de Acumulação: revisando os conceitos de superpopulação relativa e absoluta

Ricardo Pereira de Melo (Professor – UFVJM)

No capítulo XXIII do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx apresenta a síntese do processo de produção de mais-valia, iniciada com a análise da mercadoria e concretizando com a lei geral da acumulação capitalista. Pressupondo ainda a concorrência que será desenvolvida apenas no Livro Terceiro de *O Capital* (a síntese dos múltiplos capitais), Marx demonstra como o capital industrial movimenta-se para aumentar sua composição orgânica, substituindo capital variável por capital constante. Essa é uma tendência da lei geral da acumulação capitalista, onde “a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua [...] concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”. O aumento de trabalhadores desempregados e semi-desempregados torna-se pré-condição para a expansão das contradições do capital. Como diz Marx, “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-desempregados”. O aumento da composição orgânica do capital e a transformação cada vez mais crescente da mais-valia em capital lançam os trabalhadores subitamente à mercê do capital recrutando um exército industrial de reserva prontamente livre para atender as expansões e crises do capital.

Esse trabalho busca mostrar como o ciclo do capital industrial descrito por Marx no capítulo XXIII do Livro Primeiro é determinado pela liberdade de ação entre trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva. Assim, Marx lança-se a crítica da teoria da população desenvolvida por Malthus – e aceita incondicionalmente por Ricardo – sobre a “sagrada lei” da oferta e demanda de mão-de-obra da Economia Política Burguesa. Pensamos que a discussão desse importante conceito desenvolvido por Marx no século XIX ainda é fundamental para entender as repercussões da crise cíclica de acumulação capitalista e os seus reflexos sobre classe trabalhadora do século XXI.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 39 – Hegemonia, Contra-Hegemonia e Imperialismo

Coordenador da mesa: Thiago Barreto Bacellar Pereira (Graduado, Ciência Sociais – UFRJ)

Ementa: Os trabalhos buscam, à luz da teoria marxista, discutir alguns dos principais aspectos do capitalismo contemporâneo e de sua crise atual.

A mesa lida com dois temas centrais, e de certa forma conexos, no campo marxista: imperialismo e hegemonia. Na proposta da mesa, o artigo que aborda diretamente o tema imperialismo é elaborado por Helder Gomes. Em seu trabalho, intitulado *As hipóteses sobre uma nova posição do Brasil no imperialismo atual*, Helder procura analisar as hipóteses de um Brasil imperialista frente à nova ordem econômica internacional. Os outros dois trabalhos da mesa investigam mais de perto a hegemonia, uma das categorias fundamentais da formulação de Antonio Gramsci. No artigo de Thiago Barreto Bacellar Pereira, intitulado *A Hegemonia em Antonio Gramsci: controvérsias nas interpretações do conceito central de um pensamento clássico e contemporâneo*, é discutida a relação dialética entre os conceitos gramscianos que se articulam a partir da disputa e construção da hegemonia, bem como sua recepção no Brasil e desdobramentos. A artigo *Baixada Fluminense, PT e os Anos 80: um estudo sobre a contra-hegemonia*, de Jefte da Mata Pinheiro Junior, trata da construção do Partido dos Trabalhadores (PT) na Baixada Fluminense na década de 1980 e da constituição do partido, bem como seu papel contra-hegemônico baseando-se em Gramsci, juntamente com uma reflexão sobre o PT como um estágio avançado da experiência de classe brasileira.

RESUMOS

391. As Hipóteses sobre uma Nova Posição do Brasil no Imperialismo Atual

Helder Gomes (Professor – UFES)

Este artigo procura analisar as hipóteses de um Brasil imperialista frente à nova ordem econômica internacional. Tal preocupação tem sido motivada, de um lado, pelas expressivas acusações nesse sentido de reconhecidas personalidades políticas e empresariais de países vizinhos, frente aos vários problemas enfrentados no processo de integração internacional; e, de outro, pelo surgimento no meio intelectual brasileiro de afirmações e suposições, que questionam a validade das teses sobre a posição subordinada como o Brasil exerce a função subimperialista a partir da América Latina.

As reflexões desenvolvidas no texto partem da premissa da validade atual da obra de Ruy Mauro Marini e procura compreender os fenômenos econômicos atuais como fruto do acirramento da crise econômica mundial, que

coloca países como o Brasil no centro dos interesses das potências imperialistas, enquanto locus privilegiado para a atenuação da contínua queda das taxas de lucro real no âmbito internacional.

A proposta é partir das proposições de Marini para entender os resultados dos principais instrumentos de política econômica praticados no Brasil na última década, em especial, aqueles vinculados pela Política de Desenvolvimento Produtivo e de “integração competitiva”, tão em voga nos tempos atuais

392. A Hegemonia em Antonio Gramsci: controvérsias nas interpretações do conceito central de um pensamento clássico e contemporâneo

Thiago Barreto Bacellar Pereira (Graduado, Ciência Sociais – UFRJ) –
Coordenador

O conceito de hegemonia é largamente empregado em diferentes áreas de conhecimento e, em geral, quem o faz afirma basear-se na formulação de Antonio Gramsci. Com o objetivo de compreender o uso atual desta categoria, o estudo observou como ocorreu a difusão do pensamento gramsciano no Brasil e cotejou o conteúdo original de sua obra com as de seus intérpretes. Nele, a noção de hegemonia é apresentada como a categoria central da reflexão teórica de Gramsci, aquela que encadeia e articula os demais conceitos do seu instrumental teórico-analítico. Pois, ela está na base da formulação da teoria do Estado em sentido amplo, ao seu redor gira a unidade tensa da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, da mesma maneira, fornece sentido ao exame gramsciano acerca dos intelectuais e do partido revolucionário, articula a noção de bloco histórico e fundamenta as distinções entre guerra de movimento e guerra de posição, Ocidente e Oriente. Por fim, tal análise buscou apontar a amplitude das noções de coerção e consenso no interior do conceito de hegemonia, os locais e os sujeitos para a sua consecução nos diferentes períodos da luta das classes subalternas pela conquista do poder.

393. Baixada Fluminense, PT e os Anos 80: um estudo sobre a contra-hegemonia

Jefte da Mata Pinheiro Junior (Mestre, História – UFF / Professor – Colégio Brigadeiro Newton Braga)

A pesquisa que será apresentada se dedica à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região da Baixada Fluminense, valendo-se do estudo particular de dois municípios: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A construção do PT situa-se num momento de crise da ditadura militar, especificamente na virada das décadas de 1970 para 80, ocasião em que as classes trabalhadoras no país retomavam a iniciativa política de massas. O PT, portanto, é fruto do esforço do proletariado brasileiro em recompor-se politicamente após a debacle provocada pela repressão da ditadura pós AI-5. Esse esforço de reorganização atravessou diversas frentes de atuação que confluíram durante a construção do novo partido, sendo este, conseqüentemente, fruto da colaboração de militantes de diversas origens. Faz parte do escopo desse estudo apresentar críticas a algumas abordagens sobre o PT que generalizam a experiência de

apenas uma parcela dessas forças constitutivas do partido. Por conseguinte, o exame da constituição do PT na Baixada Fluminense se dedica a, além de apresentar essa trajetória em si, defender uma determinada teoria a respeito do partido. A principal hipótese é mostrar que o PT representava, na perspectiva de Gramsci, uma fase avançada na experiência da classe social a que se vinculava, o que não pode ser entendido a partir de alguns reducionismos muito comuns no meio acadêmico – que o qualificam como o partido do “novo sindicalismo”, de “classe média” ou da “Igreja Católica”.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 40 – A Hegemonia Neoliberal no Brasil e a Classe Trabalhadora

Coordenador da mesa: Gelsom Rozentino de Almeida (Professor, UERJ)

Ementa: A proposta da mesa é articular um conjunto de investigações históricas e/ou historiográficas relativas às formas de Estado, de poder à intervenção social e política das classes sociais e suas frações. As preocupações debruçam-se também sobre as instituições públicas e privadas, governamentais ou não, as relações cotidianas entre e no interior de diferentes movimentos e grupamentos sociais, suas formas de identidade, organização, demandas e contradições, incluindo as manifestações rurais e urbanas, de forma a permitir a interseção entre as dimensões políticas, econômicas, culturais, religiosas de forma plena.

RESUMOS

401. Hegemonia Neoliberal e Trabalhadores no Governo Lula

David Maciel (Professor, História – UFG)

A ascensão do PT ao governo federal permitiu ao neoliberalismo e à hegemonia burguesa nele baseada a obtenção de um grau de consenso junto ao conjunto das classes trabalhadoras ainda não visto desde sua implantação no início dos anos 90. Tal fenômeno deve-se não apenas ao fato de que grande parte do mandato de Lula (2003-2010) coincidiu com uma conjuntura internacional favorável à economia brasileira, o que possibilitou o crescimento dos níveis de emprego e uma pequena melhoria nos níveis de renda dos trabalhadores; mas fundamentalmente à conclusão exitosa de um movimento transformista exercido pela autocracia burguesa sobre as principais organizações do movimento social dos trabalhadores e iniciado ainda durante a transição democrática. Em graus variados de intensidade e organicidade, a adesão passiva dessas organizações, principalmente do PT e da CUT, implicou na sua integração à institucionalidade política vigente paralelamente à perda de seu ímpeto mobilizador e reivindicatório e à derrota política e ideológica da perspectiva anti-autocrática e antineoliberal construída nos marcos do vigoroso processo de organização e mobilização desencadeado pelas classes trabalhadoras a partir da década de 1970. Somou-se a isto o fato de que sob um populismo de novo tipo o governo Lula conseguiu reconfigurar a tradicional relação paternalista existente entre o Estado, na figura do presidente da República, e os segmentos não organizados de trabalhadores, legitimando política e eleitoralmente a orientação neoliberal de seu governo e as políticas sociais compensatórias adotadas.

402. A Derrota na Vitória: o PT e a CUT entre Collor e Lula

Gelsom Rozentino de Almeida (Professor – UERJ) – **Coordenador**

Do final dos anos 1970 até a Constituição de 1988, os movimentos sociais e o movimento sindical, principalmente articulados junto ao Partido dos Trabalhadores, organizaram-se buscando regulamentar algumas novas conquistas. Após a promulgação da Constituição 1988 teve início uma nova luta legislativa, onde o movimento sindical e os partidos de esquerda tiveram de enfrentar as iniciativas dos governos Collor, Itamar e FHC, e demais representantes do capital, que objetivavam eliminar as poucas garantias conquistadas pelos trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, o movimento dos trabalhadores passou a enfrentar – sem muito êxito – uma nova situação no mercado de trabalho, com a precarização das condições de trabalho e das relações de trabalho. Estabelece-se uma situação cada vez mais adversa à luta dos trabalhadores, com o aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal, novas tecnologias, desindustrialização e estagnação econômica. Com a eleição de Lula como presidente em 2002, abriram-se expectativas de mudanças, senão bruscas, ao menos de “ajustes” na política econômica e de grandes transformações na área social. Nas áreas trabalhista, de desenvolvimento econômico e distribuição de renda, verificou-se a formação de um espaço para a consecução de metas comuns para a sociedade brasileira, através de um conserto entre trabalhadores e empresários e representantes do governo Lula. Essa política de conciliação de interesses classistas, contudo, teria um caráter diverso da expressão democrática e popular, derrotada em 1989.

403. Neoliberalismo ou Intervenção e Redistribuição a Favor do Capital?

Sydenham Lourenço Neto (Professor – UERJ)

A partir dos anos oitenta, o termo neoliberalismo ganha terreno pretendendo descrever o ressurgimento da defesa de um não intervencionismo radical. Antes circunscrito a limitados grupos acadêmicos o termo ganhou a mídia e acabou sendo adotado principalmente pela esquerda que assim passou a se referir a uma grande gama de idéias e práticas governamentais que ela pretendia combater. Contudo, um cotejo entre o que pode ser legitimamente chamado de ideário neoliberal e a prática de governos como o de Pinochet no Chile, Reagan nos EUA e Fernando Henrique Cardoso no Brasil mostra um distanciamento muito grande. O neoliberalismo em sua versão mais radical, que se pode observar, por exemplo, nos textos de Nozick ou de Dave Fridmann é extremamente utópico e dificilmente pode ser aplicado sem uma completa mudança do modelo político atualmente adotado na maior parte dos países. Contudo, a despeito de sua impossibilidade de aplicação real o neoliberalismo serviu nas três últimas décadas para justificar políticas de intervenção governamental em favor do capital. A versão moderada do neoliberalismo foi aplicada por vários governos e se mostrou muito mais danosa que as idéias radicais dos seguidores tardios de Mises. É importante que os teóricos marxistas e os próprios movimentos sociais tenham clareza de quais são as características desse neoliberalismo moderado que é bem mais difícil de identificar e combater, podendo mesmo se confundir com estratégias social democratas e desenvolvimentistas.

404. Hegemonia Neoliberal: latifúndio, reforma agrária e movimento social no campo

Cláudio Lopes Maia (Professor, História e Ciências Sociais – UFG)

Durante o Governo Lula, duas políticas foram adotadas em relação à questão agrícola, de um lado o incentivo a expansão da exportação de commodities, política voltada a atender o processo de formação de amplas reservas internacionais, fundamentais para a consolidação da internacionalização da economia e de outro uma política de incentivo aos investimentos internos, organizada através da consolidação do complexo sucroalcooleiro. Estas políticas, fundamentais para o ordenamento econômico do Brasil nos últimos 09 anos, foram acompanhadas ainda por uma diminuição considerável das ações dos movimentos sociais de luta pela terra, setores que apresentaram uma capacidade considerável de questionamento ao projeto neoliberal no seu período de gestação. Nesta comunicação estabeleceremos a relação entre estas duas políticas, o projeto agrícola e agrário, e como elas foram fundamentais para consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. A pesquisa das ações do governo no campo econômico teve como fundamento os marcos regulatórios adotados na facilitação do processo de ocupação da Amazônia, assim como das ações do BNDES na formação de um amplo setor de exportação de commodities. Já a intervenção no espaço agrário, representado pelo controle dos conflitos sociais do campo, pelo “apaziguamento” dos movimentos sociais, será refletida tanto, a partir das decisões dos movimentos sociais do campo de estabelecer uma aproximação com o governo para a garantia de uma política agrária para o Brasil, como das políticas sociais do governo que esvaziaram o espaço de intervenção social dos movimentos de luta pela terra.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 41 – Marx: Estado e Política

Coordenador da mesa: Paulo Henrique Furtado de Araujo (Professor, Economia – UFF)

Ementa: A mesa trata das categorias de Estado e Política no pensamento marxiano. Capturado o estatuto teórico destas categorias, passa ao contraponto entre o constructo marxiano e do de Pierre Clastres. E ressalta a proximidade no entendimento ontonegativo do Estado por Marx e Clastres. Por fim, avança ao abordar o caso da reforma do Estado brasileiro na última década do século XX e as políticas públicas a ela associadas.

RESUMOS

411. Notas sobre Estado e Política no Pensamento Marxiano

Paulo Henrique Furtado de Araujo (Professor, Economia – UFF) – **Coordenador**

Marx realiza uma inflexão ontológica na sua produção teórica a partir do contato com a crítica materialista de Feuerbach à Hegel. Sendo a esfera da política a primeira a sofrer esta crítica ontológica. Neste instante, Marx abandona uma concepção onto-positiva da política e passa a compreendê-la em sua onto-negatividade. Este contexto torna possível a plena compreensão de obras (como “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”, “A Questão Judaica”, “Glosas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia ...”) em que a sociedade civil aparece apartada do Estado e o homem é cindido entre pertencente à sociedade civil e sujeito a todas as diferenças reais e o cidadão do Estado, formalmente igual a todos os outros homens daquele Estado.

A crítica ontológica de Marx à Economia Política revela que o Estado moderno nasce no mesmo instante em que se instaura o modo de produção capitalista, logo ele cumpre um papel fundamental no processo de reprodução ampliada do valor. De tal modo que o desaparecimento do Estado só pode ocorrer no mesmo instante em que o capital desapareça. E este processo de desaparecimento exige em primeiro lugar a emancipação política do homem. Momento no qual a negatividade, a capacidade destrutiva da política deverá ser exercitada. Mas o processo de emancipação humana se dá por uma revolução permanente que exige a emancipação radical do homem, exige ir à raiz do próprio homem, exige que se modifiquem as formas como o homem produz. Na emancipação radical a política, enquanto forma de poder, deve desaparecer. Pois as bases materiais do poder já não mais existirão.

412. Economia, Política e Origem do Estado: a ontologia marxiana em debate com Pierre Clastres

Rômulo André Lima (Doutorando, Economia – UFF)

Ainda que o estudo aprofundado da Economia Política só ocupe Marx a partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, percebe-se que os textos do período 1843-44 representam uma tomada de posição decisiva para a concepção materialista do autor. É então que Marx rompe claramente com a concepção ontopositiva da política, entendida como elemento ineliminável da constituição ontológica do ser social – portanto como atributo imanente e definidor desse ser. A compreensão ontonegativa da política em Marx demonstra desde então o caráter radical da crítica do autor ao poder estatal. O Estado longe de ser uma instituição que realiza o próprio gênero humano, surge como um poder alienígena, destacado da sociedade e voltado contra ela.

Uma visão ontonegativa do Estado, posição rara nas ciências sociais, também foi desenvolvida pelo etnólogo Pierre Clastres, cujas constatações sobre as sociedades primitivas e a origem do Estado, entretanto, são apresentadas usualmente em oposição à visão marxista. Uma leitura atenta de seus textos, entretanto, mostra que a crítica à antropologia marxista é, em certos aspectos, próxima da visão original de Marx, ainda que divergente em pontos importantes. O artigo analisa os principais elementos da compreensão de Clastres sobre a esfera política na tentativa de reforçar uma perspectiva crítica sobre o Estado, entendendo que o cotejamento com o pensamento marxiano é frutífero tanto para as bases de sua etnologia como para o desenvolvimento de uma adequada teoria marxista do Estado.

413. Políticas Sociais e Luta de Classes: uma crítica a Amartya Sen

Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça (Professor – UFES)

Este artigo pretende desenvolver o argumento de que as políticas sociais focalizadas, conforme desenvolvidas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, e amplamente aplicadas pelos governantes latino-americanos, não chegam a constituir uma alternativa real ao enfrentamento da pobreza e da miséria que assolam esses países. O desemprego, a pobreza e a exclusão social continuam sem solução concreta e duradoura, apesar da proliferação e multiplicação dos programas implantados. Isso porque os princípios desenvolvidos por Amartya Sen e que consubstanciam tais políticas não chegam a enfrentar, por vezes sequer consideram, a verdadeira explicação das causas dos problemas sociais acarretados pelo processo de produção capitalista na América Latina.

O objetivo é demonstrar que essas políticas também comprometem o desenvolvimento da sociedade num horizonte mais distante, pois essa aparente “nova ordem” equivale apenas a uma naturalização da pobreza, que reforça a supremacia do “mercado capitalista” como algo inexorável para o conjunto da sociedade. Considera-se o desemprego, a penúria, a fome e até a falta de qualificação profissional como problemas sociais externos à lógica econômica da acumulação capitalista, quando na verdade são resultados, formas de expressão do exército industrial de reserva.

414. O Plano de Contra-Reforma do Estado e as suas Configurações

Angélica do Nascimento (Graduanda, Serviço Social – UFES)

Martins Mariana Brito Horta Nogueira (Graduanda, Serviço Social – UFOP)

Esse texto tem a finalidade de avaliar o contexto de Reforma do Estado na década de 90, caracterizado como período de “Contra-Reforma” para Behring (2003) da implementação do projeto neoliberal no Brasil, onde se configura um novo panorama na Administração do Estado brasileiro, com ênfase principalmente nas privatizações. Com o discurso de que era necessário retirar o país da crise fiscal naquele momento, as políticas públicas se deslocam para o poder do mercado e para a sociedade civil através das reformulações dos programas de Bresser Pereira, que sob alegação do Estado se encontrar “inchado”, transformou as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias. Dessa forma, busca-se apreender qual o papel do Estado na construção da proteção social brasileira e na gestão dessas políticas numa sociedade dividida em classes, onde prevalece a hegemonia neoliberal, reestruturação produtiva e as mudanças na organização do trabalho que refletem diretamente na reconfiguração das políticas sociais que foi acompanhada pelo desprezo da seguridade social, conquistada pela Constituição Federal de 1988.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 42 – Cultura, Estética e Arte na Perspectiva Marxista

Coordenador da mesa: Lérica Povoleri (Professora, Economia – UFF)

Ementa: Os aspectos contraditórios da cultura, da estética e da arte são apreciados em vários momentos da vida social. Desde os primórdios da sociedade burguesa, essas formas de manifestação da consciência humana clamam por “liberdade de expressão” e, ao mesmo tempo, são apropriadas pelo capital como instrumentos de dominação, num processo que envolve a transformação de seus produtos estéticos em mercadorias. Como expressou Ahmad, no processo de civilização capitalista “atos de estetização andam de mãos dadas com atos de monetização, de forma que valores de uso não chegam até nós senão que intermediados com seu diabólico outro – a saber, o valor de troca.” Resgatar a contribuição (crítica) marxista sobre o entendimento das relações entre cultura e arte com a sociedade pode ajudar na compreensão do que seja uma cultura, estética e arte dotadas da qualidade de romper os fios cada vez mais invisíveis do capital.

RESUMOS

421. O Pensamento de Walter Benjamin no Mundo das “Telas”

Lérica Povoleri (Professora, Economia – UFF) – **Coordenadora**

Pensar a intervenção econômica capitalista na estética do cinema parece empobrecer a leitura da obra de Walter Benjamin sobre a obra de arte na época de sua reprodutibilidade. Benjamin é muito mais que isso. Ele era possuidor de vários, e até certo ponto contraditórios pensamentos: um marxista melancólico que rejeita toda cumplicidade com a arte burguesa, um místico que acreditava que só a teologia seria capaz de salvar a vida, mas também um intelectual que aplaude o declínio da *aura* vendo na sustentação desse mundo sem aura o advento de uma barbárie purificadora ao contrário da barbárie absoluta do fascismo atribuindo um valor revolucionário à perda da experiência do *aqui agora* congelada na fotografia e no cinema.

Perceber essa contradição no pensamento de Benjamin a partir dos trabalhos do autor consagrados à transformação da função da arte e suas consequências estéticas e revolucionárias devem ajudar a entender o papel do cinema – enquanto uma indústria que obedece à lógica do capital, mas contraditoriamente possibilita transformações sociais – bem como, no produto desta indústria, o filme que no mundo moderno da “tela” pode avançar e até mesmo questionar o aspecto de puro entretenimento da obra fílmica. Ou seja, colocar em questão o papel da tela do cinema – a arte do século XX que já nasce a partir de um dispositivo técnico inovador e moderno que permitiam a sua reprodução indefinida – frente ao mundo onde outras técnicas de difusão da imagem: a televisão, o computador (inclusive individual e com portabilidade), os consoles de videogames, as máquinas filmadoras e os

celulares, a WEB e GPS, entre todos que já permitem a ampliação do mundo da tela do cinema para a tela-mundo.

O que mudou nesse novo espetáculo da vida através da reprodução, e congelamento das artes no mundo do tudo-tela? Benjamin parece ter se apercebido das mudanças que as novas experiências da modernidade inauguraram com a tela do cinema e também de seus efeitos sobre a percepção do homem buscando nelas o seu potencial libertador e suas possibilidades como instrumentos de revolucionar a decadência do mundo da arte. Diferentemente de Lukács que via na arte cinematográfica uma peculiar conformação da realidade.

422. Os Communards e a Arte: Courbet e Lukács

Juarez Torres Duayer (Professor, Arquitetura – UFF)

Gustav Courbet (1819-1877) e Georg Lukács (1885-1971) participaram ativamente da Comuna de Paris em 1871 e da Comuna Húngara de 1918. Dirigentes *communards* foram encarregados das questões culturais das comunas e das relações da arte e seus artistas. Engajado no combate político, Courbet, pintor realista renomado, presidiu na Comuna de Paris a comissão responsável pela preservação do patrimônio cultural, da proteção dos museus (que foram abertos ao povo) e da reforma da *Beaux-Arts*. Ao se referir à experiência da Comuna, Courbet considerou que a democracia deveria ser exercida em todos os âmbitos e que a arte, que faz avançar o mundo, não poderia ficar a reboque da revolução. Em abril de 1871 com outros pintores, escultores e artistas célebres, fundou a Federação dos Artistas que preconizava a total liberdade da arte em relação ao estado e o controle pelos artistas de suas obras. Derrotada a Comuna, Courbet, condenado ao exílio, foi responsabilizado e obrigado a pagar os custos da reconstrução da coluna de Vendôme, a estátua em homenagem a Napoleão, símbolo militarista do Segundo Império destruída pelos *communards*. Em 1873, exilou-se na Suíça, onde faleceu em 31 de dezembro de 1877.

Lukács, filósofo, marxista, esteta adepto da arte realista e dirigente do PC Húngaro à época da Comuna, foi Vice-Ministro da Educação Pública (Vice-Comissário do Povo). Considerava que a tarefa cultural que competia à Comuna era o “*revolucionamento das almas*” a partir de um programa que considerava a “*política apenas como um meio; o fim é a cultura*”.

A Comuna Húngara valorizou a tradição cultural e patrocinou a representação por grupos de trabalhadores, de obras de Lessing, Ibsen, Shaw e Molière. A exemplo da Comuna de Paris, os museus foram abertos ao povo. Expresso na *Tomada de Posição* do ministério “*o programa cultural dos comunistas apenas faz distinção entre boa e má literatura ... Tudo o que tiver verdadeiro valor literário, venha de onde vier, encontrará apoio do Comissariado*”. Sobre as relações da Comuna Húngara com a arte, Lukács escreveu no *Jornal Vermelho* que “*O comissariado não quer uma arte oficial nem muito menos a ditadura da arte do partido*”. Com a derrota da Comuna massacrada pelo governo Horthy, Lukács é condenado à morte. Exila-se em Viena onde é preso e tem sua deportação exigida. A deportação é impedida por uma ampla mobilização de intelectuais europeus (Bloch, Paul Ernest, Thomas e Heirich Mann, entre outros). Lukács permaneceu em Viena até o fim dos anos 20.

A lembrança das ações de Courbet nesses 140 anos da Comuna de Paris e de Lukács na Comuna Húngara por ocasião da passagem dos quarenta anos de sua morte, se constituem em um forte libelo contra todas as formas de cerceamento das liberdades individuais e uma enérgica defesa da liberdade de expressão e da autonomia da arte que deve sim andar junto com a Revolução, mas com total liberdade em relação ao Estado.

Desta forma, face aos erros lamentáveis de experiências revolucionárias recentes, o exame da herança das experiências da Comuna de Paris e da Comuna Húngara, pode constituir-se em contribuição importante a esse debate no campo do marxismo, freqüentado, via de regra, pelo desconhecimento ou, o que é mais grave, pela omissão da herança marxiana sobre as relações entre arte, cultura e sociedade.

423. Juvenilia: escritos do jovem Marx - 1835-1836

Marcos José de Araújo Caldas (Professor, História Antiga e Teoria da História – UFRRJ)

Os anos de 1835 e 183 dão testemunho dos mais antigos escritos de Karl Heinrich Marx (1818-1883), quando mal terminara de concluir os estudos secundários e iniciara sua preparação para universidade. Alguns destes textos, escritos em latim e francês, sequer possuem até hoje tradução para o alemão. São textos que revelam não apenas um outro Marx, romântico e religioso, bem diferente do autor de O Capital, bem como a atmosfera familiar e social de Karl Marx.

424. Capital, o Big Brother (ou por que devemos levar a sério os reality shows)

João Leonardo Medeiros (Professor, Economia – UFF)

Rômulo André Lima (Doutorando, Economia – UFF)

A recepção francamente favorável dos programas de entretenimento televisivo conhecidos como *reality shows* é significativa em mais de um aspecto. Em que se pese sua despreensão artística e evidente superficialidade como produto cultural, uma análise mais detida traz à tona o substrato social que fundamenta uma atitude celebratória em face da desumanidade contida na atual configuração da sociedade. Confinamento, controle, competição, extremo individualismo, sofrimento e exclusão são alguns dos ingredientes que compõem a receita dos diversos programas. Ingredientes que, longe de causar aversão, são acolhidos como expressões de formas regulares e inevitáveis de sociabilidade.

Diante disso, resta perguntar: o que justifica o sucesso e a recepção acrítica dos comportamentos emulados e promovidos pelos *reality shows*? O trabalho elabora uma resposta à questão a partir de uma perspectiva marxista. Seu ponto de partida é a premissa de que, somente quando a desumanidade é não exatamente um desvio da reprodução social, mas a propriedade que caracteriza a sua especificidade histórica, a sensibilidade humana pode tornar-se totalmente *indiferente* diante do horror, da guerra, da tortura, do macabro, da tragédia. E, por tornar-se indiferente a sensibilidade, pode a consciência naturalizá-los.

O contraste com a obra que supostamente inspira os *reality shows* – *1984*, a obra-prima de George Orwell –, mostra que a analogia com os regimes totalitários e com a lógica competitiva do capital é mais que casual. Vistos como um produto cultural típico de uma época de rendição celebratória ao mercado, o exame crítico desses programas permite uma apreciação igualmente crítica sobre as determinações econômico-sociais que fazem emergir formas de consciência nas quais o êxito individual, recompensado econômica e/ou politicamente, desponta como atributo humano mais relevante. Reflexo cultural que informa e conforma os sujeitos de acordo com as práticas sociais vigentes, os *reality shows* são, enfim, bem mais que um produto cultural de mau gosto.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 43 – Financeirização das Políticas Sociais e a Impossível Solidariedade dos Lucros

Coordenador da mesa: Sara Granemann (Professora, Serviço Social – UFRJ)

Ementa: Em anos recentes em muitos países do mundo as políticas sociais têm sofrido ataques de diversas ordens como a focalização e a privatização. Todavia, a sua mais acentuada e emblemática mutação diz respeito a monetarização dos direitos sociais. O objetivo desta mesa coordenada é o de capturar a determinação central desta forma nova de política social ao relacioná-la à crescente financeirização do fundo público.

RESUMOS

431. Previdência Complementar e o Fetiche da Gestão do Capital pelo Trabalho

Sara Granemann (Professora, Serviço Social – UFRJ) – **Coordenadora**

Em 1994 o Banco Mundial estabeleceu a metodologia necessária ao capital para a (des)estruturação da política social de previdência. Entre 1994 e 2004 esta metodologia foi aplicada em mais de 80 países que, ao contrarreformaram a previdência social, possibilitaram espaços para a construção da previdência complementar, eufemismo para a designação da previdência privada. Neste trabalho privilegiaremos o estudo da previdência privada/fundos de pensão em sua relação com o capital fictício e com o capital portador de juros. A tal relação denominamos por financeirização das políticas sociais e do fundo público como instrumento de intensificação da exploração da classe trabalhadora e como importante medida ideo-política de destruição da solidariedade no interior da classe trabalhadora.

432. Financeirização do Capital e Transferência de Renda

Giselle Souza da Silva (Doutoranda, Serviço Social – UFRJ)

O estudo em questão visa analisar a relação entre capital portador de juros e programas de transferência de renda na atualidade. O objetivo pretendido é a análise da dinâmica de organização desta forma de capital e seus desdobramentos na contemporaneidade, bem como os impactos e determinações impostas às políticas sociais em tempos de financeirização do capital. Nos tempos atuais os programas de transferência de renda têm contribuído em grande parte para o processo de contra-reforma das políticas sociais, tanto pela focalização preconizada como pela priorização orçamentária, em detrimento dos demais programas e projetos da assistência social, além de permitirem a remuneração do capital portador de juros por meio dos recursos que destinam às instituições bancárias, alimentando assim

esta forma de capital e contribuindo para o processo de financeirização da vida social.

433. Capital Financeiro e Financeirização: resgate das chaves heurísticas para análise da contemporaneidade

Rodrigo Marcelino da Silva (Doutorando, Serviço Social – UFRJ)

Esta breve reflexão consiste em um resgate das contribuições dos clássicos da tradição marxista para a análise dos fenômenos em curso no capitalismo contemporâneo. Por meio da revisão bibliográfica de algumas obras centrais de Marx e Lênin, tenciona identificar categorias não apenas ainda pertinentes, mas seminais para o estudo da fase em que o modo de produção capitalista ingressou no último quarto do século XX e ainda em vigor, qual seja, a financeirização. Esta, segundo a hipótese sustentada, constitui etapa particular do imperialismo, em que a hipertrofia das atividades *strictu senso* financeiras só pode ser apreendida em sua totalidade se não for capturada de forma fragmentada, ou seja, a análise deve transcender aspectos fenomênicos em que, apenas na aparência, o dinheiro adquire a capacidade de gerar mais dinheiro, sem os vínculos imprescindíveis com a produção material. Nesse sentido, nessa terceira etapa do imperialismo – que nasce e se perpetua em uma onda longa com tonalidade recessiva –, a unidade entre as formas capital produtivo, capital comercial e capital portador de juros e capital fictício (e suas diversas manifestações), só pode ser assegurada pela fusão dessas formas particulares sob o capital financeiro, tal qual entendido por Lênin. Ainda que não pretenda sustentar que se trata de idêntica manifestação do capital financeiro tal qual capturado pelo autor de *O Estado e a revolução*, a financeirização não rompe com as determinações capturadas pelo líder bolchevique no início do século passado, mas as eleva a um patamar muito superior.

434. A Disputa pelo Fundo Público no Contexto da Financeirização

Tatiana Brettas (Doutoranda, Serviço Social – UFRJ)

O debate sobre o fundo público, tanto no que diz respeito à sua composição, quanto ao seu destino nos parece indispensável para entendermos a atual configuração da luta de classes. Neste sentido, pretendemos, com este trabalho, analisar a relação entre a financeirização do capital e o fundo público na apropriação do produto do trabalho social. Mais do que uma preocupação meramente distributivista, consideramos fundamental o debate acerca da disputa existente entre as classes sociais pelos recursos do fundo público e a correlação de forças que a definição dos gastos expressa.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 44 – Tendências das Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Coordenador da mesa: Sara Granemann (Professora, Serviço Social – UFRJ)

Ementa: A constituição dos trabalhadores como sujeitos políticos impôs ao capital, por intermédio de seu Estado, mobilizar respostas para o enfrentamento da luta de classe. A proposta desta mesa é a de discutir as políticas sociais com o recurso às categorias marxistas e as respostas mediadas pelas políticas de seguridade social, de cultura e de segurança pública no Brasil contemporâneo.

RESUMOS

441. Para uma Crítica Marxista das Políticas Sociais

Sara Granemann (Professora, Serviço Social – UFRJ) – **Coordenadora**

As políticas sociais surgem como respostas para as demandas resultantes do ingresso da classe operária no cenário político quando de sua constituição como classe para si. As políticas sociais decorrem, então, do protagonismo dos trabalhadores, de suas lutas, por melhores condições de vida e trabalho. Contraditoriamente, sua existência não responde unicamente ao trabalho: converte-se também em respostas ao capital, tanto em tempos de crescimento econômico como em dias de crise. Sua existência está centralmente ligada ao trânsito do capitalismo ao período denominado monopolista. Na concepção expressa neste trabalho importa demonstrar que os recursos para a constituição do fundo público e para o financiamento das políticas sociais não são recursos igualmente arrecadados de toda a sociedade sob a forma de impostos e contribuições sociais. Para além da apologética do capital que a tudo obscurece, o `igualitarismo` dos impostos e das contribuições sociais incide sempre sobre o trabalho e promove um incremento das condições de exploração dos trabalhadores ao absorver no financiamento das políticas públicas quantidades crescentes de trabalho necessário.

442. Segurança Pública no Brasil: estratégia militarizada da gestão da pobreza

Fernanda Kilduff (Doutoranda, Serviço Social – UFRJ)

Este artigo analisa a remilitarização da segurança pública no Brasil a partir da análise da virada neoconservadora da política criminal norte-americana compreendida como mais uma estratégia da burguesia, operada no marco da ofensiva capitalista sobre o trabalho na contemporaneidade. Em um contexto caracterizado pela redução de políticas sociais universais, discute-se a expansão do sistema penal como estratégia privilegiada pelos Estados capitalistas para conter e administrar com o privilégio da forma criminalizadora

as crescentes e cada vez mais complexas manifestações da questão social, atreladas a uma situação objetiva de desemprego maciço e estrutural. Para finalizar, apresentam-se elementos para a compreensão da função histórica do direito penal burguês necessários para analisar seu papel fundamental na atual estratégia imperialista.

443. A Cultura como Meio, a Política como Fim: apontamentos sobre políticas culturais no governo Lula

Victor Neves de Souza (Doutorando, Serviço Social – UFRJ)

O artigo enfoca alguns dos desdobramentos, no Brasil, da crescente visibilidade da bandeira da democratização da cultura como meio para a “inclusão social”. Prospecta o impacto desta tendência no financiamento às políticas culturais nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio da Silva, nos marcos do processo de contrarreformas do Estado – aprofundado por este governo –, indicando rupturas e persistências em relação ao padrão anteriormente adotado. Com vistas a encontrar tais continuidades e descontinuidades, procede a breve histórico dos modelos de custeio de políticas públicas para a cultura em nosso país desde a fundação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, a sumária apresentação dos dispositivos legais referentes à matéria, bem como a apontamentos sobre parâmetros de alocação de recursos públicos para a área – base para a hipótese central em discussão: a de que o governo Lula inaugura o tratamento da cultura como meio para implementação de certo tipo de política social característico do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

444. Seguridade Social no Brasil: uma (des)construção inacabada

Rivânia Lúcia Moura de Assis (Doutoranda, Serviço Social – UFRJ / Professora – UFRGN)

Situar a seguridade social brasileira no contexto da crise do capital, instaurada após a década de 1970 requer, imprescindivelmente, compreender o redirecionamento do capital e do Estado a partir desse período. Nesse sentido o presente artigo objetiva elucidar as tendências atuais da seguridade social no Brasil, apontando um quadro de limitações e contradições presentes em seu desenvolvimento. O projeto orientador da contrarreforma do Estado, pautado no neoliberalismo e ancorado nas reformulações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, será determinante para a configuração das políticas de saúde, assistência social e previdência social no Brasil. Essas políticas sociais, que foram erigidas sob a perspectiva da conquista de direitos dos trabalhadores, sofrem um processo de desmonte e de redirecionamento para atender as expectativas de superacumulação do grande capital. Com base nesse arcabouço é possível, portanto, identificar os traços gerais da seguridade social no cenário contemporâneo, que se expressam: na privatização dos serviços, em especial saúde e previdência social; na focalização em ações e programas de combate a pobreza, com forte peso nas estratégias de transferência de renda; na descentralização como princípio de desconcentração de poder que de fato recoloca a responsabilidade individual como determinante. Nesse cenário, a seguridade social se apresenta para o Estado, representante do capital, por um lado como campo estratégico de

recursos a serem mobilizados em favor do crescimento econômico e, por outro lado, como ferramenta necessária para a formação de consensos entre as classes.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 45 – A Pertinência das Categorias Marxianas na Compreensão da Contemporaneidade

Coordenador da mesa: Mauro Luis Iasi (Professor, Serviço Social – UFRJ)

Ementa: Partindo da afirmação sobre a atualidade e pertinência dos conceitos marxianos e engelsianos de Estado e Ideologia, a mesa coordenada pretende refletir sobre diferentes manifestações da luta de classes contemporânea que permitem demonstrar que o universo conceitual e categorial marxiano segue sendo de grande importância na compreensão dos fenômenos contemporâneos. Desta forma as quatro exposições propostas – Pertinência e atualidade dos conceitos de Ideologia e Estado em Marx e Engels (Mauro L. Iasi); Ideologia e Política em Marx (Daniel D. Monteiro); Neoliberalismo en Colômbia y lucha de clases (Juan Pablo Sierra); A “Equidade” e a “cultura empreendedora” como pseudoconcretidades: um ensaio sobre a atualidade da ideologia como *medium* dos processos hegemônicos (Hellington Couto Chianca) – se articulam entorno do conceito de ideologia e de Estado em Marx e Engels para refletir sobre aspectos particulares da dinâmica atual da luta de classes.

RESUMOS

451. Pertinência e Atualidade dos Conceitos de Ideologia e Estado em Marx e Engels

Mauro Luis Iasi (Professor, Serviço Social – UFRJ) – **Coordenador**

O quadro atual de contra-reformas que atinge o Estado e as políticas públicas revela um evidente elemento ideológico na medida em que apresenta como raiz e causalidade da crise o próprio Estado e sua suposta ineficiência gerencial e, conseqüentemente, como solução seu saneamento financeiro levando à política de ajustes fiscais e produção de superávits primários com grande impacto sobre o desmonte das políticas públicas. Tal fato nos permite refletir sobre a atualidade e pertinência dos conceitos marxianos e engelsianos sobre o Estado e a afirmação fundamental do vínculo existente entre o caráter do Estado e as determinações de classe, assim como a necessidade do domínio burguês apresentar a particularidade de seus interesses de classe na forma de uma universalidade abstrata materializada na igualdade formal e jurídica. Da mesma maneira, podemos verificar um evidente aspecto de inversão, ocultamento e justificativa no discurso e na prática política neoliberal ou do chamado liberalismo social, que vela o particularismo dos interesses de classe burgueses sob o manto enganoso de uma aparente universalidade produzindo esferas de consenso que tentam neutralizar as resistências necessárias contra o desmonte das políticas públicas. Ao contrário do que se tenta afirmar em um registro pósmoderno, estes fenômenos associados

atualizam o conceito marxiano de ideologia e o tornam imprescindível para a compreensão da forma atual em que se manifesta a luta de classes.

452. Ideologia e Política em Marx

Daniel Domingues Monteiro (Mestrando, Serviço Social – UFRJ)

A formação do pensamento marxiano de Marx teve início, em 1843-1844, a partir de três críticas: à política, à filosofia especulativa e à economia política. A primeira delas, a crítica da política, cumpriu um papel decisivo na efetivação das demais críticas. Com ela, Marx demoliu a filosofia do direito de Hegel – a principal expressão ideal da politicidade moderna - e desvelou a essência da política como formação real (força humana alienada), apontando a emancipação humana (a extinção do Estado) como a verdadeira superação da cisão entre sociedade política e sociedade civil característica da ordem do capital. A crítica à filosofia hegeliana do direito – um exemplo daquilo que Marx depois designou como ideologia – constituiu um importante momento da crítica da política então operada. Isso porque a “arma da crítica” foi, para o pensador alemão, um meio e não um fim em si, de modo que não bastava o conhecimento da realidade (no caso, da política). Para ele, era preciso desmascarar o pensamento dominante (a ideologia) sobre tal realidade, de maneira que a teoria penetrasse nas massas e se convertesse em força material. A crítica da política – que permaneceu viva, junto com as outras críticas, na trajetória intelectual posterior de Marx – foi um dos três pilares que, de forma articulada, fundaram o “marxismo”. Assim, o esquecimento da relevância de tal crítica e de seu pleno significado compromete a compreensão do conjunto da posição filosófico-científica marxiana e, em especial, o seu caráter emancipador.

453. Neoliberalismo en Colombia y lucha de clases

Juan Pablo Sierra Tapiro (Mestrando, Serviço Social – UFRJ)

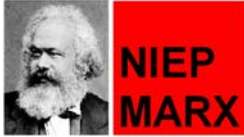
Es necesario retomar la perspectiva marxista para una aprehensión histórica del desarrollo del capitalismo en Colombia, especialmente en los últimos 30 años con la implementación del denominado *modelo neoliberal*, con sus particularidades específicas. Especialmente dadas las expresiones de las luchas de clases tanto en las estrategias de las fracciones burguesas como de las clases trabajadoras urbanas y campesinas, la cual ha estado atravesada por la expresión armada de las contradicciones sociales, políticas y económicas; con una fuerte injerencia de Estados Unidos; con una burguesía representada en varios partidos, los cuales a partir de diversas estrategias ideológicas han cooptado una base importante de la clase trabajadora; con un desarrollo del *capital ilegal* mafioso que está orgánicamente relacionado con el *capital legal*, y que logró en la última década bajo el gobierno de Álvaro Uribe Vélez el mayor triunfo ideológico de la historia del país, hacia el reaccionarismo sustentado en la supuesta alianza contra el terrorismo impulsada por Estados Unidos después del 11/09/01, ocultando las condiciones de pauperización de las clases trabajadoras con paliativos asistencialistas y clientelistas, que además ha consolidado las bases jurídicas y materiales del *régimen terrateniente* (mafioso) – *financiero transnacional*, agudizando la barbarie del capitalismo en su lógica de sobreexplotación, desalojo, expropiación y

opresión. Pero también en esta última década diversas organizaciones sociales y políticas han asumido la recuperación de las luchas sociales explicitando las contradicciones del orden social que se pretenden ocultar, estos procesos están avanzando a reivindicaciones de interés general apuntando a transformaciones más allá de reformas puntuales.

454. A “Equidade” e a “Cultura Empreendedora” como Pseudoconcretidades – um ensaio sobre a atualidade da ideologia como medium dos processos hegemônicos

Hellington Chianca Couto (Mestrando, Serviço Social – UFRJ)

A partir de uma distinção teórica entre *alienação* e *ideologia*, pretendemos demonstrar que desde o início do capitalismo o *indivíduo* é uma instância do ser social predominantemente pensada como um elemento vinculado direta e indiscriminadamente às noções burguesas de “liberdade” e “propriedade”, conquanto subordine – à exceção de Rousseau e os igualitaristas burgueses – a *igualdade* a esse conteúdo teórico-prático. A partir do empirismo lockeano, o pensamento burguês vem mantendo o seu conteúdo ideológico, hoje mais desvinculado a uma correspondência direta de seu conteúdo social real, requerendo para isto uma nova forma ideológica, apresentada pelo Marx maduro, que percebe, no bojo de um processo já avançado de *decadência ideológica* (salientada por Lukács), o fenômeno ideológico da *hipocrisia deliberada*. Neste novo estágio do capitalismo, o fenômeno ideológico – que é histórico e por isso comporta-se como um *mutatis-mutandi* – requer uma atualização do conceito. A ideologia hoje, sob a égide do capital monopolista, além de resultar de um processo de alienação, no sentido do domínio expropriador material e intelectual do saber uma vez próprio dos produtores diretos (os trabalhadores), vem sendo cada vez mais objeto de manipulação, isto é, a ideologia é ao mesmo tempo um dado histórico produzido pela inversão da realidade na consciência (falsa consciência) e ao mesmo tempo é cada vez mais manipulatório. É neste contexto que as ideologias do “empreendedorismo” e da “equidade” devem ser pensadas.



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 46 – “Quem Educa o Educador?”: apontamentos sobre trabalho, educação e luta de classes na política educacional

Coordenador da mesa: Kenia Miranda (Doutora, História – UFF / Professora – Colégio Pedro II)

Ementa: Em 1845, nas "Teses sobre Feuerbach", Marx, tomando como referência a práxis revolucionária, afirma que o educador deve ser educado. Contudo, o Capital tem tomado para si tal tarefa a fim de formar uma nova sociabilidade para a sua expansão, através da mediação do Estado e das Políticas Educacionais. Nesse sentido, o processo de expropriação do conhecimento dos docentes e, portanto da perda de seu domínio sobre o processo de trabalho, trouxe impactos significativos no campo da educação durante a consolidação da democracia burguesa no Brasil. As transformações contemporâneas no trabalho docente são, portanto, objeto de análise desse coletivo a partir de categorias marxianas, cujo processo, como veremos, está inscrito no terreno da luta de classes.

RESUMOS

461. A Formação dos Professores de Educação Física sob a Égide do Sinaes e a sua Vinculação com a Teoria do Capital Humano: plasmando um intelectual de novo tipo

Jorge Oliveira dos Santos (Doutorando, Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ)

Trabalharemos a hipótese de que os cursos de Formação de Professores em Educação Física estão dirigidos para atender por um lado, as demandas mais imediatas superestruturais do mercado produtivo e, por outro, a adaptação de seus cursos às indicações dos atuais mecanismos de Avaliação Institucional, com o objetivo de plasmar um intelectual de novo tipo.

462. Trabalho Intelectual e Luta de Classes

Kenia Miranda (Doutora, História – UFF / Professora – Colégio Pedro II) –
Coordenadora

A presente comunicação analisa o trabalho docente, a partir de categorias marxianas, para problematizar o constructo do trabalho intelectual como imanente ao trabalho docente. Para tal, tomam-se como aspectos fundamentais para a análise as transformações em curso no campo da política educacional, que visam avançar na expropriação do conhecimento dos docentes, bem como as lutas concretas dos trabalhadores da educação que nos permitem debater o controvertido processo das manifestações da consciência de classe.

463. Notas de um Estudo Teórico sobre o Trabalhador em Educação

Lorene Figueiredo de Oliveira (Professora – UFF / Doutoranda, História – UERJ)

O presente texto é um estudo teórico e preparatório sobre a condição do trabalho docente na educação básica hoje. É um ensaio teórico que embasa nossas reflexões sobre o tema, objeto de nossa pesquisa de doutoramento. Supomos que as reformas na educação em curso desde os anos noventa apontam para a proletarização do professor no processo de reprofissionalização via reconversão. Trabalhamos com o referencial marxista e para tanto apoiamos-nos em autores clássicos e contemporâneos para elaborar categorias como condição de proletariedade, proletarização, trabalho alienado, trabalho material e imaterial, trabalho produtivo e improdutivo, subsunção formal e real e as várias formas de exploração do trabalho hoje. Elaborado este quadro delineamos os elementos conceituais que nos ajudam a pensar a condição do docente como trabalhador proletarizado e em processo de flexibilização/precarização. A categoria fundamental para futura elaboração crítica é a reconversão.

464. Padrão de Mercantilização do Trabalho Docente na Era da Contra-Revolução Neoliberal

Sergio Oliveira (Pesquisador, EPSJV – Fiocruz)

O presente trabalho visa tratar das alterações sentidas no âmbito do processo de trabalho docente do nível básico nos atuais anos de contra-revolução neoliberal na América Latina e com traços específicos na formação social brasileira. Para tanto a análise priorizará a influência dos organismos internacionais nos países dependentes, alvos das políticas neoliberais da educação básica. O marco temporal considerado na análise refere-se à crise capitalista estrutural pós-1970. Nota-se a partir deste marco que o professor é instado a atuar como artífice das novas políticas e filosofias de corte empresarial, sendo estas dotadas dos “imperativos” de flexibilização do trabalho, da instituição escolar, da gerência etc., evidenciados quando da emergência do padrão de acumulação flexível, sincronizado com a instalação daquela crise. Na relação que se estabelece entre o novo jogo mantenedor do “mundo burguês” e a conseqüente precarização do trabalho docente está a implementação de políticas educacionais que visam formar uma nova sociabilidade para o capital. Para tanto, tal caminho organizado pelas burguesias imperialistas foi aceito como “projeto único” pelas burguesias subalternas, donde, por sua vez, o realizaram nas condições intrínsecas à totalidade parcial dependente. Os elementos do processo de trabalho docente analisados são o salário, o currículo, a política de incentivos, o financiamento, a avaliação, o plano de carreira, bem como questões relativas à organização docente.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 47 – Movimentos Sociais no Âmbito Rural e Universidade

Coordenador da mesa: Carmen Verônica dos Santos Castro (Professora, IPPUR – UFRJ / Ciências Sociais UFRRJ)

Ementa: Torna-se propício ao tema do Colóquio, discutir como atuam os movimentos sociais; como constroem suas estratégias; e, sobretudo, quais reflexões políticas vêm sendo realizadas por estes *sujeitos*. Os movimentos sociais são objetos relevantes nas ciências sociais e se apresentam através de diversos temas, diferentes abordagens teóricas, distintos esquemas metodológicos, várias categorias – participação, territorialidades, identidade, ação coletiva, associativismo, etc. Os movimentos sociais, por sua vez, são sujeitos também de elaborações teóricas, dentro e fora das universidades, destinadas à suas próprias lutas. Neste sentido, os movimentos sociais se colocam a tarefa de elaboração de ações e reflexões políticas em articulação com indivíduos e grupos sociais que representam outros movimentos e entidades, partidos políticos, instituições do Estado. Junto a isso, existem pesquisadores nas universidades públicas que se dedicam a analisar estas relações sociais e que trabalham nas coordenações de cursos e em orientações da militância no *fazer* teórico-metodológico deste processo de elaboração.

O objetivo desta mesa é abrir o debate sobre os movimentos sociais – particularmente sobre suas ações de formação política e de disputa e ocupação do território – a partir de experiências acadêmicas e políticas desenvolvidas por jovens pesquisadores e professores de universidades. Tratar-se-á de um “encontro” de duas “vocações”, política e ciência, ao discutir questões de pesquisas junto aos movimentos sociais. Este debate, de alguma forma, já vem sendo tratado por pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais.

A mesa é composta de 3 trabalhos que refletirão os movimentos sociais nos seguintes aspectos: relação sujeito-objeto; pesquisa e elaboração política e acadêmica; abordagem de relações sociais, espaços, projetos, etc. Separadamente cada trabalho abordará: demandas de sujeitos do campo; organização internacional; articulação com intelectuais. Os três pesquisadores da mesa são professores da UFRRJ e professores-orientadores do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, parceria ETERN/IPPUR/UFRJ-MAB. Esta Mesa se articula com uma outra focada na relação Movimentos Sociais Urbanos e Universidade, tendo as mesmas questões centrais divergindo apenas em seus casos de estudo.

RESUMOS

471. A Dimensão Social da Experiência entre Movimento Social e Universidade – o caso do curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento – MST e UFRJ

Carmen Verônica dos Santos Castro (Professora, IPPUR – UFRJ / Ciências Sociais UFRRJ) – **Coordenadora**

O que leva um movimento social de luta pela terra a buscar a universidade, seus representantes, sujeitos, professores, estudantes, funcionários? O que faz com que as universidades - ou determinados grupos nelas – incorporem propostas educativas e formativas dos movimentos sociais? Há uma composição complexa de propostas, projetos, interesses, desejos, intenções, expectativas, necessidades. Seja na singularidade do movimento social, seja na pluralidade dos movimentos sociais, as universidades vêm se constituindo, mais intensamente, nos últimos 14 anos, em espaços de alianças e de práticas sociais destes sujeitos. A perspectiva da experiência, constitutiva do ser social, desenvolvida pelo historiador inglês E. P. Thompson, direciona o “olhar” desta reflexão e em particular sobre um curso realizado na UFRJ, proposto pelo MST, com a participação de outros movimentos sociais. O fazer da luta pela terra, pela ocupação de áreas de fazendas - que precisam ser consideradas improdutivas e passíveis de desapropriação e de reforma agrária pelo Estado – se desdobra em outras lutas por espaços, por formação e educação que possam vir de encontro com a construção de um projeto político de classe trabalhadora. A práxis desenvolvida pelo movimento social, nas suas diversas frentes, tem colocado desafios políticos e acadêmicos para as ciências sociais que precisam ser aprofundados.

472. A Formação Política como Elemento Estratégico de Articulação Internacional da Via Campesina Brasil

Flávia Braga Vieira (Professora – UFRRJ)

Desde a década de 1990, os movimentos sociais rurais brasileiros têm investido muito na formação e educação de militantes. No começo, estas atividades eram feitas em parceria com sindicatos e organizações ligadas ao trabalho de “educação popular”. Posteriormente, foram se consolidando espaços próprios de formação que alcançaram o auge em 2005, com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST. Muitos cursos de educação formal (graduações e pós-graduações) também foram sendo implementados através de parcerias com universidades públicas. No começo, cada movimento realizava seus próprios cursos, mas com o avanço da articulação internacional da Via Campesina (que contribuiu para a articulação também em escala nacional destes movimentos) os cursos foram incorporando militantes de diversas organizações. Anualmente, milhares de militantes passam por cursos no Brasil, sendo que destes, centenas têm outras nacionalidades. Principalmente militantes de movimentos da América Latina, mas também europeus e africanos freqüentam os cursos da Via Campesina Brasil. Em que medida esta estratégia de formação política compartilhada vem contribuindo para a “exportação” de uma maneira de educar/formar e para a consolidação de um novo internacionalismo?

473. Pedagogia Freireana e Marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil

Marco Antonio Perruso (Professor – UFRRJ)

Os movimentos sociais brasileiros no séc. XX desenvolveram diversas experiências de formação e educação para seus componentes. No período de grande presença pecebista em nosso sindicalismo (anos 1930 a 1960) os conteúdos das atividades de formação política remetiam ao marxismo “oficial”, de origem soviética. Com o surgimento do “novo sindicalismo” e de novos movimentos sociais a partir dos anos 1970, passa a ter expressão, na esfera da capacitação intelectual das classes populares brasileiras, não só outras variantes do marxismo, mas principalmente uma nova matriz reflexiva, influenciada pela Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire e pela Teologia da Libertação, corporificada pelas experiências de “educação popular” do período. Jovens intelectuais universitários participam de tais iniciativas. Já num período posterior, nos anos 1990, o MST – principal organização da Via Campesina Brasil – passa a elaborar uma política própria de formação política e educativa, que, aparentemente, se distancia de sua origem calcada na matriz autonomista, buscando a articulação com intelectuais de linhagem marxista que, por sua vez, também atuam em universidades.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 48 – Movimentos Sociais Urbanos e Universidade

Coordenador da mesa: Guilherme J. A. L. Marques (Doutorando, Planejamento Urbano e Rural, IPPUR – UFRJ)

Ementa: Torna-se propício ao tema do Colóquio, discutir como atuam os movimentos sociais; como constroem suas estratégias; e, sobretudo, quais reflexões políticas vêm sendo realizadas por estes *sujeitos*. Os movimentos sociais são objetos relevantes nas ciências sociais e se apresentam através de diversos temas, diferentes abordagens teóricas, distintos esquemas metodológicos, várias categorias – participação, territorialidades, identidade, ação coletiva, associativismo, etc. Os movimentos sociais, por sua vez, são sujeitos também de elaborações teóricas, dentro e fora das universidades, destinadas à suas próprias lutas. Neste sentido, os movimentos sociais se colocam a tarefa de elaboração de ações e reflexões políticas em articulação com indivíduos e grupos sociais que representam outros movimentos e entidades, partidos políticos, instituições do Estado. Junto a isso, existem pesquisadores nas universidades públicas que se dedicam a analisar estas relações sociais e que trabalham nas coordenações de cursos e em orientações da militância no *fazer* teórico-metodológico deste processo de elaboração.

O objetivo desta mesa é abrir o debate sobre os movimentos sociais – particularmente sobre suas ações de formação política e de disputa e ocupação do território – a partir de experiências acadêmicas e políticas desenvolvidas por jovens pesquisadores e professores de universidades. Tratar-se-á de um “encontro” de duas “vocações”, política e ciência, ao discutir questões de pesquisas junto aos movimentos sociais. Este debate, de alguma forma, já vem sendo tratado por pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais.

A mesa é composta de 3 trabalhos (um em co-autoria) que refletirão os movimentos sociais nos seguintes aspectos: relação sujeito-objeto; pesquisa e elaboração política e acadêmica; abordagem de relações sociais, espaços, projetos, etc. Separadamente cada trabalho abordará: movimento por moradia; movimento por trabalho; e articulação com intelectuais. Dos quatro pesquisadores da mesa: um é professor da UFF, um pesquisador do IPPUR e dois são pesquisadores da FIOCRUZ. Todos são professores-orientadores do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, parceria ETERN/IPPUR/UFRJ-MAB. A presente mesa, centrada em movimentos sociais urbanos, se articula com uma outra focada em movimentos sociais rurais, tendo, entretanto, as mesmas questões centrais e divergindo apenas nos caos de estudo.

RESUMOS

481. Relação Movimentos Sociais e Intelectuais na Formação Política de Temática Espacial

Guilherme J. A. L. Marques (Doutorando, Planejamento Urbano e Rural, IPPUR – UFRJ) – **Coordenador**

Políticas ou projetos de formação política e teórica passaram a ser parte fundamental das estratégias de ação de diversos movimentos sociais brasileiros nesse início de século XXI. Em um momento de refluxo das grandes mobilizações de massa e de extrema fragmentação das lutas e movimentos sociais, seminários, cursos, debates são pensados como espaços que proporcionam o fortalecimento dos laços organizativos, troca de experiências e mesmo política de alianças. Os movimentos utilizam esses espaços também para construir ou aprofundar relações com o campo intelectual e mais especificamente com o campo acadêmico. Este trabalho pretende refletir sobre como são selecionados os intelectuais que participam desses cursos. São suas posições no campo acadêmico ou suas inserções no campo político que influenciam nessas escolhas? Busca-se ainda analisar mais especificamente como se dão essas escolhas nos cursos voltados para temáticas espaciais (questão urbana, história da cidade, questão agrária etc). Essa reflexão terá como base a experiência do autor em trabalhos de formação com movimentos comunitários, de favelas e de luta por moradia no Rio de Janeiro, assim como com movimentos da Via Campesina.

482. Projetos x Projects: trabalho, território e educação popular em duas organizações de desempregados na Periferia de Buenos Aires

Javier Walter Ghibaudi (Professor, Economia – UFF)

No início da década 2000, ganham visibilidade na Argentina movimentos sociais que reivindicam o direito ao trabalho enfatizando um projeto de ação territorial, no bairro, e formas de realização de trabalho autogestionárias, ou cooperativas. Dentro do amplo e heterogêneo conjunto destas organizações chamadas piqueteras, muitas colocam como fundamento de seu Projeto político o desenvolvimento de ações de educação popular. A presente reflexão toma como casos de estudo duas organizações da Periferia de Buenos Aires na sua trajetória na década passada e se questiona sobre as mudanças e continuidades da ação coletiva, observando o lugar das práticas e valores da educação popular nessa ação. Particularmente, reflete sobre as tensões e contradições que desafiam os Projetos das organizações na medida em que se relacionam com as diretrizes e ações concretas de agentes dominantes – do âmbito público e privado – que, no que com Boltanski e Chiapello pode-se denominar de novo espírito do capitalismo, priorizam ações ou *projects* focalizados, flexíveis e limitados no tempo e espaço. Finalmente, procura questionar sobre o papel de nós, pesquisadores e assessores universitários, dentro dessas relações e tensões.

483. Análise do Processo Educativo na Luta do Fórum do Movimento Social de Manguinhos

Leonardo Brasil Bueno (Pesquisador, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz)

Michelle Santos de Oliveira (Pesquisadora, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz)

O objetivo é analisar aspectos educativos da experiência de assessoria e formação entre parte de uma instituição pública de pesquisa e ensino em saúde – a Assessoria de Cooperação Social da Escola Nacional de Saúde Pública (ACS/ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz e um importante ator social do território de Manguinhos, o Fórum do Movimento Social de Manguinhos. Constituído em março de 2007, surgido a partir de uma histórica luta de organizações locais por saneamento básico e habitação digna em Manguinhos, o Fórum é um espaço que atualmente reúne moradores, instituições, movimentos sociais e organizações de base que defendem a cidadania e os direitos sociais, através da participação direta na concepção, construção, execução, monitoramento e controle social das políticas públicas. O envolvimento da ACS/ENSP nessa parceria parte da concepção de que a participação social e a formação crítica na ação são processos educativos fundamentais para a Promoção da Saúde e estímulo à emancipação e à melhoria das condições de vida dos moradores do território de Manguinhos. São processos educativos que reforçam as territorialidades de resistência social emancipatória - ação reativa e de criação - em espaço marcado por novas e velhas formas de violência social.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 49 – Classe e Lutas Sociais Hoje: algumas provocações

Coordenador da mesa: Javier Walter Ghibaudi (Professor, Economia – UFF)

Ementa: Após um longo período de silêncio, quando foi decretado o fim da História (e da luta de classes), verifica-se atualmente uma retomada do debate sobre a classe. Boa parte das discussões centra-se no questionamento sobre a pertinência de tal conceito na contemporaneidade, isto é: o conceito de classe social ainda ajuda a explicar a realidade?

Outra gama de reflexões aponta para o que seriam as novas configurações das classes e das lutas de classes. Por um lado, questiona-se se a(s) classe(s) trabalhadora(s) ainda existe(m) e, se existe(m), como age(m) dentro do chamado “contexto de fragmentação das lutas sociais”. Por outro lado, discute-se de que forma as mudanças no mundo do trabalho se relacionam com essas novas configurações da questão de classe.

O presente trabalho não pretende responder a todas essas questões, mas busca problematizá-las a partir de quatro experiências de lutas sociais contemporâneas que têm escalas de atuação e histórias bastante diversas, a saber: a luta anti-racismo do movimento negro brasileiro, movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, movimentos de trabalhadores desempregados em Buenos Aires, e uma articulação internacional de movimentos sociais rurais.

Nenhum dos casos observados constitui-se em estudo original, uma vez que cada um dos autores já vem realizando investigação sistemática sobre o seu caso há alguns anos. O desafio neste trabalho foi interpelar os casos estudados a partir de novas questões. Em cada um dos casos buscou-se observar *se e como*: 1. o conceito de classe vem sendo utilizado na referida luta política; 2. a militância envolvida na luta se relaciona com a idéia de classe como conceito analítico, isto é, com as teorias historicamente construídas.

RESUMOS

491. Uma Articulação Internacional de Movimentos Sociais Rurais: a Via Campesina

Flávia Braga Vieira (Professora – UFRRJ)

Este trabalho analisa um processo atual, particular, de articulação internacional popular. A Via Campesina é compreendida aqui como uma experiência que apresenta características das formas contemporâneas de articulação internacional, mas que, por outro lado, reivindica aspectos da tradição internacionalista da esquerda, isto é, permite a convivência entre as novas e as velhas formas de luta. Seu surgimento e desenvolvimento ocorrem em contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial, nas últimas décadas. A Via Campesina vem constituindo, assim, um projeto alternativo de sociedade que, em última

instância, questiona o modelo capitalista de produção, em especial, no meio rural.

Através da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas que unem trabalhadores rurais dos mais diferentes tipos, da constituição de uma cultura política e uma identidade próprias, esta articulação ganhou centralidade nas lutas anti-globalização. Muitos analistas identificam a Via Campesina como a organização que representa o novo sujeito histórico na luta capital/trabalho, isto é, o campesinato mundial. Esta centralidade foi alcançada, pois, para além das questões específicas da agricultura, as organizações membro da Via Campesina enfrentam os organismos internacionais capitalistas, as grandes corporações multinacionais, articulam lutas urbanas e rurais e defendem um projeto alternativo que se materializa na proposta da soberania alimentar dos povos. Junto a isso tudo, reformatam a questão ambiental, tão largamente apresentada como a grande novidade das lutas contemporâneas internacionais, atribuindo-lhe um significado classista.

492. Entre Raça e Classe, Pluralidade e Convergência de Ações: o Movimento Negro brasileiro e a luta anti-racismo

Renato Emerson dos Santos (Professor – UERJ)

A dinâmica do Movimento Negro é marcado pela multiplicidade das formas de ação, pois congrega: entidades de caráter político, social e cultural; entidades formalmente instituídas e outras sem institucionalização; indivíduos e grupos agindo pela luta anti-racismo dentro de outras entidades e lutas (p. ex., dentro de sindicatos, partidos políticos de diferentes matizes ideológicos, movimentos sociais, igrejas, etc., às vezes constituindo coletivos reconhecidos pela entidade, às vezes de maneira mais informal); coletivos diversos (p. ex., de estudantes, de mulheres, de juventude, etc.); indivíduos atuando de maneira mais permanente (e, às vezes, sistemática) pela igualdade racial em seus locais de trabalho, a partir de suas posições institucionais (p. ex., ativistas dentro de universidades); indivíduos discutindo e propondo em seus ambientes de socialização, entre outras.

Fazer dialogar a luta anti-racismo com outras formas de opressão é, portanto, algo presente na luta deste movimento social plural. Pensar a articulação entre raça e classe como vetores estruturantes do modo de produção capitalista, princípios de diferenciação e hierarquização de seres humanos que permitem a exploração e controle social (compreendendo múltiplas estratégias de extração e ampliação de mais-valia), torna-se forçoso. Classe, raça, gênero, entre outros, são princípios de hierarquização que permitem ao capital empreender estratégias biopolíticas voltadas para o controle de corpos humanos e seus produtos, apropriando-se ao máximo destes. Tal perspectiva opera na tensão com outras existentes dentro do Movimento Negro e aquelas existentes em outras lutas sociais, que partem do primado de uma forma de hierarquização (p.ex., classe, gênero) sobre outras formas.

493. Classes Sociais e Movimentos Sociais Urbanos

Guilherme J. A. L. Marques (Doutorando, Planejamento Urbano e Rural, IPPUR – UFRJ)

Os movimentos sociais urbanos (MSUs), que têm a cidade como arena e objeto de suas lutas, em grande medida organizam trabalhadores(as) informais, ambulantes, desempregados, em períodos parciais e de serviços, quase todos com baixos salários. Conforme a tradicional visão ortodoxa marxista, em que classes são sub-fenômenos da economia, determinadas pelo local que as pessoas ocupam na produção, que enxerga entre “os de baixo” quase exclusivamente a classe operária, esses movimentos pouco acrescentariam no estudo sobre classes, ao mesmo tempo que nega/reduz a pertinência desse conceito para estudá-los.

Vistas como fenômenos também da ordem da política e cultura, formadas na luta através de experiências comuns, compartilhando hábitos e posicionamentos semelhantes entre todos que vivem da sua força de trabalho, as classes são importante conceito para a compreensão dos MSUs, assim como a análise desses movimentos para o estudo sobre as classes sociais.

Através da pesquisa entre movimentos de luta por moradia no Rio de Janeiro, buscamos refletir se e como nos MSUs é acionado o conceito ou noção de classes sociais. Entre esses, há pertinência no uso desse conceito? Como os movimentos se identificam, nomeiam? Por que? Que relações estabelecem com outros movimentos? Constroem fóruns, experiências, solidariedade, lutas, trabalhos de formação ou ações em comum? Quais? Quem é “o outro” para esses movimentos?

494. Luta de Classes e Movimentos de Desempregados na Argentina: reflexões a partir de dois casos de estudo

Javier Walter Ghibaudi (Professor, Economia – UFF) – **Coordenador**

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre os processos de ação coletiva de dominados, seus agentes e suas tradições na Argentina contemporânea. Com esse objetivo reflete a partir de dois casos de organizações de desempregados na Periferia Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) durante a década de 2000. Presta-se especial atenção aos processos históricos de luta de classes e de territorialização que se articulam com a formação dessa cidade, observando suas mudanças e permanências na atualidade. O trabalho busca dialogar criticamente com análises que acabariam reduzindo as mudanças no capitalismo contemporâneo e na ação coletiva a processos de exclusão social e segregação territorial. Em contrapartida, destaca o caráter relacional, histórico e em disputa da ação coletiva desenvolvida pelas organizações em estudo, onde práticas e valores de uma tradição de *classe trabalhadora* são re-construídos a partir da sua ação, em novas condições e relações com outros agentes e instituições.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 50 – Cultura e Política no Brasil: livros, editores, intelectuais e artistas nos anos 1960

Coordenador da mesa: Larissa Costard (Mestre, História – UFF / Professora – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / CAP-UFRJ)

Ementa: Esta mesa coordenada propõe uma reflexão acerca das articulações políticas da atividade editorial e artística no Brasil durante a segunda metade do século XX, por meio da análise de quatro diferentes circunstâncias que revelam as interlocuções sociais de autores, obras e editores. Trata-se de investigar a produção cultural e artística como uma prática que, nos diferentes casos estudados, colocou a arte, as ciências sociais e a produção editorial no centro das tentativas de transformação social e política.

RESUMOS

501. Intelectuais e Esquerdas na Revista Civilização Brasileira – as condições do debate político entre 1964-1968

Andréa Lemos Xavier Galucio (Professora – UFF)

A partir de 1964 o editor Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, publicou a Revista, de mesmo nome, numa tentativa de manter o debate político no interior das esquerdas brasileiras, divulgando propostas e artigos de cunho antiimperialista, socialista, produzidos à luz das temáticas daquela conjuntura, passando pelas questões da revolução brasileira, luta armada e a via política, por exemplo, e mantendo-se numa linha de oposição política em relação à ditadura civil-militar. O sucesso editorial dessa Revista atingiu tiragens de até quarenta mil exemplares. Este artigo analisa as condições de publicação da Revista Civilização Brasileira com destaque ao novo contexto de debate do papel dos intelectuais no processo político brasileiro.

502. Entre o Moderno e o Pós-Moderno, notas sobre arte e militância no Brasil da década de 1960

Larissa Costard (Mestre, História – UFF / Professora – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / CAP-UFRJ) – **Coordenadora**

A atuação dos intelectuais e artistas de esquerda no Brasil passou por um marco que alterou significativamente seus parâmetros. Este “terremoto”, como diz Marcelo Ridenti, foi o golpe que implementou a ditadura civil-militar, em 1964, que a um só tempo desorganizou os partidos de esquerda, multiplicando suas organizações, e reformulou a perspectiva dos intelectuais e artistas, em termos de suas bandeiras e estratégias de ação.

O presente trabalho tem como objetivos apontar questões, não apenas do aspecto das relações políticas, mas também da perspectiva da estética,

sobre a atuação dos artistas nos anos anteriores ao golpe e nos anos imediatamente posteriores. A discussão sobre o nacional-popular e a revisão das formas de produção artística em termos de vanguarda podem ter representado para a arte “engajada” uma transformação estrutural no que seria o artista de esquerda, suas demandas e seus projetos sociais. Ao mesmo tempo, o trabalho pretende apontar também notas para uma compreensão do processo no interior de uma filosofia crítica, colocando em pauta o papel da cultura e da arte na sociedade contemporânea, em um contexto de indústria cultural e ditadura, como a década de 1960.

503. As Edições do PCB e a Difusão das Idéias de Marx no Brasil: o caso da Editorial Vitória

Luciana Lombardo Costa Pereira (Professora – PUC-RIO)

A Editorial Vitória funcionou como uma das editoras do PCB até ser fechada nos primeiros dias de expurgos às organizações ligadas ao partido em abril de 1964. A editora organizada por Leôncio Basbaum ocupava-se da distribuição de livros importados clandestinamente e também da tradução de romances e de obras clássicas do “marxismo-leninismo”. Os vínculos entre a editora e o partido eram claros para a polícia política, que apreendia os livros da Vitória indiscriminadamente desde os anos 1950. Nesta comunicação, buscamos analisar o papel da editora nos primeiros anos da década de 1960 quando publicou, entre outros, o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels (1963), *Salário, preço e lucro*, de Marx (1963), *Obras escolhidas*, de Marx e Engels (1961, 1963), *Filosofia marxista; compêndio popular*, de Afanasiev (1963) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (1964).

504. A Frente dos Jornais: as ciências sociais em Opinião e Movimento (1972-1981)

Hugo Alexandre de Lemos Bellucco (Doutorando, História – UFF)

Esta pesquisa tem por objeto a presença dos cientistas sociais nos semanários *Opinião* e *Movimento*. Trata-se de um estudo de suas intervenções políticas na década de 1970, por meio da análise de sua participação naqueles periódicos. O estudo cobre o período que vai de 1972, ano da criação de *Opinião*, até 1981, quando termina a experiência de *Movimento*, criado em 1975 como uma dissidência do primeiro.

Dentro das diferentes propostas editoriais no interior da chamada “imprensa alternativa”, aqueles dois jornais representam uma linhagem que contava com uma participação destacada dos cientistas sociais. Para muitos deles, a imprensa era, entre outras frentes, uma oportunidade de conferir uma relevância pública ao trabalho acadêmico e associar a reflexão teórica à mudança política e social. Nas páginas de *Opinião* e *Movimento*, temas debatidos na academia durante a segunda metade da década de 1970 ganharam uma relevância inédita, extravasando o debate universitário e ampliando o diálogo dos cientistas sociais com a vida política. A presença, nos artigos presentes naqueles dois semanários, sobre questões consideradas significativas tanto para o campo científico como para a construção da democracia no país, revela essa convergência e testemunha um esforço, no

âmbito das ciências sociais, em participar da corrente das transformações em curso.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 51 – A Crise Econômica Atual: teoria e realidade

Coordenador da mesa: Nelson Rosas Ribeiro (Professora Emérito – UFPB)

Ementa: O conceito de crise. Crise financeira ou crise de superprodução. Crise e ciclo econômico. A teoria marxista da crise cíclica de superprodução. O movimento cíclico da economia no último decênio. Uma análise das taxas de variação do PIB. As especificidades da crise atual, suas consequências e o papel do capital fictício. As possibilidades e caminhos para a retomada do processo cíclico.

RESUMOS

511. O Passado Recente da Economia Brasileira: o último ciclo antes da crise do subprime

Antonio Carneiro de Almeida Júnior (Doutorando, Desenvolvimento Econômico – UFPR)

Não é possível entender a situação corrente de uma economia sem analisarmos o seu passado. É isto que nos indica a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução, particularmente a interpretação desta feita pelo Professor Doutor Nelson Rosas Ribeiro. Com base nesta teoria, o presente artigo constitui uma análise do último ciclo econômico da economia brasileira, antes da sua entrada na crise de superprodução mundial deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária do mercado financeiro estadunidense. Aqui, temos por objetivo verificar se a teoria que nos orienta se presta a explicar a realidade brasileira e periodizar o último ciclo desta economia. A análise foi feita através da leitura de bibliografia selecionada e da coleta de dados secundários da economia brasileira elaborados por alguns institutos de pesquisa de renome. Por fim, conclui-se primeiramente que a teoria mencionada reflete a realidade econômica brasileira e de todos os países de capitalismo maturado. Em segundo lugar, concluiu-se que o último ciclo da economia do Brasil pode ser periodizado da seguinte maneira: 1998 e 1999: crise; 2000 a 2002: depressão; 2003 a 2005: animação média; 2006 ao segundo trimestre de 2008: auge; terceiro trimestre de 2008: crise.

512. A Crise Econômica: uma visão marxista

Nelson Rosas Ribeiro (Professora Emérito – UFPB) – **Coordenador**

A crise voltou às manchetes e, novamente, como crise financeira. Agora todos admitem o duplo mergulho ou saída em W. As discordâncias só se manifestam quando se discute as suas causas, o que é o resultado da debilidade das concepções teóricas existentes. Este artigo pretende demonstrar que existe uma teoria marxista da crise e que a sua consistência permite explicar o fenômeno desde suas manifestações iniciais, ainda no século XIX. Marx,

infelizmente não a ordenou, mas deixou indicações precisas espalhadas ao longo das suas obras. Pretende-se aqui reunir, ordenar e explicitar, de forma coerente, o que o grande mestre deixou. Em primeiro lugar, identifica-se a crise como mais uma fase do fenômeno chamado “crise cíclica de superprodução” que atinge a economia mundial, desde que o capitalismo chegou à sua maturidade. Em seguida recolhem-se as indicações deixadas por Marx, ao longo de suas obras, apresentando uma proposta de teoria coerente procurando manter a maior fidelidade ao pensamento do seu criador. A exposição começa com a Mercadoria, onde se encontra o germe da crise, na contradição Valor x Valor de Uso, que vai se desenvolver até o aparecimento do Dinheiro. Continua com o surgimento do capital e a expansão deste e das contradições que ele criará no seu desenvolvimento. Identifica-se a causa da crise. Conclui-se que a chamada “crise financeira” é apenas a forma financeira que o conteúdo “crise geral de superprodução” assume nas condições do capitalismo atual.

513. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades

Marcelo Dias Carcanholo (Professor, Economia – UFF)

O trabalho pretende discutir quais são o caráter e a especificidade da crise atual pela qual passa a economia capitalista mundial. Trata-se de, a partir da natureza geral das crises no capitalismo, identificar a especificidade da lógica do capitalismo contemporâneo, tanto em suas fases de relativo crescimento quanto em seus momentos de reversão. Como base nisso, procura-se mostrar que a especificidade da crise atual se relaciona, dentre outras características, com a lógica do capital fictício. Adicionalmente, assumindo o caráter cíclico da economia capitalista, é pretensão discutir quais seriam as formas a partir das quais o capital reconstruiria sua retomada cíclica, destacando os impactos disso para os trabalhadores e para a relação centro-periferia do capitalismo mundial.

514. A Crise em “W” ou o Double-Dip

Lucas Milanez de Lima Almeida (Professor – UFPB)

A teoria e a realidade nos mostram a mesma coisa: toda lei econômica deve, necessariamente, se manifestar. Com relação à lei geral que caracteriza o processo de produção e reprodução do capital não é diferente, as quatro fases do ciclo econômico devem se suceder periodicamente: crise, depressão, reanimação e auge. Mas, atualmente, o que vemos é a deformação da fase de crise do ciclo. O presente trabalho faz uma análise dos determinantes deste movimento atípico do ciclo econômico, conhecido atualmente como crise em W, double-dip ou duplo mergulho. Para isso, utilizaremos a Teoria Econômica Marxiana, num plano geral, e, especificamente, a interpretação de Nelson Rosas Ribeiro da Teoria das Crises. Uma das conclusões a que chegamos foi de que, longe de reverter o ciclo econômico, as políticas adotadas pelos diversos governos apenas retiraram a economia do que podemos chamar de trajetória natural, o que deu origem à subida para o segundo mergulho. Por fim, pudemos ver que, na realidade, ao invés de mudar a trajetória cíclica, determinada pelas leis internas à base econômica, a superestrutura,

nomeadamente o Estado, apenas tem o poder de influenciar momentaneamente a acumulação capitalista e, conseqüentemente, a crise cíclica de superprodução.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 52 – Trabalho e Sociedade no Pré-Capitalismo: formas de dependência e exploração

Coordenador da mesa: Mário Jorge da Motta Bastos (Professor, História – UFF)

Ementa: Esta mesa é composta de um conjunto de trabalhos proposto ao I Colóquio Nacional Marx e o Marxismo pelo NIEP-PréK, grupo de trabalho dedicado à pesquisa das sociedades pré-capitalistas à luz do marxismo, constituído no âmbito do NIEP-MARX (UFF). Visando o seu objetivo maior do “desvendamento da anatomia do macaco”, e a afirmação do vigor do marxismo como instrumento insuperável de apreensão do real em sua plena historicidade, o núcleo propõe-se, acima de tudo, favorecer a constituição de um fórum perene de abordagem marxista das sociedades pré-capitalistas que agregue, paulatinamente, pesquisadores brasileiros e estrangeiros de várias latitudes, fomentando, ademais, as relações com os movimentos sociais. Enunciada a meta, convém persegui-la de imediato e de forma academicamente consistente, dando a conhecer aos membros da comunidade as pesquisas realizadas pelos integrantes do núcleo. Nesta oportunidade, o mesmo reúne-se em torno da iniciativa da caracterização histórica das formas de dependência e exploração em distintas sociedades, partindo da consideração crítica dos próprios conceitos para abordar as suas estruturas essenciais definidoras.

RESUMOS

521. Dominação e Dependência no Alto-Medievo Ibérico

Mário Jorge da Motta Bastos (Professor, História – UFF) – **Coordenador**

Paulo Henrique de Carvalho Pachá (Mestrando, História – UFF)

A Idade Média? Um porto-seguro, uma cápsula do tempo que nos põe a nós, profissionais de gabinete aterrados ante a voracidade do fluxo histórico em curso, ao abrigo das crises de consciência – potenciais, mas incomuns – derivadas da opressão e da miséria que abundam no reino da felicidade do capital. Seduzidos, mas desprezados pelo mesmo, incapazes que somos de produzir mercadoria, aquele passado de brumas, lar do maravilhoso e de melífluos sonhos, nos redime e enaltece, com seus “clérigos piedosos”, seus “cavaleiros honrados”, seus “humildes camponeses” e seu “equilíbrio social”. Na medida em que não nos fustiga batendo cotidianamente às nossas portas, as mazelas de antanho são muito mais facilmente submetidas à ocultação; jazem despercebidas. Sacralizado o passado, rompidos os fluxos históricos de negação e de afirmação que o constituem como manifestação pulsante da nossa própria existência e duração, requisitamo-nos orgulhosos e redimidos o pleno direito a nossa postura de isenção. O ofício do medievalista nos preserva! Nessa comunicação, propomo-nos a desenvolver algumas reflexões

críticas sobre o estatuto ontológico, epistemológico e teórico do estudo da Idade Média, o que só nos parece possível a partir da crítica de vertentes hoje hegemônicas no campo em questão, em especial daquela que constitui um verdadeiro artigo de fé dos medievalistas, e que parte da perspectiva de que, ao analisar a sociedade medieval, o historiador deve fazer uso exclusivo das categorias da economia política coeva ao seu objeto, regra cuja infração redundaria em análises abusivas e ideologicamente comprometidas. Posições como essa acabam, ao contrário, por constituir a historiografia como uma prática pseudocientífica que expurgou a teoria de sua oficina e reduziu o ofício do medievalista a uma eterna e enfadonha paráfrase das fontes de outrora.

522. Expropriação e Mediação nas Formas de Exploração Pré-Capitalistas

Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima (Professor – UCAM / UNESA / Pesquisador – NIEP-Prék)

José Ernesto Moura Knust (Mestre, História – UFF / Pesquisador – NIEP-Prék)

Segundo Marx, no capitalismo a exploração de classe depende de um processo histórico concreto de expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção. Partindo desta afirmação e do caráter retrospectivo da análise histórica, pode-se utilizar o conceito abstrato de expropriação para entender a exploração de classe em sociedades pré-capitalistas, identificando suas especificidades. A principal delas é o caráter pessoal das relações de dependência no contexto da expropriação de elementos essenciais à reprodução social das classes produtoras. A importância da mediação social entre os sujeitos e os elementos que foram deles expropriados é fundamental para explicar as relações de dependência pessoal no pré-capitalismo e, portanto, elemento articulador das relações sociais. No caso do Egito faraônico, a classe dominante identificada ao Estado busca expropriar as comunidades camponesas não só da relação com o sagrado, uma força produtiva ideal fundamental nas relações com a natureza, mas também das relações de parentesco e patronato, nas quais se põe como intermediária. O caso mais extremo de expropriação parece ser o dos escravos (como no caso greco-romano), que segundo Marx tornam-se uma condição inorgânica da produção, tal qual o gado ou o solo. Isto só pode acontecer porque a escravidão não é apenas uma expropriação dos meios de produção, mas das próprias relações sociais do produtor direto – quando o senhor tenta controlar a reinserção social do escravo (que é um desenraizado por essência).

523. Expropriação, Classe e Estado na Inglaterra Anglo-Saxônica (séculos VI-VIII)

Renato Rodrigues da Silva (Mestre, História – UFF / Professor)

A forma histórica dominante pela qual a política foi posta sob a égide do capital parece ter sido majoritariamente o Estado burguês, com suas articulações e formatos variados no tempo e no espaço. No pré-capitalismo, tal fenômeno – o Estado - encontra não um eco imediato e uma correspondência automática, mas formas ainda mais variadas em sua própria efetivação e constituição. De ampla discussão e difícil conceituação, o Estado medieval permanece como campo de refrega. Nesta apresentação investiremos no sentido de articular a emergência e cristalização de uma classe dominante – a aristocracia do recorte

citado no título, a partir da expropriação do campesinato até então independente – à efetivação de campos e órgãos variados de domínio sobre a vida campesina, de forma a tentar caracterizar o emergente Estado como um organismo de classe.

524. Capital Comercial: contribuições de uma categoria marxiana para o estudo da Grécia Antiga

Gabriel da Silva Melo (Graduando, História – UFF)

Os estudos acerca do comércio na antiguidade se tornou refém, há bastante tempo, da dicotomia entre as vertentes primitivista e modernista da historiografia antiga. Este trabalho se insere na tentativa de superação desta dicotomia que venho tentando empreender através de uma abordagem materialista histórica da Economia Antiga. A categoria “capital comercial”, bem como “capital usurário”, apontada por Marx em algumas de suas obras, principalmente n’O Capital e nos Grundrisse necessita ser recuperada para que possamos entender os momentos do passado que foram marcados por relações mercantis como sendo uma relação não totalmente fortuita ou secundária, mas, ainda que subordinada a outras relações sociais fundamentais, com alguma centralidade no processo de desenvolvimento histórico ocorrido nessas sociedades. Este é o caso da Atenas Clássica (séc. V e IV a.C).

O presente trabalho busca trazer a referência das formas antediluvianas do capital, enxergando o capital comercial como uma forma pré-capitalista do capital, portanto não plenamente desenvolvida em todas as suas determinações. É a busca da especificidade histórica desta categoria na Grécia Antiga e a defesa do seu uso como categoria analítica importante para o desenvolvimento dos estudos do comércio antigo que pretendo realizar com esta comunicação.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 53 – Hegemonia e Contra-Hegemonia em Gramsci

Mesa Cancelada, trabalhos incorporados à Mesa Coordenada 39



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 54 – Políticas de Educação, Projeto e Formação no Sistema Escolar e para Além Dele

Coordenador da mesa: Gelta Terezinha Ramos Xavier (Professora, Educação – UFF)

Ementa: O conjunto dos textos refere-se a reflexões acerca das políticas educacionais que, na atualidade, pautam-se em ideais defendidos por um Estado neoliberal. Estas reflexões sugerem iniciativas de ruptura com tal lógica situando o processo de transição e o desafio da construção de uma nova ordem. A partir da necessidade de evidenciar as teorias e práticas inseridas num contexto de transição nos identificamos com o eixo temático: Estado e Políticas Públicas.

RESUMOS

541. Políticas Públicas e Currículo: definições quanto à história, projeto e formação

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Professora, Educação – UFF) – **Coordenadora**

Situar as críticas às reformas curriculares, relacionando-as a políticas públicas nas duas últimas décadas no Brasil (1990-2010) e referir aos fundamentos, significados e sentidos das mudanças educacionais são objetivos deste estudo que se inclui no projeto de pesquisa “Currículo: métodos de investigar e intervir”.

No âmbito político-econômico são identificadas exigências de cumprir as determinações de adequar a formação humana a medidas mercantis e de privatização conforme se verifica o alcance da ofensiva empresarial sobre o sistema público.

No plano educacional, entre ações governamentais de descentralização, centralização, refuncionalização dos planos curriculares, as referências alcançaram os Estudos Culturais como lastro para as justificativas de atingir a diversidade e o reconhecimento identitário. São utilizadas expressões e argumentos para oferecer sustentação ao debate, às escolhas e justificativas institucionais, administrativas, políticas e acadêmicas, correspondendo aos textos curriculares da escola básica, segundo as evidências dos documentos oficiais. Para além de certa interpretação da história do campo curricular, os Estudos Pós-Coloniais e os Estudos Subalternos propiciam estender a compreensão do que se defende como projeto e formação das jovens gerações.

542. Formação Humana na Contemporaneidade: entraves e possibilidades no contexto de barbárie

Renata Jardim Coube (Mestranda, Educação – UFRRJ)

Diante do caos experienciado pela classe trabalhadora quanto à pretensão de escolarizar-se, é necessário situar o que está dado como projeto e denunciar o processo alienador que, combinado à precariedade em termos de estrutura e recursos, está mantendo “controlados” os sujeitos que deveriam rebelar-se. É importante compreender o que nos impede de travar o embate e contra quem deveremos lutar. Tomar em consideração as especificidades da atualidade do capital e seu desenvolvimento é a base para entender a falência do sistema educacional responsável pela instrumentalização e formação de consciência do povo brasileiro. Entretanto, o caos da educação escolarizada é reflexo de um quadro de barbárie estabelecido na atualidade do capitalismo, agora, não somente para as periferias, mas para todo o mundo. A educação direcionada à maioria (inclusive a “classe subalterna”, expressão de Gramsci) atende à exigência de uniformizar negando a diversidade, as atrocidades históricas, os conflitos e, igualmente, socializando um silenciamento demasiado importante para a manutenção da ordem instituída. Conseqüentemente, não aceita os transgressores, não tolera os insatisfeitos com as condições de desigualdade. Este trabalho tem como objetivo principal, analisar a partir dos informes do cotidiano sobre a educação, os entraves e as possíveis saídas para recuperar a formação humana no contexto brasileiro de precariedade e barbárie.

543. Políticas de Currículo para Educação Infantil: ações de autoria como projeto de emancipação

Geórgia Moreira de Oliveira (Doutoranda, – Universidad de Valencia / Professora – Fundação Municipal de Educação Maricá)

A homogeneização das ações educacionais em países distintos revela-se como dimensão das reformas econômicas e políticas que o modelo neoliberal estendeu além das fronteiras dos continentes. De modo inverso, localizamos aproximações que subvertem a ordem, indicando ações de ruptura e constituindo-se em experiências educativas de autoria entre adultos e crianças da educação infantil. Esta investigação situa a realidade de duas escolas de educação infantil: uma no Brasil, na cidade de Niterói (RJ) e outra na Espanha, na cidade de Valencia, destacadas como inovadoras pelas Secretarias de Educação mesmo que estas não apresentassem acordo com as ações no interior das referidas unidades de ensino. As formulações teóricas da pesquisa contam com as contribuições de Freinet e Freire quando tratam do processo de formação humana tomando a conscientização, a autoria e intervenção como projeto educativo para emancipação dos sujeitos. Orientações acerca dos conceitos de necessidades, cultura, infância e currículo têm suas bases em Gimeno Sacristán, Heller, Mészáros, Arroyo bem como o pensar a metodologia da investigação que se pauta nos princípios da pesquisa qualitativa, tomando fundamentos da pesquisa participante com aspectos etnográficos e contribuições desde a Sociologia da Infância com Minayo, Brandão, Ferreira, Delgado, Sarmiento etc.

544. Políticas de Avaliações Externas e Trabalho Docente na Educação Básica

Claudio Fernandes Costa (Professor – UFF)

Os indicadores fornecidos pelos exames nacionais da educação básica brasileira: Avaliação Nacional da Educação Básica (Saeb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), são propostos como instrumentos de análise com vistas a possíveis mudanças das políticas públicas sobre educação e de paradigmas utilizados nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio. Assim sendo, tais exames e indicadores são as políticas cujos pressupostos e objetivos elegemos para analisar e desenvolver neste trabalho. Destacamos como fundamento central desses exames nacionais a pedagogia das competências, elemento de reorganização curricular que estimularia a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira. Na medida em que a proposta desta pedagogia apresenta junto com os resultados das avaliações externas, forte potencial de indução curricular, o presente trabalho traz como principal objetivo refletir/problematizar os possíveis impactos dos fundamentos teórico-pedagógicos da Prova Brasil/Saeb no trabalho docente e na qualidade da educação básica.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 55 – E. P. Thompson: razão, democracia e agir humano

Coordenador da mesa: Ricardo Gaspar Müller (Professor, Sociologia Política – UFSC)

Ementa: A obra de E. P. Thompson reafirma a importância de um diálogo permanente entre teoria e empiria e, nesse movimento, efetiva uma *mediação* entre as tendências teóricas das Ciências Sociais e outros temas polêmicos do cenário político contemporâneo. Considerando as relações entre esses problemas e suas potenciais contradições, a comunicação sustenta que esse debate é atual e pertinente.

RESUMOS

551. Lei, Justiça e Direito na Obra de E. P. Thompson

Adriano Lima Duarte (Professor, História – UFSC)

Essa apresentação discute as noções de *lei*, *justiça* e *direito* na obra de E. P. Thompson. Seu objetivo é compreender como essas noções foram articuladas e se conectaram com as idéias de *experiência*, *cultura* e *classe*. As obras estudadas foram as publicadas no livro *The essential E. P. Thompson*, editado em 2001, pela historiadora Dorothy Thompson. Além disso, busca também compreender os possíveis desdobramentos políticos que essas noções sugerem, hoje, para o pensamento e a ação de uma esquerda democrática.

552. E. P. Thompson: trajetória militante e pesquisa histórica

Marcelo Badaró Mattos (Professor, História – UFF)

Segundo o historiador espanhol Josep Fontana, toda produção na área de história envolve, mesmo que implicitamente, além de uma análise sobre o passado, um posicionamento em relação ao presente e um projeto de futuro. Esta comunicação toma a sério tal proposição para analisar a obra do historiador inglês E. P. Thompson, buscando articular suas contribuições tanto no plano da militância política na esquerda inglesa, quanto no que diz respeito à produção historiográfica, ao longo da segunda metade do século XX. A hipótese aqui defendida é a de que muitas das principais contribuições conceituais do consagrado historiador para o debate sobre classes sociais e luta de classes (como a valorização da noção de experiência, ou a ênfase na “agência” dos sujeitos históricos) foram formuladas em meio ao debate político militante, ou em inextricável diálogo com ele.

553. A Idéia de Exterminismo em E. P. Thompson: realismo e contradição

Ricardo Gaspar Müller (Professor, Sociologia Política – UFSC) – **Coordenador**

A comunicação defende a importância e a atualidade do conceito de exterminismo proposto por E. P. Thompson. Como supõe ao mesmo tempo uma dialética de princípios (a ameaça de exterminismo e ações antiexterministas), essa categoria opera elementos úteis para reavaliar possibilidades teóricas e analisar a dinâmica social e aspectos do cenário político contemporâneo (questões associadas às tendências neopragmáticas e neoconservadoras e sua influência sobre o cenário as relações internacionais; a noção de “ataques preventivos”, programados e/ou realizados; terrorismo (questões pragmáticas e conceituais); regionalização de guerras e conflitos; diferentes sensações e formas de violência; relação entre idéia e expectativa de segurança e a redefinição da relação entre cidadania e segurança pública; crise de modelos e práticas democráticas; alianças e cisões políticas (em especial as partidárias); relações entre as noções de império e imperialismo, e suas contradições e ambigüidades, etc.). Nesse sentido, discute também a importância de se compreender a relação entre razão e utopia presente em sua obra.



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

Mesa Coordenada 56 – Educação e Esporte x Emancipação Humana: uma crítica às políticas públicas no Brasil contemporâneo

Coordenador da mesa: Adriana Machado Penna (Doutora Serviço Social / Professora – Rede Estadual – RJ / INES– Instituto Nacional de Educação de Surdos)

Ementa: Esta mesa tem por objetivo levantar uma discussão crítica sobre o avanço das políticas imperialistas no Brasil e sua conseqüente acumulação de capital, sobretudo a partir do primeiro governo Lula da Silva. Sob a égide da sustentação de um superávit primário acumulado à base de cortes em investimentos públicos e de uma economia alicerçada na ideologia do consumo e do crédito, pretendemos analisar a importância do esporte no processo de dominação capitalista, destacando o avanço das privatizações e das terceirizações dos serviços públicos essenciais de um modo geral e da educação, de modo específico.

Para tanto, analisaremos a política do Governo Federal, implementada pelos interesses que sustentam a governabilidade burguesa e suas expressões no Estado do Rio de Janeiro sublinhando, especificamente, dois aspectos: os projetos dos megaeventos esportivos e o aprofundamento das políticas liberais na educação pública. Em relação ao primeiro, discutiremos a utilização dos esportes como estratégia de expansão e circulação do capital e sua função na construção da ideologia do nacionalismo pela paz e tolerância. Ainda nesta perspectiva, problematizaremos o papel das ONGs, fundações, institutos etc., além do trabalho voluntário, na ideologia capitalista contemporânea identificando como o Estado atua para garantir o lucro de grandes corporações nacionais e multinacionais. O esporte e a educação, neste contexto, serão analisados para demonstrar como o Estado vem aprofundando a lógica empresarial na formação humana, bem como a sua orientação para a produtividade e racionalização do trabalho a todo custo.

Tomando o movimento da realidade na sua totalidade a mesa discutirá o papel do Brasil como uma importante rota do capital monopolista e como modelo de aprofundamento do senso comum frente às atuais imposições do capitalismo contemporâneo.

RESUMOS

561. Políticas de Esporte no Brasil: expansão do capital monopolista e da conciliação de classes

Adriana Machado Penna (Doutoranda, Serviço Social – UERJ / Professora – Rede Estadual RJ / Universidade Estácio de Sá) – **Coordenadora**

O mundo contemporâneo tem favorecido o deslocamento do capital pelas mais distintas regiões do planeta. Tais circunstâncias impulsionam o capital a adotar outra dinâmica de circulação que ultrapasse os diversos limites que se lhe

apresentam, tanto em âmbito nacional como internacional. Os destinos desta nova mobilidade têm possibilitado ao capital a produção de estratégias para driblar as contradições impostas a seus mercados de origem. Este trabalho se propõe a analisar algumas determinações do esporte contemporâneo, chamando a atenção para a sua expressão mais complexa, qual seja, o fenômeno da globalização dos megaeventos esportivos. De modo específico, queremos analisar os interesses que têm cercado a produção dos megaeventos esportivos no Brasil, a partir do primeiro governo Lula da Silva, por entendermos que tais projetos têm participado do processo de gerenciamento da crise do capital e do refluxo das lutas dos trabalhadores, tanto na periferia quanto no centro do mundo. O esporte contemporâneo constituiu-se como uma instituição burguesa, socialmente determinada e integrada ao conjunto de normas, ideias e estratégias inerentes ao modo de produção capitalista. Fontes documentais serão utilizadas para demonstrar como o esporte tem ocupado lugar estratégico tanto junto à produção da ideologia dominante, quanto junto ao controle da queda da taxa de lucro. Em tempos de domínio do capitalismo monopolista e de suas políticas neoliberais, as contradições que aguçam o processo de alienação sob o qual encontra-se a classe trabalhadora de todo o mundo, coloca a humanidade em um novo patamar de alienação, ainda mais brutal e desumanizador.

562. O Chamado Terceiro Setor Invade a Escola Pública: um retrocesso na formação humana

Roberto Alves Simões (Mestre, Educação – UFF / Professor)

Este trabalho fará uma análise da atual política nacional de educação e seus impactos no interior da escola pública. Nosso principal objetivo será apontar o estágio da dominação capitalista na sua atual fase monopolista, demonstrando sua expressão no processo de privatização das instituições públicas como um todo e, particularmente, da escola. Este fenômeno tem-se apresentado na forma da abertura das escolas ao capital, institucionalizada pelo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), legitimando a participação das fundações, institutos, ONGs, OS, OSCIPs etc., no processo de ensino e aprendizagem e na gestão da escola. O atual modelo de gestão escolar está vinculado à nova organização da sociedade que, por consequência, impõe uma nova forma de racionalização produtiva. A ampliação da participação do chamado terceiro setor na reforma do Estado e, por conseguinte, no interior da escola pública, atende às demandas da crise estrutural do capital, iniciada no final dos anos de 1960, potencializada pela crise do preço do petróleo, em 1973, e aprofundada com a ampliação do poder do sistema financeiro. O Estado será analisado aqui, sob o ponto de vista da dialética materialista, em seu complexo político, econômico e ideológico. As organizações do chamado terceiro setor serão tomadas como elementos essenciais da constituição do modelo de dominação contemporâneo, onde demonstraremos a adequação destas ao mercado capitalista e às políticas de aparente redução do Estado.

563. O Trabalho Voluntário em Tempos de Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016: o novo nicho lucrativo

Themis de Farias Nascimento (Mestre, Educação – UFF / Professor, Pedagogia – UERJ)

Este ensaio se insere no contexto dos ajustes estruturais no modo de produção capitalista, que reitera, a partir da década de 1990, o mercado como o grande ordenador das políticas, promovendo reformas na organização do Estado. Estas, pautadas na sua crescente desobrigação quanto ao provimento dos direitos, promovem parcerias com o setor privado na concepção de “estado mínimo”. O estudo analisa dois fatos importantes: primeiro, o feito da ONU em 2003, instituindo a “força tarefa entre as agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz”, com a finalidade de promover investimentos dos governos, indicava que o esporte deveria promover melhorias na educação, saúde, desenvolvimento e nos processos de paz. Preconizando que o esporte poderia contribuir como instrumento educacional gerando oportunidades e preparando para a inclusão social; e, segundo, o voluntariado presente, hoje, nas esferas nacionais e internacionais tem sido uma presença constante nos eventos esportivos. Profissionais habilitados ou não, contratados ou convocados, fazem um trabalho temporário sem receber remuneração. Em *eventos esportivos especiais*, os *megaeventos* são a classe de principal evidência dentro da categorização. No Brasil, que sediará a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, o trabalho voluntário esportivo está caracterizado como representação da reestruturação produtiva do capital monopolista, visto que os megaeventos são os novos filões do lucro.